



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11. DEZ 2023



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ATA N.º 14

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2023

----- Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, reuniu, no Auditório da Biblioteca Municipal de Gondomar, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira -----

----- 2ª Secretária: Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira. -----

----- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Adelino Oliveira Miranda, Ana Patrícia Pegas da Cruz, Ana Rita Fernandes Bessa, Arménio Lino Martins, António Manuel Rodrigues de Sousa, em substituição de Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, Carla Isabel Pinto Ferreira, Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo, Daniel Filipe Oliveira Vieira, Emanuel Fernando Pinto de Andrade, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alcício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Joana Daniela Baldaia Resende, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, João Pedro Serra Soares Forte, João Resende Pinto Figueiredo, José Miguel Miranda Laranjeira, Manuel Pedro Ferreira de Carvalho, David Manuel da Rocha Santos, em substituição de Maria José Nogueira Barbosa Correia, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio, Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, Nuno Miguel Ribeiro Pontes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Telmo Afonso da Mota Viana e Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques. -----

----- Por inerência estiveram presentes os(as) Presidentes de Junta de Freguesias, Senhores(as): Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, Rui da Mota Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Nuno Filipe Brito da Fonseca - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Carlos Alberto Sousa da Costa, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, Silvino de Sousa Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Sousa e Covelo, António José Ribeiro Bráz - Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas. -----



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2023 (SEGUNDA-FEIRA), PELAS 21H30M, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Suspensão do Mandato de Marlene Sofia Pinto Soares.
2. Discussão e votação da ata da sessão anterior (18-09-2023).
3. Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxa para 2023, a ser liquidada em 2024 – Proposta
 - 3.2. Lançamento de Derrama para o ano de 2024 – Proposta
 - 3.3. Taxa de Participação no IRS para os rendimentos de 2024 – Proposta
 - 3.4. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor para 2024 – Proposta
 - 3.5. Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024 – Proposta
 - 3.6. Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições bancárias – Proposta
 - 3.7. Transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores - Concessão de acordo prévio favorável – Proposta
 - 3.8. Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual - Proposta
 - 3.9. Estatutos da STCP, E.I.M., S.A. - Minuta de alteração – Proposta
 - 3.10. Revogação dos Contratos Interadministrativos e respetivas adendas celebrados com as Juntas de Freguesia do Município e aprovação de novos contratos - Proposta
 - 3.11. Agrupamento de Escolas do Município e Escola Secundária de S. Pedro da Cova – Minuta do contrato interadministrativo e aprovação de despesa – Proposta
 - 3.12. Agrupamentos de Escolas de outros Municípios – Transporte de alunos com necessidades específicas especiais individuais – Contrato interadministrativo – Proposta
 - 3.13. Feira semanal de S. Cosme (quinta-feira) e feira complementar (quarta-feira) – Ocupação de lugares de terrado – Isenção do valor das taxas relativas ao período de outubro de 2022 a agosto de 2023 – Proposta



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 3.14.** Terrenos – Desafetação do domínio público, de duas parcelas de terreno, com as áreas de 183,00m² cada, sitas na Rua Trás da Serra, em Jovim, na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Proposta
- 3.15.** Terrenos - Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 17,00m², sita na Rua das Quintas, na Freguesia de Rio Tinto – Proposta
- 3.16.** Terrenos – Aceitação da doação de parcela de terreno, com a área de 430,00m², sita na Rua João Vieira, na Freguesia de Rio Tinto, propriedade de Joaquim de Matos Teixeira e Outros e afetação daquela parcela ao domínio público – Proposta
- 4.** Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro a novembro de 2023).

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)



11. DEZ 2023


GONDOMAR
Município de Gondomar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entrou-se no ponto **A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos dos números 1 e 6, do artigo 49º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e do número 1, do artigo 26.º, do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, foi aberto o período de intervenção ao público, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

----- **Sr. António Barroso**, residente em São Pedro da Cova, que denunciou uma obra que está a decorrer em São Pedro da Cova e que se encontra embargada. Solicitou a entrega a todas as forças políticas de um dossier com todo o processo e questionou o que o Executivo tem a dizer sobre este caso. -----

----- **Sr. Vítor Fernandes**, residente em Valbom, que expôs o assunto relativo a uma ocorrência no seu andar, na Rua Xanana Gusmão, há dois anos, em que rebentaram uns tubos que lhe danificaram os móveis da cozinha. Referiu que tem conhecimento de que é necessária a realização de uma empreitada, mas solicitou ao Executivo que resolvesse a referida situação com a maior brevidade possível. -----

----- **D. Sofia Oliveira**, residente em Melres, que expôs alguns problemas, já mencionados na reunião pública da Câmara Municipal, relativamente aos transportes públicos na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente a falta de horários para Medas, referindo que a última camioneta do Porto é às 18h30m e muita gente que estuda e trabalha necessita de apanhar a camioneta depois dessa hora, os gastos mensais com os passes de 40 euros e com gasolina ao mesmo tempo, porque precisam de apanhar boleias e o aumento do uso do carro. Referiu que as pessoas se encontram esgotadas, a colocar baixas e em risco de perder os empregos e questionou quem vai cobrir estes danos morais e indemnizações em espécie e o que está a ser feito para melhorar a questão específica de Medas, que não é a única. -----

----- **Sr. Frederico Fernandes**, residente na Lomba, que, em representação da população do Lugar de Monte de Meda, na Lomba, referiu que não têm água e que, numa reunião de Câmara, o Senhor Presidente disse que não podia fazer a ligação da água, porque as casas são todas ilegais. Referiu que a população paga o IMI das casas e que as mesmas se encontram registadas e disse que gostava que o assunto fosse resolvido. Referiu que em algumas Freguesias, como Melres e Medas, houve um investimento da Câmara em fibra ótica e questionou porque é que a Lomba ficou excluída. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, relativamente às casas ilegais no Lugar



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Monte de Meda, na Lomba, deu nota de que o facto de uma casa pagar IMI, não significa que esteja legal. -----

----- **D. Ana Marisa Guedes**, residente em Jovim, que expôs alguns problemas com os transportes em Gondomar, nomeadamente a dificuldade em apanhar outros meios de transportes no Porto, devido à necessidade de transbordos e ao tempo de espera pelos mesmos, convidou todos a fazer o percurso e questionou até quando se vai manter esta situação, porque se encontra em risco de perder o emprego. -----

----- **Sr. António Castro**, residente em Gondomar (S. Cosme), que referiu a falta de uma passadeira entre o Edifício 25 de Abril e a paragem e solicitou o arranjo da Rua Professor Bismark, que ficou cheia de buracos depois das obras. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a forma ordeira como o público interveio, durante o período de intervenção do público. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas. Relativamente à obra de São Pedro da Cova, referiu que julga ser um problema relacionado com um vizinho e que a situação já está a tramitar no Ministério Público, deu nota de que tomará em devida conta e que os documentos estão à disposição para todas as forças políticas consultarem, como foi solicitado pelo requerente. Relativamente ao andar na Rua Xanana Gusmão, informou que o assunto será novamente reportado para ver se é resolvido o mais depressa possível. Relativamente aos transportes, deu nota de que a informação que tem é que o último autocarro para Medas é às 21h00m, que parte do Hospital Fernando Pessoa e referiu que, de uma forma geral, é evidente de que há um problema gravíssimo com os transportes e que estão a fazer tudo para que se resolva. Pediu a todos os que identifiquem problemas com os transportes os façam chegar, para que junto da empresa possam promover essas correções, referiu que percebem que está a causar problemas muito grandes a muita gente e que está disponível no fim da sessão para tomar conta de todas as situações. -----

----- **D. Sofia Oliveira**, residente em Melres, referiu que a informação não está a chegar com a clareza necessária à Câmara Municipal e que o autocarro das 21h00m não existe. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** deu nota de que há outro autocarro que sai do Porto e permite fazer a ligação com a linha que sai do Hospital Fernando Pessoa para Medas. No que diz respeito às reclamações, informou que as devem fazer junto da Câmara Municipal e ao mesmo tempo enviar para a empresa que é a Alsa, Nex Continental. Relativamente ao Lugar de



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Monte de Meda, na Lomba, referiu que as regras legais em vigor não permitem que se promova a ligação da água a edificações que não estejam devidamente legalizadas, referiu que nesse local o solo não tem capacidade construtiva e explicou os motivos legais pelo qual não é possível licenciar construções naquela zona. Relativamente à falta de passadeira entre o Edifício 25 de Abril e a paragem, referiu que vão verificar a situação e tentar resolver o mais depressa possível.

----- Entrou-se no ponto **B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Foram apresentados à Mesa os seguintes documentos, que adiante seguem: -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 1), sobre o “Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Companhia”, apresentada pelo Deputado Municipal do **PAN**.-----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 2), sobre a “Realização de uma refeição 100% de origem vegetal, um dia por semana, nas cantinas escolares do concelho”, apresentada pelo Deputado Municipal do **PAN**. -----

----- **REQUERIMENTO** (Documento 3), sobre a “Fiscalização, monitorização e divulgação das análises das águas de consumo e dos esgotos”, apresentado pelo Grupo Municipal da **CDU**. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 4), sobre a “Garantia de equidade e acesso eficiente na Rede de Transportes UNIR em Gondomar”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE**. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 5), “Pela eliminação do período mínimo de residência para acesso a Habitação Pública”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE**. -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 6), sobre a “Auditoria aos serviços informáticos municipais”, apresentada pelo Deputado Municipal da **IL**. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 7), “Pela transparência aos lesados do ataque informático aos serviços municipais de Gondomar”, apresentada pelo Deputado Municipal da **IL**. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 8), sobre o “Alargamento da rede pública de abastecimento de água potável ao Lugar da Meda, Lomba”, apresentada pelo Grupo Municipal do **CDS**, tendo sido **retirada**. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 9), sobre “A importância de assinalar o 25 de novembro de 1975”, apresentada pelo Grupo Municipal do **CDS**. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 10), sobre a “Redução do valor das portagens na A43 e A32”, apresentada pelo Grupo Municipal do **CDS**.-----

----- **MOÇÃO** (Documento 11), “Pela paz na Palestina e em Israel”, apresentado pelo Grupo Municipal do **PS**. -----

11. DEZ 2023



RECOMENDAÇÃO

Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Companhia

Um cão acorrentado permanentemente constitui uma violação da lei em vigor.

Os artigos 8o e 9.o do Decreto-Lei n° 276/2001 salvaguardam o direito dos animais à prática de exercício físico no espaço onde são mantidos, assim como a adequação da temperatura e luminosidade do mesmo, que deve ser adequado à espécie que alberga.

Um animal acorrentado ou confinado em permanência num pequeno espaço, muitas vezes sujeito às mais adversas condições atmosféricas, representa a antítese dos princípios que norteiam a detenção e acomodação de animais de companhia e que causam grande alarme social e incómodo na comunidade, reclamando a intervenção dos poderes públicos.

São inúmeras as denúncias que evidenciam a realidade a que muitos animais são sujeitos, nomeadamente dias a fio expostos às intempéries, ondas de calor, frio, chuva, muitas vezes em condições de total insalubridade.

Nos últimos anos tem-se registado um expressivo aprofundamento da ligação emocional aos animais de companhia.

Ciente dessa importância e da necessidade de dignificar o estatuto dos animais de companhia, especialmente valorados pela sua função social, o legislador português reservou-lhes, quer em sede de tutela penal exclusiva, através da Lei n° 69/2014, de 29 de agosto, e, mais recentemente, da Lei n° 39/2020, de 18 de agosto; quer no âmbito do Código Civil, através da Lei n° 8/2017, de 03 de março, pela qual não só beneficiam hoje do estatuto civil próprio dos animais enquanto seres sensíveis como ainda de diversas disposições específicas, designadamente, no capítulo do Direito da Família.

Não resulta, pois, admissível nem conforme aos valores e regimes legais enunciados, que um animal de companhia possa ser alojado em varandas e outros espaços afins ou mantido acorrentado uma vida inteira, condenado a uma existência miserável, privada de liberdade de movimentos, socialização e/ou interação. Há hoje numerosos estudos que apontam para a perigosidade da detenção e alojamento de

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Gondomar
e-mail: amgondomar@pan.com.pt

11. DEZ 2023



animais em condições impróprias, desde logo, privados de exercício físico, estímulos sociais ou sujeitos a acorrentamento e confinamento prolongados.

Os animais, nomeadamente os cães, enquanto animais sociais, necessitam da socialização para se poderem desenvolver de forma saudável.

De acordo com o Center for Disease Control (CDC) norte-americano, os cães que estão acorrentados têm cerca de 2,8 vezes mais probabilidades de morder.

Submeter um animal a condições de confinamento ou acorrentamento, comumente causa danos físicos como feridas e cortes na pele, havendo igualmente o risco do animal poder asfixiar ao tentar libertar-se, no caso de a corrente se enrolar e prender.

É, assim, tempo de estabelecer limites objetivos no domínio da detenção e alojamento dos animais de companhia em prol da salvaguarda do bem-estar dos animais de companhia e da própria comunidade.

Nenhum município pode declarar que se preocupa com o bem-estar animal enquanto tiver animais acorrentados nas suas cidades.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, prevê no seu artigo 24.º a transferência de poderes para os órgãos municipais nas áreas de proteção e saúde animal, bem como de detenção e controlo da população de animais de companhia. Neste contexto, deverá o executivo promover um Plano Municipal de Desacorrentamento de animais de companhia, que inclua campanhas de informação e de sensibilização dos detentores de animais de companhia relativas às condições de detenção e alojamento destes, assim como regras claras relativamente a esta prática, com vista à sua completa erradicação.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do PAN Gondomar propor que a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária no dia 11 de dezembro, delibere recomendar à Câmara Municipal de Gondomar:

- A implementação de um Plano Municipal de Desacorrentamento de animais de companhia que inclua:

11. DEZ 2023



o Campanhas ativas de sensibilização sobre o desacorrentamento nos canais oficiais da Câmara e junto da comunidade;

o Identificação dos animais de companhia acorrentados ou confinados em permanência no concelho, com a colaboração de associações e cuidadores/as;

o Normas referentes ao acorrentamento e confinamento de animais de companhia no concelho de Gondomar, nomeadamente:

- A não permanência de animais em varandas, alpendres e espaços afins, sem prejuízo da sua presença ocasional nesses locais por tempo não superior a três horas diárias;

- Se o acorrentamento se revelar indispensável para a segurança de pessoas ou do animal, e não havendo alternativa à data da fiscalização, o mesmo deve ser sempre limitado ao mais curto período de tempo possível, e salvaguardando sempre as necessidades de exercício, de abrigo, alimentação adequada e de lazer do animal;

- O acorrentamento permanente de animais deve ser gradualmente erradicado do concelho, através de um prazo dado aos detentores de animais

Recomendação

Realização de uma refeição 100% de origem vegetal, um dia por semana, nas cantinas escolares do concelho

“A implementação de metas concretas para aumentar a proporção de alimentos de origem vegetal surge como a medida mais impactante para mitigar as emissões dos serviços de catering.”

- Conselheiros científicos da Comissão Europeia

Introdução

Em Portugal, a Lei n.º 11/2017, estabelece a obrigatoriedade de existência de uma opção 100% vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos.

No entanto, estas opções encontram-se frequentemente indisponíveis nas escolas. Do mesmo modo, o Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, na sua versão consolidada, estabelece a disponibilização de uma quota de 5 % de bebida vegetal, como alternativa ao leite de vaca, no âmbito do Programa de Leite Escolar. Também esta quota é invariavelmente incumprida.

Desde 1961, o consumo diário de carne aumentou cerca de 6 vezes. Segundo os resultados da Balança Alimentar Portuguesa de 2016-2020, o contributo calórico diário da carne na dieta dos habitantes em Portugal representa um valor 4 vezes superior ao recomendado na Roda dos Alimentos.

Este desequilíbrio nutricional tem graves impactos ao nível ambiental e da saúde da população. Estas razões, acrescidas de preocupação com o bem-estar animal, levam cada vez mais habitantes a optar pela inclusão de mais refeições 100% vegetarianas na sua rotina diária ou a adotar dietas totalmente à base de plantas.

No entanto, estas escolhas mais sustentáveis, esbarram frequentemente na falta de opções disponibilizadas por cantinas públicas em geral, e escolares em particular.



Saúde

De acordo com o Global Burden of Disease, na UE, quase 1 milhão de mortes por ano podem ser atribuídas a dietas inadequadas, incluindo o consumo excessivo de carne. Na verdade, alinhar o consumo com as recomendações EAT-Lancet (comissão dedicada a estudar dietas saudáveis e sustentáveis), poderia reduzir as mortes globais em 11 milhões por ano.

A alimentação de base vegetal, e a predominantemente vegetariana, tem inúmeros benefícios cientificamente comprovados para a saúde, sobretudo ao nível da prevenção de diabetes, hipertensão, obesidade, doença coronária e doença oncológica.

Ambiente

De acordo com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), a agricultura é responsável por 23% das emissões de gases com efeito de estufa ao nível mundial, sendo que a agropecuária pode contribuir com 72-78% das emissões totais provenientes da agricultura.

Estima-se que com a redução projetada no uso de energias fósseis e o aumento previsto do consumo de produtos de origem animal, em 2030 a agropecuária possa representar 27% e, em 2050, 81% das emissões permitidas para atingirmos a meta do Acordo de Paris, manter a temperatura abaixo dos 1,5°C.

Segundo a Comissão EAT-Lancet, o atual consenso demonstra que uma alteração significativa das dietas é a única ferramenta suficientemente eficaz para a mitigação das emissões da agropecuária e para a manutenção do sistema alimentar dentro dos limites do planeta, podendo reduzir as emissões da agricultura em 80%.

De acordo com os investigadores, no geral, “os alimentos de origem vegetal têm impactos ambientais mais reduzidos por unidade de peso, por dose, por caloria e por grama de proteína, do que os alimentos de origem animal”.

Para além disto, de acordo com um relatório de 2019 do IPCC, as dietas de base vegetal são as mais sustentáveis, com a adoção mundial a ser capaz de reduzir as emissões anuais em aproximadamente 8 Gt. Para efeitos de comparação, as emissões anuais da UE-27 situam-se à volta dos 3,5 Gt.



Segundo a FAO, a agropecuária é ainda responsável por 55% da erosão dos solos, 32% da poluição da água com azoto e 33% da poluição com fósforo.

De acordo com uma análise da Greenpeace, baseada na Comissão EAT-Lancet[23], para a União Europeia cumprir os objetivos ambientais e para a temperatura global se manter abaixo de um aumento de 2°C, o consumo de carne deve ser reduzido em 71% até 2030 e 81% até 2050.

Em Portugal, segundo um estudo da Universidade de Aveiro, o consumo de carne representa a maior fatia da pegada ecológica dos municípios, entre 23% e 28%, mais do que os transportes que se situam nos 20%.

Segundo uma análise das dietas Europeias, os hábitos alimentares em Portugal podem ser os que maior pegada de carbono têm.

Conforme uma investigação do ISCTE, que analisou o impacto ambiental das refeições médias em Portugal, os pratos não vegetarianos têm em média uma pegada de carbono 5,5x superior. Cada refeição não vegetariana emite cerca de 3,9kg de CO₂, enquanto a média para os pratos vegetarianos se situa nos 0,7kg CO₂.

Inclusão

Segundo dados de 2021, em Portugal, 764.000 habitantes (9% da população), já adotou uma dieta maioritariamente à base de vegetais (veganos, vegetarianos e flexitarianos).

De acordo com um recente Eurobarómetro sobre as alterações climáticas, estes valores continuam a crescer, com 13% da população nacional a referir que reduziu o consumo de carne devido a preocupações ambientais.

Em Portugal, a venda de alternativas vegetais à carne, leite e queijo aumentou 20% entre 2020 e 2022, com destaque para as alternativas ao leite. Isto demonstra um rápido crescimento na procura destes produtos.

Em relação às escolas em concreto, um relatório de Outubro 2023 sobre o Esquema Escolar de Leite, Frutas e Vegetais, cerca de 20% das crianças não bebe leite de vaca por preferência dietética, alergia ou sabor.



Ainda nas cantinas escolares, de acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Vegetariana Portuguesa (AVP), 72% dos entrevistados reportam escolher regularmente a opção vegetariana quando disponível, valores que demonstram a aceitação e procura destas opções por parte dos consumidores.

Custos

De acordo com um relatório da Direcção-Geral de Saúde, as refeições de base vegetal apresentam frequentemente um custo inferior às refeições de carne ou peixe, sobretudo quando se recorre a alimentos já disponíveis nos refeitórios.

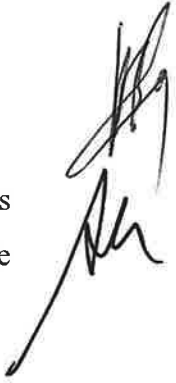
Ainda, segundo um estudo de mais de 6 mil cantinas europeias, a opção vegetariana é 25% mais barata para as autoridades públicas e adicionalmente, os alimentos de base vegetal demonstraram ser mais resistentes aos aumentos de preços durante o atual período inflacionário.

De dezembro de 2021 a dezembro de 2022, os preços da carne aumentaram, em média 17%, o leite, queijo e ovos aumentaram quase 28%. Enquanto isso, as alternativas vegetais ao leite e à carne permaneceram com preços estáveis, com ambos a aumentarem cerca de 1%, permitindo um melhor planeamento do orçamento público. Além disso, a aposta nas refeições de base vegetal permite que os fornecedores adquiram alimentos e ingredientes de maior qualidade. Por exemplo, a quantidade de refeições vegetarianas servidas está relacionada com uma maior utilização de produtos orgânicos, sazonais e locais.

Recomendação:

Assim,

- Procurando reforçar a legislação atualmente em vigor;
- Acreditando no papel essencial das escolas para fomentar bons hábitos alimentares e práticas ambientais;



- Tendo em conta a necessidade de alinhar as dietas atuais com as recomendações nutricionais para a saúde e sustentabilidade, nomeadamente a redução do consumo de carne e aumento do aporte diário de proteína vegetal;
- Considerando o papel crucial da mudança de dietas para a mitigação das alterações climáticas, proteção da biodiversidade, qualidade dos solos e água;
- Reconhecendo que nos encontramos a menos de 7 anos do considerado “ponto de não retorno” das alterações climáticas bem como do culminar da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030;
- Realçando a necessidade de disponibilização de opções alimentares mais inclusivas nas cantinas escolares;
- Sabendo que a Associação Vegetariana Portuguesa, caso necessário, presta apoio técnico na introdução de pratos de base vegetal nas escolas, tendo assinado um protocolo com várias autarquias no âmbito do “Prato Sustentável”.

Vimos por este meio recomendar:

- A realização de uma refeição 100% de origem vegetal, um dia por semana, nas cantinas escolares do concelho.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Período Antes da Ordem do Dia

A Polícia Judiciária de Vila Real realizou, no passado mês de novembro, dezenas de buscas no âmbito da Operação Gota d'Água, que investiga a atividade fraudulenta de um laboratório responsável pela colheita e análise de águas destinadas a consumo humano, águas residuais, águas balneares, piscinas, captações, ribeiras, furos, poços e outras. O laboratório em causa (Laboratório Regional de Trás-os-Montes) é detido em 50% pela multinacional AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, antiga empresa do grupo Somague e adquirida em 2014 por capitais japoneses. A referida empresa detém 42,5 % das Águas de Gondomar.

Tendo em conta o cenário descrito, cujos desenvolvimentos apontam para a possibilidade da situação poder ocorrer em outras regiões do país, levantam-se justas dúvidas sobre as análises às águas efetuadas pela empresa Águas de Gondomar.

Considerando que a saúde pública e o equilíbrio dos ecossistemas têm que merecer uma forte atenção por parte do Município, o grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere requerer:

1. Que a CMG adote todas as medidas necessárias para fiscalizar a recolha e a análise das águas de consumo e dos esgotos tratados libertados pelas ETARs de Gondomar, recorrendo nomeadamente a universidades, institutos públicos e/ou entidades externas, garantindo análises independentes às realizadas e dirigidas pelas atuais empresas envolvidas;
2. Que a CMG monitorize e divulgue os boletins de análise, disponibilizando-os aos grupos desta Assembleia e à população em geral.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os deputados municipais da CDU

Monica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio

④


MOÇÃO

Garantia de Equidade e Acesso Eficiente na Rede de Transportes UNIR em Gondomar

Considerando que o pressuposto fundamental da UNIR era o de não afetar as linhas de autocarros existentes, mas sim acrescentar novas, constatamos que tal princípio foi flagrantemente desrespeitado no contexto do concelho de Gondomar.

Observa-se uma clara discriminação geográfica, onde alguns cidadãos desfrutam do acesso a uma rede de transportes como um direito adquirido, enquanto outros enfrentam obstáculos significativos. Esta disparidade é especialmente evidente ao analisar as linhas propostas, que obrigam alguns residentes a deslocarem-se a freguesias vizinhas, de outros concelhos, para alcançarem linhas com acesso direto aos locais de trabalho e instituições de ensino.

A conclusão inequívoca é que não houve um empenho total por parte dos presidentes da Câmara Municipal de Gondomar e da Junta de Freguesia da Lomba, os quais não efetuaram um levantamento isento das necessidades da população afetada.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida a 11 de dezembro de 2023 expressa a sua profunda preocupação em relação à implementação da nova rede de transportes UNIR no concelho de Gondomar, nomeadamente no que concerne à freguesia da Lomba, delibera e exorta as autoridades responsáveis a adotarem medidas corretivas imediatas, visando garantir um tratamento igualitário para todos os cidadãos do concelho. Em particular, instamos a criação de uma linha de transporte que proporcione acesso direto à cidade de Vila Nova de Gaia (D. João II), atendendo à relevância deste destino para muitos residentes que trabalham e estudam naquela área., uma vez que a preservação das linhas existentes e a criação de novas não acarretam ônus financeiro para as autarquias envolvidas.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.





11. DEZ 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

(5)

**MOÇÃO pela ELIMINAÇÃO DO PERÍODO MÍNIMO DE RESIDÊNCIA
para acesso a Habitação Pública**

Um dos grandes problemas com que o País e o nosso concelho se depara atualmente, é o do pessoas, perante as taxas de juros, conseguirem manter as suas casas e, perante a especulação do mercado imobiliário, conseguirem pagar os valores exorbitantes das rendas que os proprietários definem.

É necessário que cada Concelho adote o maior número de medidas para evitar situações limite no seu território. Reconhecemos que Gondomar tem neste sentido medidas implementadas de grande importância. No entanto, consideramos que existe espaço para melhorar estas medidas.

O acórdão do Tribunal Constitucional nº 197/2023 declarou inconstitucional a existência de períodos mínimos de residência no território municipal para acesso à habitação pública pois tal pressuposto não é listado em nenhuma legislação que verse sobre o direito a uma habitação condigna, nomeadamente a Constituição da República Portuguesa e a Lei nº 81/2014 de 19 de dezembro, que estabeleceu o regime de arrendamento apoiado para habitação.

Neste sentido, **a Assembleia Municipal de Gondomar reunida a 11 de dezembro de 2023 delibera que o requisito de qualificação de um período mínimo de seis anos de residência efetiva no Município de Gondomar (alínea a do ponto 1. do artigo 10º) seja eliminado do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional Público do Município de Gondomar.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.



Recomendação – Auditoria aos serviços informáticos municipais

No seguimento do ataque informático aos serviços municipais de Gondomar, reside, naturalmente, uma preocupação na população sobre a postura relativa à segurança informática destes sistemas. Os ataques informáticos são cada vez mais frequentes e sofisticados. A evolução tecnológica e a digitalização trouxeram benefícios que são imensuráveis e incalculáveis no bem-estar, nas facilidades, na eficiência e produtividade na economia e sociedade em geral. Mas, assim como qualquer avanço científico e tecnológico, trazem riscos que devem ser calculados e mitigados conforme as necessidades. O impacto financeiro de um ataque numa organização privada sinaliza, aos sócios/acionistas e investidores, uma preocupação em garantir que este impacto seja reduzido quando um ataque ocorre. Não é uma questão de ‘se’, mas sim ‘quando’ acontecer. Daí a postura de segurança informática nas organizações ser muito mais rigorosa do que era há anos. Mas, infelizmente, houve sempre um setor que resistiu à mudança: o setor público.

A Administração Local, assim como qualquer corpo da Administração Pública, não está imune aos ataques, devendo, portanto, ser assumida uma postura rígida no que concerne à segurança informática, não só pela natureza dos dados que são tratados, mas também pela dependência dos serviços municipais na economia e sociedade local.

Deste modo, a Iniciativa Liberal entende que é seu dever apresentar uma postura de alerta para com a postura do Executivo ao nível de segurança informática, não só para evitar impactos financeiros, mas também o impacto negativo nos serviços prestados à população e à economia local, propondo-se medidas no sentido de alcançar um nível digno de cibersegurança.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária, recomenda ao Executivo que:

- **Lance um concurso público para que uma entidade independente realize uma auditoria de segurança informática aos serviços do Município, de onde resulte um plano de ações que mitiguem ou resolvam os riscos identificados pela mesma.**

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



Moção – “Pela transparência aos lesados do ataque informático aos serviços municipais de Gondomar”

Numa era onde o digital se torna cada vez mais predominante, com todas as vantagens que isso traz, tornou-se necessário, também, estar atento a possíveis novos riscos de segurança. O poder político e os serviços públicos sempre tentaram acompanhar a evolução tecnológica, aproveitando as tecnologias de informação para se modernizar e se tornar mais eficiente no seu fim de prestar um serviço público de qualidade. As organizações, especialmente privadas, têm adotado uma postura cada vez mais rigorosa nas preocupações quanto a segurança de informação. Há décadas que ataques ocorrem; no entanto, estes têm-se tornado cada vez mais frequentes, acumulando-se prejuízos e afetando, direta ou indiretamente, entidades e clientes. Porém, os prejuízos causados no setor privado sempre ficaram no privado, isto é, a responsabilização pela forma como a organização atua no domínio da segurança informática cabe a quem de direito e, em caso de alguma questão sensível, tal fica, maioritariamente, circunscritos a um círculo relativamente pequeno e bem identificado: clientes, acionistas/sócios e entidades reguladoras como a CNPD. Contudo, nos Municípios a história é diferente.

No dia 27 de setembro fomos confrontados com a notícia de um ataque informático aos sistemas municipais de Gondomar. Aparentemente foram afetados grande parte dos serviços, entre os quais o sistema de e-mail e bases de dados, apenas para citar alguns. Tomou-se conhecimento, pouco tempo depois, que o Executivo já estaria com uma conta de 1,5 milhões de euros em gastos no que toca à substituição integral dos sistemas, conta essa onde se incluíram, entre outros, telemóveis de serviço e discos de armazenamento, levantando dúvidas naturais sobre a forma como esse procedimento se deu, dada a falta de respostas neste caso.

No âmbito de proteger o interesse público, a Iniciativa Liberal apresenta uma moção pela transparência dos acontecimentos e das evidências que constituem matéria de facto que o Executivo deve informar, nomeadamente sobre o que realmente aconteceu e, principalmente, o que falhou.



Neste sentido, esta Assembleia propõe ao executivo que:

- **Elabore um ofício detalhado e ordenado cronologicamente sobre a série de eventos, desde o início do ataque até à resolução, assim como a sustentação argumentativa das decisões tomadas no momento em análise.**
- **Elabore um relatório-sumário onde aborde as lições aprendidas.**
- **Torne público o ofício e relatório propostos nos pontos anteriores, de forma que este seja consultado e escrutinado pela Assembleia Municipal e pela população.**

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo



11. DEZ 2023

Assembleia Municipal de Gondomar

Proposta de Recomendação – A importância de assinalar o 25 de novembro de 1975

Passaram 48 anos sobre uma data que não pode nem deve ser votada ao esquecimento pela importância que teve para Portugal, pois se o 25 de Abril de 1974 abriu as portas à Democracia em Portugal, o 25 de Novembro de 1975 consolidou-a definitivamente.

Nas palavras de Telmo Correia, “o 25 de Novembro de 1975 é uma data decisiva para que a revolução de 25 de Abril de 1974 não tivesse gerado uma nova Cuba ou Albânia, mas representasse a construção do Estado de Direito Democrático”.

A 25 de Novembro de 1975 o povo português colocou-se do lado da liberdade contra a tentativa de substituir uma ditadura por outra de sinal contrário.

Devemos homenagear os militares liderados pelo General Ramalho Eanes e pelo Coronel Jaime Neves, que evitaram que Portugal caísse nas mãos de militares do COPCON, liderados pelo General Otelo Saraiva de Carvalho, pelo Coronel Vasco Lourenço e pelo Major Melo Antunes.

O 25 de Novembro abriu definitivamente as portas, para que Portugal passasse, finalmente, a ser reconhecido como uma Democracia Pluralista. Nesse sentido, Mário Soares, num artigo publicado na Revista Visão em 1 de Dezembro de 2010, dizia que “O 25 de Novembro de 1975 é uma data tão importante, para a afirmação da Democracia Pluralista, pluripartidária, e civilista que hoje temos, como a Revolução dos Cravos.

O que propomos:

Que o Executivo Municipal de Gondomar assinale a data, atribuindo a uma das suas ruas o nome Rua 25 de Novembro de 1975, para que a História da Democracia em Portugal não perca um dos seus momentos chave e que permitiu que Portugal seja hoje uma Democracia em que as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos são objecto de protecção constitucional e um legado que nos foi deixado por aqueles militares que impediram que Portugal não se tornasse uma ditadura, deitando a perder as conquistas que Abril nos deu e que foram definitivamente garantidas a 25 de Novembro de 1975.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com



11. DEZ 2023

(10)

Assembleia Municipal de Gondomar
Proposta de Recomendação – Redução do valor das portagens na A43 e A32

Aproveitando a abertura demonstrada pelo Governo, na redução do valor das taxas de portagens a pagar pelos automobilistas, em algumas auto-estradas e scuts do interior, e face à falta de alternativas dos moradores e empresas das Freguesias do Alto do Concelho, e também pelo aumento do custo de vida provocado pela subida generalizada de preços com a inflação, entendemos que a Câmara Municipal de Gondomar, deveria de interceder junto do Governo, no sentido de conceder preços reduzidos no valor das portagens, para os Gondomarenses que vivem, e trabalham, no Alto do Concelho.

Esta medida, para além de funcionar como um apoio adicional às Famílias e às Empresas, permitiria ainda retirar viaturas da VCI, da A1 e da A29, conforme já foi até noticiado pelos Órgãos de Comunicação Social, e reproduzido por vários Presidentes de Câmaras Municipais da AMP, incluindo o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, em entrevista ao Porto Canal, no passado dia 27 de Setembro, que até propôs a abolição total das portagens.

Assim e face ao acima referido, entendemos ser dever desta Assembleia Municipal apresentar a seguinte **Proposta de Recomendação** ao actual Executivo Municipal.

O que propomos:

Que o Executivo Municipal de Gondomar diligencie junto do Governo, a aplicação de preços reduzidos nas portagens na A43 e na A32, nomeadamente nos pórticos de Gens e das Medas.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11 - Moção pela paz na Palestina e em Israel

É uma questão complexa e sensível, com histórico de muitos anos de conflito. A busca pela paz na região é um objetivo desafiador e requer ação diplomática, compromisso de todas as partes envolvidas e respeito pelos direitos humanos.

Para promover a paz e defender os direitos humanos, é importante que os envolvidos no conflito, assim como a comunidade internacional, trabalhem em conjunto para alcançar uma solução diplomática. Isso pode incluir negociações, diálogos e medidas para garantir o acesso a necessidades básicas, segurança e justiça para todas as pessoas afetadas pela situação na Palestina.

Além disso, é fundamental apoiar organizações de direitos humanos que trabalham na região, assim como promover um diálogo e compreensão entre as diferentes comunidades envolvidas, procurando as soluções que respeitem a dignidade e os direitos de todas as pessoas, independentemente da sua origem étnica ou religiosa.

A questão da Palestina, não é uma questão de quem está certo ou errado, mas sim a defesa dos direitos humanos e de preservação dos elementares direitos de um povo. Desta forma, é urgente que haja intervenção internacional que procura o término dos ataques àqueles povos e àqueles lugares.

Grupo parlamentar do Partido Socialista



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

----- **JOÃO PEDRO SILVA** (BE) – Eu venho aqui apresentar uma moção do Bloco de Esquerda, sobre a garantia de equidade e acesso eficiente na rede de transportes UNIR em Gondomar, mas vou aproveitar e já responder ao apelo do Senhor Vice-Presidente no que diz respeito à ajuda e aos contributos que nós possamos dar para que esta rede possa melhorar. É óbvio que o problema não se resolve com a ajuda dos Municípios, mas resolve-se sim com mais autocarros, mais motoristas, mais linhas e mais horários, esta é a ajuda que eu posso dar, enquanto Múncipe. Leu e apresentou a Moção (Documento 4), sobre a “Garantia de Equidade e Acesso Eficiente na Rede de Transportes UNIR em Gondomar”, apresentada pelo BE, para o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **MARIBEL FERNANDES** (PSD) – O PSD de Gondomar lamenta a forma completamente inaceitável como têm decorrido os circuitos do transporte efetuados pelos autocarros em Gondomar pela nova empresa contratada para o efeito, são inúmeras as falhas que têm chegado ao nosso conhecimento, quer quanto à falha de informação, quer no cumprimento dos horários e linhas anunciadas. Consideramos esta situação uma enorme falta de respeito pelos Gondomarenses afetando de forma desumana a sua vida no dia-a-dia, especialmente a quem se desloca para os seus locais de trabalho, estabelecimentos escolares e unidades de saúde. Foi solicitado pelos Vereadores do PSD, na reunião de Câmara do passado dia 04 de dezembro, esclarecimentos sobre a gravidade desta situação, tendo o respetivo Executivo reconhecido a existência de falhas, dado que não basta lamentar ou apontar estados de desilusão, sendo sim necessário apurar responsabilidades e encontrar soluções, solicitamos por isso, na ausência do Senhor Presidente da Câmara de Gondomar, ao Senhor Vice-Presidente, que nos informe quais são as medidas que estão a ser tomadas para solução do assunto, na defesa dos mais elementares direitos dos Gondomarenses. Já recebemos aqui alguma informação do Senhor Vice-Presidente, mas fica só no ar de que havia a possibilidade de prorrogar autorizações provisórias, se calhar solucionando esta questão e adiando para mais tarde, para uma altura em que seria mais fácil a solução deste problema. -----

----- Relativamente ao conjunto de propostas que estão para votação, o PSD acompanhará algumas e votará em abstenção outras, nomeadamente a recomendação do PAN da refeição 100% vegetal, nós estamos de acordo Senhor Deputado, completamente de acordo, só que considerámos que isto não deve ser uma obrigação, mas sim uma opção e essa opção já existe



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas cantinas das nossas escolas, obrigatoriedade não é educação, a opção fica muito melhor. Relativamente à recomendação do CDS sobre a água em Monte de Meda, já tivemos aqui uma explicação que tem algum fundamento, mas deixem-me dizer aos Senhores Deputados do CDS que considero um aproveitamento político do meu artigo de opinião que saiu há 15 dias. Em relação às recomendações que fazem, não vamos acompanhar a do 25 de novembro e a redução das portagens é uma recomendação que já faz parte dos nossos propósitos políticos no nosso caderno eleitoral. Ao PS, bem-haja pela moção da paz na Palestina, porque efetivamente com paz vivemos todos muito melhor. -----

----- **NUNO PONTES (CH)** – Eu gostaria de começar por interrogar o Executivo se existe ou se já foi tomada alguma medida, feito algum inquérito interno ou realizada alguma investigação ao ato relatado e testemunhado aqui na última Assembleia por um munícipe e vigilante no Pavilhão Multiusos no Período de Antes da Ordem do Dia, onde disse ter sido agredido pelo Senhor Vereador do Desporto, José Fernando. -----

----- Já aqui foi muito falado sobre a UNIR, portanto eu não vou colocar mais lenha em cima desta fogueira, mas a verdade é que já sabemos os problemas e gostaria também de saber quais são as medidas, porque isto carece de muita urgência, tem sido um transtorno muito grande a situação dos novos autocarros e das novas linhas. -----

----- Como aqui foi recomendado pelo Chega o ano passado ao Executivo, gostaria de saudar a chamada das forças políticas para reunirem, no âmbito do Estatuto de Direito de Oposição, embora a reunião fosse apenas para nos dar algumas luzes sobre o Orçamento, no nosso caso, pensamos que já é uma melhoria e esperamos que no próximo ano já se possa discutir com os grupos, ou com o nosso grupo pelo menos, as propostas solicitadas. -----

----- Em relação às moções e recomendações, eu primeiro tenho de “puxar as orelhas” aos meus colegas líderes de bancada, que sugeriram não trazer muitas, mas depois apresentam-nos aqui uma catrefada de documentos. Acompanharemos naturalmente a paz, não só na Palestina, mas no Médio Oriente, na Palestina e em Israel, e salientar sempre que grupos terroristas como o Hamas não podem existir de forma nenhuma. Acompanharemos a moção do Bloco de Esquerda, sobre a garantia de equidade e acesso eficiente à rede de transportes UNIR, chegamos à conclusão de que o Alto do Concelho, nomeadamente a Freguesia da Lomba, não sofre só com as motas de água durante o Verão, mas infelizmente tem problemas com as redes de transportes e de abastecimento de água. Acompanharemos também a proposta da CDU, a fiscalização,



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

monitorização e divulgação das análises da água, no nosso entender faz sentido, uma vez que fomos infelizmente ainda há pouco surpreendidos por fraudes nas águas. Acompanharemos as recomendações da Iniciativa Liberal, mas também queremos acreditar que o Executivo já tenha tomado essas providências. Relativamente às três propostas do CDS, a do 25 de novembro naturalmente que acompanharemos, até porque na última sessão apresentamos uma em tudo semelhante, acompanharemos o alargamento da rede pública, mas carece de informação e penso que o colega do CDS irá prestar aqui declarações sobre o caso e também acompanharemos a redução das portagens. Não acompanhamos a moção do Bloco de Esquerda pela eliminação do período mínimo de residência para o acesso à habitação pública, uma vez que, no nosso entender, pode acabar por ser injusta e não acompanhamos a moção do PAN sobre a realização de uma refeição 100% vegetal, uma vez que, e o Senhor Deputado que não me leve a mal, nos tempos que correm deveríamos estar a discutir a falta de alimentos. Vamo-nos abster na proposta do plano de desacorrentamento dos animais de companhia, não que estejamos contra, mas achamos que sendo proibido são as entidades policiais que devem estar atentos a esses problemas e resolvê-los. -----

----- **MANUEL PEDRO CARVALHO** (CDS) – Começar, antes de mais nada, independentemente das crenças religiosas de cada um, por desejar a todos um Bom Natal e umas boas entradas, uma vez que não haverá Assembleia Municipal antes do próximo ano, faço votos que 2024 seja, pelo menos, melhor do que 2023. -----

----- Relativamente à questão do Lugar de Monte de Meda, queria começar por dizer que o CDS monitoriza esta questão desde maio, estive no local a falar com os moradores e este assunto só não veio aqui à Assembleia Municipal, porque saiu legislação em agosto, o Decreto-Lei n.º 69/2023, que basicamente é uma transferência de uma diretiva comunitária para a legislação portuguesa, que regula as regras no que respeita a ligações de rede pública de água, geridas por entidades públicas ou privadas. E como o CDS estive no local a falar com os moradores entendemos que este foi o momento oportuno para trazer aqui esta questão, tendo em conta até que houve uma resposta da ERSAR em setembro, e o Presidente da Junta de Freguesia poderá confirmar isto, foi uma resposta relativamente a uma proposta apresentada na Assembleia de Freguesia da Lomba. Relativamente a esta questão, os moradores mostraram-nos registos prediais e comprovativos de pagamento de IMI, e eu não entendo como é que, havendo registos prediais e comprovativos de pagamento de IMI, haja habitações ilegais, nem entendo como é



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que serviços públicos registam habitações nestas condições. Independentemente da questão da rede de água, há aqui uma questão que o Sr. Frederico Fernandes não falou, no local existe uma captação pública de água que está a ser gerida pelos moradores, não são feitas análises à água, não se sabe se está imprópria ou não para o consumo, sabemos que a Junta de Freguesia, porque os moradores nos disseram, fez umas intervenções pontuais no local, mas o mini reservatório que tem lá nem sequer é higienizado e, ao abrigo desse decreto-lei que saiu em agosto, relativamente à gestão deste tipo de questões, eu pedia que houvesse aqui por parte da Câmara Municipal alguma atenção no que diz respeito, pelo menos, à captação da água, porque aqueles moradores podem estar a ingerir água que não está própria para consumo, basicamente era isto, no entanto, apesar de não haver dúvidas sobre a legalidade desta questão, eu pedia ao Senhor Presidente da Mesa que a moção fosse retirada e que posteriormente esta questão fosse vista.

----- Eu vi há pouco tempo uma notícia na comunicação social sobre uma suposta intenção de extração mineira em Gondomar, em que a Câmara Municipal deu parecer negativo, eu não estou contra o parecer, antes pelo contrário, queria perceber, uma vez que a área abrangida é bastante extensa, de Melres até Foz do Sousa, o que motivou esse parecer negativo e se poderá haver alguma hipótese de, no futuro, essa extração vir a ocorrer ou não, sei que Valongo e Paredes também deram pareceres negativos, era só para tentarmos perceber o que se está a passar. ----

----- O **Senhor Deputado Manuel Pedro Carvalho** (CDS) solicitou que fosse retirada a proposta de recomendação (Documento 8), sobre o “Alargamento da rede pública de abastecimento de água potável ao Lugar da Meda, Lomba”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, para ser discutida no Período de Antes da Ordem do Dia, o que foi **aceite por todos**. -----

----- **EUGÉNIA FARIA** (CDU) – Leu e apresentou o requerimento (Documento 3), sobre a “Fiscalização, monitorização e divulgação das análises das águas de consumo e dos esgotos”, apresentado pela CDU, para o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Sobre a questão dos transportes, anos a preparar, meses de adiamento, estimava-se que pudesse haver problemas na operacionalização deste processo e eu creio que podemos concluir que os primeiros dias de funcionamento da empresa foram um falhanço total. Importa dizer uma coisa, como já o Senhor Vice-Presidente disse, estamos todos preocupados com isto, mas a verdade é que esta Assembleia Municipal discutiu em alguns momentos esta situação e discutiu propostas, nomeadamente da CDU, sobre o processo em curso de privatização do transporte público fora da cidade do Porto, do processo em curso de



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

confinamento da STCP à cidade do Porto, do processo em curso de impedir o alargamento da STCP a outros Municípios fora da cidade do Porto e do perigo de vir uma empresa, viesse lá de onde viesse, sem conhecer o território fazer a operação deste serviço nos concelhos da Área Metropolitana do Porto. É óbvio que este não é um problema de Gondomar, é um problema de outros Municípios, mas agora temos um problema concreto que também afeta o concelho de Gondomar, portanto, são precisas medidas concretas e eu creio que não falta apenas a indicação das rotas que estão a falhar, falta muitas outras coisas, falta informação genérica, falta informação nas paragens, falta informação até dos próprios motoristas, estes dias um motorista dizia-me que há motoristas a fazer 12, 13 e 14 horas diárias, o perigo que isto representa, do ponto de vista até do transporte dos utentes, ou seja, há todo um conjunto de problemas de grande dimensão que a Área Metropolitana tem de olhar como a prioridade das prioridades e nós também queríamos deixar essa questão aqui em cima da mesa. -----

----- Sobre as propostas, duas recomendações do PAN, nós temos dúvidas quer sobre uma coisa, quer sobre outra, mas eu acho que a intenção é boa. A primeira acho que entra em conflito com aquilo que é o nosso quadro legal relativamente à questão dos maus tratos aos animais, eu acho que estamos a querer ir mais longe do que a própria lei e a segunda tem dois problemas, uma primeira de caracterização, o problema da grande agropecuária pode ser também um problema da cultura intensiva, pode estar ligado à questão da alimentação vegetal, portanto, acho que há um problema de caracterização e há outro problema, no nosso entendimento, de obrigatoriedade, eu acho que é importante nós defendermos a diversidade de oferta nas cantinas, mas colocar isto como obrigatoriedade parece-nos que é ir longe demais. Sobre as moções do Bloco de Esquerda, eu acho que a moção relativamente à Lomba está um bocadinho desadequada, mas nós votaremos favoravelmente, porque estamos de acordo com o espírito que ela propõe e também estamos de acordo com o período mínimo. Sobre a Iniciativa Liberal, eu acho que as propostas são as mesmas, parece-me importante que haja um relatório sobre aquilo que aconteceu, mas haver uma auditoria a um serviço que deve ter por si próprio um sistema de autossegurança, parece-me uma repetição, portanto, estamos de acordo com a proposta 7, mas achamos que a proposta 6 não é adequada. Sobre a proposta do CDS, faz todo o sentido, aliás, eu quero lembrar o município de que já fez parte do Plano de Investimento das Águas de Gondomar a ligação de água pública ao Monte de Meda, isso já estive lá e foi retirado em planos de reequilíbrio e renegociações, uma delas ainda feita no mandato do



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Valentim Loureiro, em 2009, em que foi retirada essa questão do investimento da ligação da água pública ao Monte de Meda. Eu acho que a proposta do CDS tem um problema gravíssimo, é que propõe uma renegociação do contrato de concessão, se houver uma renegociação do contrato de concessão significa um aumento do custo da água e uma penalização do contrato que nós já temos, foi isso que aconteceu em 2009 e em 2014, a proposta do ponto de vista de intencionalidade está bem, mas no nosso entendimento, está claramente mal formulada. Sobre a questão do “25 de Novembro”, para além da questão ideológica, já disse que por nós passava de dia 24 para dia 26, há uma questão concreta que é esta: nós comemoramos a Revolução Francesa, depois da Revolução Francesa houve um período de terror, nós não comemoramos a convenção, o diretório, nós comemoramos a Revolução Republicana e não comemoramos a constituição da República, ou seja, nós não comemoramos os acontecimentos subsequentes que há sempre, nós comemoramos os processos de rutura. Os fascistas não comemoram a Constituição 33 e a estruturação do Estado Novo, comemoram o “28 de maio de 1926” e, portanto, nós também queremos continuar a comemorar o “25 de Abril de 1974”. Sobre a questão da proposta de redução das portagens na A42 e A32, nós achamos que elas não deviam sequer existir, não faz nenhum sentido. Sobre a moção do PS, nós estamos de acordo que é preciso mesmo a paz na Palestina. -----

----- Disse-me agora que, relativamente aos trabalhadores da Câmara Municipal de Gondomar, foi retirado o passe, porque havia um financiamento da Câmara de um subsídio, nomeadamente através da estrutura associativa, de apoio ao passe dos trabalhadores que vivem a maior distância do seu local de trabalho, queria só para questionar quais as razões de isso ter acontecido e se isso aconteceu. -----

----- **URBANO MARQUES** (CDS) – Só para dizer ao Senhor Deputado Daniel, da CDU, que se o “25 de Abril de 1974” abriu a porta à democracia em Portugal, foi o “25 de Novembro de 1975” que a consolidou definitivamente. -----

----- Três assuntos a referir, o mau estado do pavimento junto à rotunda do futuro *Burger King*, no Souto, já fizeram medidas corretivas que não resultaram, aquilo está uma desgraça, ainda ontem dei cabo de uma jante do meu carro. -----

----- Sport Clube de Montezelo, qual o ponto de situação relativamente à eventualidade da instalação futura de relva sintética, sendo certo que já decorreram reuniões particulares com o Executivo Municipal, de acordo com o que nos foi transmitido por responsáveis do clube. -----



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto ao Grupo Desportivo de Covelo, eu gostaria de saber se está prevista a reconstrução ou manutenção do muro que faz a vedação do campo Sebastião Ferreira Mendes, que até foi uma promessa eleitoral do PS feita em Covelo. -----

----- **RICARDO COUTO (PAN)** – Vamos começar pelo tema do momento, claro que nós no PAN, como defensores do uso do carro, não deixamos de estar apreensivos com a atual situação que se passa com os transportes públicos e juntamo-nos também aos outros partidos num pedido de esclarecimentos. -----

----- Em relação às duas recomendações que o PAN traz, a primeira visa a implementação de um Plano Municipal de Desacorrentamento, ou seja, nós não pretendemos que haja aqui uma sobreposição de papeis, nós pretendemos apenas que haja uma identificação e uma sensibilização dos casos que continuam a ocorrer no dia-a-dia do nosso Concelho, o próprio ICNF propõe no seu atual programa verbas para que as Câmaras apliquem no terreno esta sensibilização e consciencialização da população. Existem também outras associações cívicas que fazem este trabalho no dia-a-dia e, por isso, nós apenas propomos que esteja consagrado no regulamento municipal esse espírito de sensibilização da população. Um animal que se encontre desacorrentado, à parte de toda a questão ética, também não deixa de ser um perigo para os detentores, assim como para outras pessoas. Em relação à nossa recomendação de realização de uma refeição vegetariana semanal, o PAN defende há muito que nós podemos falar em transição energética, podemos falar em aquisição de veículos elétricos, tudo isto acaba por ser um bocadinho em vão se não começarmos a alterar os nossos hábitos alimentares, nós bem sabemos que somos um país mediterrâneo e, aliás, parte da nossa riqueza gastronómica está na variedade de alimentos que consumimos, mas se não começarmos a alterar aquilo que são os nossos hábitos alimentares e a acrescentar vegetais à nossa dieta, todo este esforço é em vão, daí a nossa proposta de, tendo as escolas um poder pedagógico, haver uma refeição vegetal semanal.

----- Em relação às outras recomendações que hoje estão no PAOD, nós vamos votar favoravelmente todas, com a exceção do ponto 5, a recomendação do Bloco de Esquerda em relação à equidade, temos algumas dúvidas na parte legal dessa questão. Em relação à questão ideológica do CDS do “25 de Novembro”, vamos apostar na abstenção e em relação à proposta do CDS das portagens, vamos votar favoravelmente, aliás, nós também pretendíamos trazer em breve a redução das portagens para o Alto do Concelho, se bem que nós consideramos que não



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveriam de existir. Em relação à moção apresentada pelo PS, havendo agora também esta alteração que consagra a paz na Palestina e em Israel, também iremos votar favoravelmente. ---

----- Uma questão para o Executivo, está a decorrer neste momento uma consulta pública que visa a atribuição dos direitos de prospeção a uma empresa canadiana no Parque das Serras. Nós sabemos que na consulta prévia a Câmara Municipal de Gondomar apresentou uma posição desfavorável à mesma e queria tentar perceber se mantém o posicionamento e se podemos esperar isso do Executivo. -----

----- E uma questão à Mesa, tinha sido falado na reunião de líderes na hipótese desta Assembleia ser transmitida *online*, houve, entretanto, um *email* de um dos Deputados desta Assembleia, queria perceber se está ou não a acontecer essa transmissão e o porquê se não estiver. -----

----- **SARA SANTOS (BE)** – Queria falar da nossa moção sobre a habitação, sei que poderá parecer radical a proposta de eliminar o período mínimo de seis anos de residência efetiva, mas o próprio Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a existência de períodos mínimos de residência para o acesso à habitação pública. Nós temos consciência de que, perante a crise da habitação em que vivemos e a especulação do mercado imobiliário, torna-se difícil manter casas e conseqüentemente ter uma vida digna para as famílias do Concelho e torna-se assim impreterível adequar os regulamentos de modo a acomodar as necessidades dos cidadãos. ----

----- Acho que não houve indicação em contrário, acho que esta Assembleia não está a ser transmitida *online*, mas fica em ata que em reunião de líderes propusemos que, dada a importância de se tratar da Assembleia do Orçamento, fosse transmitida, tal não aconteceu, esperemos que numa próxima poderá a Câmara, o Executivo e a própria Assembleia Municipal transmitir a mesma. -----

----- **JOÃO FIGUEIREDO (IL)** – Eu faço um repto para só começarmos a ter documentos que realmente façam parte deste órgão, discutir portagens não faz sentido aqui, mas duas notas sobre duas moções em específico. Primeira, acompanhamos e saudamos a moção da CDU sobre a água, ainda por cima tendo em conta a história do Município. Em relação à moção pela paz na Palestina, iremos acompanhar se fizer menção também às vítimas de Israel e aos civis afetados dos dois lados, porque a história é sempre contada por dois lados e não apenas por um. -----

----- Vamos falar de um dos temas que aconteceu há pouco tempo e parece que nos esquecemos um bocadinho do impacto que isto possa ter tido, que é o ataque informático que



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara sofreu, há uma série de perguntas que gostava de fazer ao Executivo e espero obter alguma resposta. Qual foi o ponto de entrada? Porque é que infiltrou e afetou o sistema todo? Porque é que foi necessário substituir todos os discos, em vez de formatá-los? Porque é que foi necessário comprar novos equipamentos e telemóveis, quem recomendou este curso de ação? Porque é que as licenças de *software* foram novamente compradas, em vez de serem instaladas novamente? Que cópias de segurança existiam? Sabemos que, até há data, 30% dos dados roubados foram vendidos, sabemos que dados foram? Quais foram as implicações destes dados? Há alguma privacidade que foi afetada? Num Município com 170 mil habitantes e um Orçamento de 140 milhões, não é preocupante a extensão de um ataque deste género? O Executivo, quase em forma de se salvaguardar, disse que sofria 21 ataques por dia, número que realmente é muito baixo, tendo em conta a realidade atual do nosso mundo e principalmente das empresas, mas se isto é verdade, o que é que foi feito nos últimos 10 anos para se impedir? Os 1,5 milhões de euros que já foram gastos neste tema foram dívida, ou que rubricas é que nós não vamos cumprir para conseguir fazer isto? -----

----- Vamos passar para o segundo problema que nos tem afetado bastante em Gondomar, a UNIR, neste momento estamos todos a dizer que a culpa é da empresa, meus caros, vamo-nos lembrar, estão a ocorrer problemas em vários Municípios de várias empresas, eu encontro apenas aqui um padrão, foi a coordenação de todo este projeto e relembrar que quem está a coordenar este projeto é a Área Metropolitana do Porto, na qual a Câmara tem assento e tem voto na decisão, portanto, se há coisa que aqui falhou foi a falta de planeamento, com certeza também da parte das entidades que ganharam os lotes, mas a empresa que está a fazer Gondomar ganhou apenas este lote, temos outras empresas que estão a passar pelo mesmo processo com as mesmas falhas, com os mesmos problemas. Mais uma prova de falta de planeamento, o terminal do Souto só foi consignado a 20 de novembro, nós já sabíamos que isto ia acontecer há muito tempo, com um prazo de execução de 17 dias depois da data de início da UNIR, portanto, mais uma vez, falta de planeamento. A única coisa que eu espero é que os abrigos previstos para este terminal sejam abrigos a sério, porque pelas fotos que já começamos a ver e algumas maquetes, acho que vai haver muito gente a apanhar chuva. Como é que a Área Metropolitana do Porto está a gerir todas estas falhas? O que está a fazer pela falta de formação dos motoristas, a falta de veículos e a falta de motoristas? É verdade que temos de fiscalizar, mas há duas ações que podíamos ter feito antes, planear e remediar, quando é que estará tudo



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

normalizado? A falha de horários é grave, mas a Câmara podia ter feito alguma coisa, podia ter imprimido, podia ter espalhado e não era só uma tabuleta a dizer “Paragens Provisórias”. Quais são as novas linhas? Se o *site* da UNIR não está a funcionar a Câmara deve acudir, não é só dizer no *Facebook* que está tudo bem e depois dizer que afinal a culpa não é sua, a Câmara deve entrar ao barulho e deve gastar dinheiro a arranjar paragens provisórias, horários provisórios e, se necessário, fretar veículos e motoristas, acho que todos nós aqui iríamos aprovar uma decisão dessas. Por último, nós temos de ter algum tipo de resposta destas questões, espero que o Executivo assim o faça e desejo um Feliz Natal ao Senhor Presidente, que está aqui ausente, e que a árvore de Natal já esteja acabada de montar. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** – Queria lembrar que o Partido Socialista também tem uma opinião em relação à UNIR e nós não achamos que a culpa morre solteira, a culpa tem um nome que é o concessionário que está neste momento a operar no nosso Concelho. Iniciou-se no passado dia 1 a operação do novo serviço público rodoviário de passageiros de toda a Área Metropolitana do Porto, esse serviço resulta de um concurso público internacional começado em 2018 e que, após o procedimento e muita litigância judicial obteve visto favorável do Tribunal de Contas em fevereiro deste ano. Este concurso é uma imposição legal da Área Metropolitana do Porto, que tivemos de responder, uma vez que as antigas concessões só estavam válidas até 2019, acabando por ser prorrogadas até 2023. Em 2018, depois da decisão da AMP em dividir o território em 5 lotes, é importante relembrar que Gondomar se debateu para ficar no lote n.º 2, a Câmara começou a preparar a nova rede. Gondomar não foi exceção no trabalho de muito planeamento ao pormenor, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias desenharam uma nova rede que melhor servisse a população e que viesse de encontro a muitos pedidos dos utentes das Freguesias, das escolas e dos centros de saúde, muita gente esteve envolvida no planeamento desta rede, que não apareceu pela ideia de só uma pessoa, foi por consulta de várias entidades, é importante relembrar isto. Assim, foi apresentada à AMP uma nova rede de transportes na qual, de forma resumida, para o Município de Gondomar resulta nos seguintes aspetos: aumento em 37% do serviço praticado existente, 7 novas linhas e prolongamento de 12 linhas, aumento de 290 circulações por dia, cobertura da maioria das escolas e de todos os centros de saúde, maior rebatimento com metro e comboio, cobertura das principais zonas industriais, cumprimento da exigência unilateral da Câmara Municipal do Porto em reduzir o número de autocarros e de entradas na cidade, mais serviço noturno e aos fins-de-semana. Mais



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez, só queria realçar um pormenor que foi dito pela Senhora Múncipe que é a questão do transbordo entre os transportes de Gondomar e o Porto, esta situação só se deve e só está a gerar grandes constrangimentos, porque a Câmara do Porto foi intransigente em deixar entrar os autocarros das outras concessionárias na cidade do Porto. Durante os meses de outubro e novembro, mesmo com as limitações resultantes do ataque informático, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia prepararam o início da operação, de onde se destaca, um concurso público para aquisição de novas paragens, construção do terminal no Largo do Souto para fazer face ao aumento do número de autocarros, que passou de 92 para 298 por dia, correção e ajustes nos horários, pequenos ajustes aos percursos e campanha de informação à população. Gondomar foi, de longe, o Município que mais preparou e divulgou este processo, para que os utentes estivessem informados e pudessem usufruir. O lote 2 a que Gondomar pertence, juntamente com Valongo, Paredes e parte Sul de Santo Tirso, que foi vencido pela operadora Alsa – Nex Continental, é aquele em que, de toda a Área Metropolitana do Porto, existiram mais autocarros novos e em 30 de novembro tinha 170 dos 200 previstos. Nas inúmeras reuniões tidas com os operadores, foi garantido que estava tudo preparado e que iria correr tudo na perfeição, infelizmente nos primeiros dias da operação não foi o que aconteceu, apesar de ligeiras melhorias no dia 6 e dia 7, a verdade é que milhares de Gondomarenses ficaram prejudicados com a desorganização do operador e as falhas no serviço. À falta de planeamento do operador e à falta de formação aos motoristas juntou-se o elevado número de baixas por parte daqueles profissionais. Sabemos que os restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto estão na mesma situação e, na sua generalidade, bem pior do que Gondomar. É urgente repor a normalidade dos transportes públicos e é imperioso que o operador cumpra o contrato e realize os horários previstos, deixando de prejudicar os passageiros. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recomenda exigir ao operador que, com toda a urgência, cumpra os horários previstos no contrato, exigir ao operador que inicie a operação das novas linhas, exigir ao operador que é necessária formação aos motoristas e recomendar à Área Metropolitana do Porto que se apliquem as sanções contratuais previstas. -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – Eu vou dizer qual é o nosso sentido de voto das moções. Queria dizer ao PAN que nós não vamos criar qualquer obstáculo às vossas duas moções, simplesmente temos algumas dúvidas sobre desacorrentar os cães, eu acho que isso é quase impossível, mas como é uma recomendação nós vamo-nos abster para poder passar e depois a



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara incrementa, mas acho difícil. Eu penso que quem tem os cães acorrentados é uma questão de consciência não saber lidar com o cão, esse é que é o problema, mais importante do que nós recomendarmos é as pessoas que têm os animais saberem tratá-los. Relativamente à questão da refeição de origem vegetal, nós vamos também nos abster, porque uma recomendação não estorva nada, mas nas escolas já existe isso, qualquer aluno que queira comer uma refeição dessas pode fazê-lo, até pode comer todos os dias, eu sou a favor de que o aluno peça a refeição vegetal, em vez de haver uma obrigatoriedade, senão também começamos a exigir que não se comam francesinhas e cachorros, que é uma das coisas que faz mal a toda a gente, isto também é uma questão da consciência dos pais, mas vamo-nos abster. Em relação à moção da CDU, vamos votar a favor, porque entendemos a importância desta situação sobre a água, que é o meio próprio de grande utilidade para toda a população. Em relação à moção do Bloco de Esquerda, da garantia de equidade e acesso eficiente na rede de transportes UNIR, vamos votar contra, quanto mais não fosse por aquele parágrafo que diz que o Presidente da Câmara e da Junta de Freguesia da Lomba não se empenharam, ora, conhecendo bem o Senhor Presidente da Junta e o Presidente da Câmara, que são pessoas que se empenham, só por esse parágrafo votamos contra. Sobre a moção do Bloco de Esquerda, de eliminar o período mínimo de residência, nós vamos nos abster, mas temos dúvidas, porque eliminar os seis anos é pôr em igualdade quem mora há um ano e quem já mora há dez ou quinze anos aqui. Nós vamos criar um problema, quem tiver um ano de residência em Gondomar, com as mesmas carências do que quem tem vinte anos vai ter os mesmos direitos e eu acho que isso não é correto, mas nós vamos nos abster, porque é uma recomendação e depois a Câmara faz o que entender. Se fosse para eliminar do regulamento nós votávamos contra, mas como é recomendação a Câmara que decida. Vamos votar a favor a recomendação e da moção da Iniciativa Liberal, mas queria dizer ao Senhor Deputado que a Câmara já fez e está a decorrer uma auditoria e depois vamos apurar responsabilidades, mas uma vez que vocês estão a pedir uma auditoria, vem reforçar o serviço que a Câmara já fez. Em relação ao problema da habitação na Lomba, nós vamos votar a favor, mas nós não podemos, como disse o Senhor Vice-Presidente, obrigar ninguém a fazer a ligação da água a casas ilegais, primeiro, nem acredito que os serviços façam isso, nem acredito que façam a ligação de eletricidade ou gás. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai pedir uma audiência ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora do Pelouro, Dra. Cláudia Vieira, com o Senhor Presidente da Junta a acompanhar-nos, para tentar ver a possibilidade de



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legalizar as casas e não sei o que é que podemos fazer, uma vez que está a decorrer o PDM. Até digo mais, se as pessoas quisessem, quando estavam a construir a casa, se não era possível legalizar deitavam a casa abaixo. As casas existem lá, vamos deitá-las abaixo porque estão ilegais? Vamos ver quais são as possibilidades que vamos ter junto do organismo certo e, portanto, vamos votar a favor. Em relação ao “25 de Novembro”, eu comungo algumas coisas, mas estou de acordo com o que disse o Senhor Deputado Daniel Vieira, efetivamente nós devemos celebrar só o “25 de Abril”, porque o resto foi o que aconteceu na democracia, não tenho nada contra quem quer celebrar o “25 de Novembro”, mas vamos votar contra. Vamos votar a favor da redução das portagens do CDS, porque entendemos que é justo para a população e vamos votar, como é obvio, a favor da moção do Partido Socialista. -----

----- **RUI VICENTE** – Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – A Lomba hoje está a ser muito falada nesta Assembleia, com muito pena minha, porque deveria de ser assim em todas as Assembleias, a Lomba no centro, porque de facto nós merecemos. Água em Monte de Meda, eu aprovo a colocação de água naquelas habitações, de facto temos ali um problema, as habitações não estão legais, mas eu também acho que todos nós temos direito à água, o ser humano tem direito à água e esta tem de estar acessível, quer a casa seja legal ou ilegal, seja um barraco, seja o que for, acho que todos nós temos de ter acesso à água, porque se formos para o passado a vacina e a água potável foram duas situações que a humanidade lutou muito para disponibilizar às pessoas e eu penso que esse direito não devia ser vedado pelo facto apenas das casas não estarem legais. As casas foram construídas durante o dia, não foram só de noite, havia fiscais e todo um conjunto de mecanismos que permitiriam que, se as casas fossem mal construídas ou em sítios indevidos, devia haver fiscalização para embargar a obra, nada foi feito. Temos de ter atenção a uma situação, há um PDM que foi aprovado em 1994, estas casas são anteriores, estamos a falar de casas de 1970 ou 1980 em que não havia PDM no território, mas também não havia fiscalização e para chegar da Lomba a Gondomar demorava 3 horas, os fiscais não iam à Lomba, porque era longe, os carros também não eram tão confortáveis como os de hoje em dia, poderiam passar de barco, mas não sei, o que sei é que a Lomba não tinha qualquer fiscalização e foram feitas muitas casas ilegais, não só na Lomba, em Melres, Medas, Foz do Sousa e Covelo, em que temos muitas situações idênticas de casas que foram construídas à luz do dia, à frente de toda a gente. Entretanto, em 1994, surge um PDM que organiza o nosso território, mas que inviabiliza cegamente algumas partes do território, o PDM cobriu como áreas florestais e



11. DEZ 2023


GONDOMAR
é Douro
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agrícolas, de REN e de RAN, um conjunto de áreas que tinham lá casas e, se tinham lá casas, deviam ter tomado medidas para que não fossem colocadas em áreas de reserva, o que não aconteceu, foi tudo a eito, mancharam o mapa conforme quiseram e agora temos aqui uma situação em que temos casas que não são passivas de legalização, porque estão em áreas de reserva e a culpa é de quem? Não sei. É de quem construiu em 1970? Acho que não, acho que toda a gente fazia igual, toda a gente tinha uns “troquitos” e ia fazendo as casas, esta é a realidade. Em 1994 não foram tomadas medidas para que aquelas áreas não fossem colocadas como reservas, eu acho que a culpa é disso, porque se tivessem tomado as devidas precauções, hoje era possível a legalização dessas habitações, hoje não é porque temos de alterar o PDM, e não é só o PDM, como a Lomba é junto ao Rio Douro, temos as reservas REN, RAN, POACLS, áreas percorridas por incêndio e mais alguns planos. Acho que a Câmara devia de uma vez por todas pegar neste assunto e olhar para ele, porque não é só em Monte de Meda, temos duas casas na Rua da Poça e uma casa na Travessa da Quinta que não têm água e são estas situações que a Câmara devia resolver e penso que não vamos perder mandatos nem ser presos por fazer o bem.

----- Fibra ótica, concordo plenamente com o meu camarada, a Lomba merece fibra ótica, como todas as outras Freguesias e Concelhos, acho que, atualmente, a fibra ótica é uma linha que é fundamental para o desenvolvimento de qualquer região e infelizmente a Lomba está outra vez atrás, porque fomos esquecidos ou ainda não foram lá colocar, o Senhor Presidente da Câmara diz que não é da sua responsabilidade, mas que em breve será colocada a fibra ótica. ---

----- Para acabar, nem sei o que dizer ao Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado que apresentou a moção não conhece a Lomba certamente ou se escreveu esta moção eu fico muito ofendido, porque vocês não me perguntaram e não recebi nenhuma informação daquilo que eu tinha feito, não falo pelo Senhor Presidente da Câmara, mas falo por mim, que planeamento foi feito, que levantamentos é que foram feitos, ninguém me questionou nada para estarem a dizer que nós não fizemos nada. Também tenho de dizer que se o Senhor quiser sair da Lomba não sai só para a freguesia vizinha, nem para o concelho, sai para o distrito vizinho, porque para sair da Lomba tem de sair do distrito. Nós criamos ligações para o centro do Concelho, 8 linhas diárias e é óbvio, como sendo uma freguesia especial, estamos rodeados por outros concelhos, por outro distrito e outras freguesias, nós temos de fazer pontes e por isso é que há lotes, nós temos o lote n.º 2 que é de Gondomar e temos de fazer ponte com o lote n.º 5 e assim é que é o futuro dos transportes. O Senhor está a dizer que nós favorecemos os trabalhadores da Câmara, porque



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos linhas diretas para Gondomar, e que não olhamos para o pessoal de Gaia, e o de Espinho, São João da Madeira, Fiães e por aí fora? Vamos fazer uma linha para cada um deles? Vamos pôr linhas para todo o lado, somos especiais? Não, o futuro dos transportes é fazermos pontes, por isso, nós fomos isentos, fizemos um bom planeamento, um grande levantamento e posso dizer a todos que o Senhor Presidente da Câmara tem feito um esforço enorme para estar no terreno junto dos Presidentes de Junta, junto de todos as equipas para colmatar todas as situações que vão surgindo e resolvê-las e da minha parte, na Lomba, também fiz o mesmo. Também gostaria de perguntar ao PSD como é que correu a implementação deste processo nos Concelhos em que o PSD governa. -----

----- **ANTÓNIO BRÁZ** – Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Quando há alterações na mobilidade há sempre problemas, eu vivi a grande alteração de mobilidade no Porto no fim dos anos 90 e lembro-me bem das comissões de utentes e do que fizeram. Eu trabalhava no Porto, como trabalhei muitos anos, e foi também um grande problema, como sabem, até ao fim dos anos 90 todos os terminos dos autocarros eram na Avenida dos Aliados e no Bolhão, mas entretanto a cidade mudou e foi preciso, e bem, criar novos terminos para a Boavista, onde até aí não havia quase autocarros e hoje é um grande centro de terminos de autocarros na cidade do Porto, para as Antas, para o Hospital São João, para o Marquês, etc., mas criou uma confusão enorme, não tenham dúvidas nenhuma, não há alterações sem confusão. Isto é para fazer uma referência histórica, mas amanhã vai acontecer noutra lado qualquer, quando há uma transformação, há problemas, temos é que os resolver e é isso que vai acontecer aqui. Eu quero manifestar a minha solidariedade com os habitantes da minha Freguesia, mas também de todo o Concelho, que foram imensamente afetados com estes problemas, mas penso que esta mobilidade vai melhorar a vida e vamos chegar mais depressa onde queremos ir, essa é a minha perceção e acredito que, quer com o maior número de transportes, que com as interligações que se criaram, vai melhorar, mas eu penso que estamos sempre a tempo de fazer as alterações que forem necessárias. Portanto, eu devo já assinalar que hoje, esta segunda-feira, foi muito melhor do que a anterior, não tenham dúvidas nenhuma, devia ser muito melhor? Devia, mas foi muito melhor do que na segunda-feira passada, portanto, estamos a fazer esforços para que as coisas melhorem, senão teria sido igual ou pior. Mas deixem-me ser justo, eu quero realçar aqui o enorme trabalho que o nosso presidente da Câmara tem feito e a equipa que está a colaborar para que as situações melhorem, é justíssimo, porque



11. DEZ 2023


GONDOMAR
e o seu
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu penso que Marco Martins tem sido dos Presidentes de Câmara que mais tem batalhado para que as coisas melhorem e, por isso, tinha de vir aqui dizer obrigado pelo esforço que tem feito com a sua equipa para que a mobilidade melhore e rapidamente estejam resolvidos estes problemas. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Na reunião de líderes ficaram algumas coisas decididas, entre elas algumas que até os serviços já entraram em contacto com os Senhores Deputados e alguns até prescindiram do que ficou decidido, mas relativamente à questão sobre a transmissão *online* em direto da sessão, eu falei com o Senhor Presidente da Câmara e ele disse-me que não havia possibilidade, dado que o espaço de tempo era muito curto, então iremos ter que, numa das próximas vezes, verificar se será possível. Eu realmente falei, mas não posso decidir só por mim esse tipo de coisas, eu tentei fazer com que isso fosse para a frente e devia essa explicação. -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Em primeiro lugar, gostava de dizer que o Senhor Presidente da Câmara está em Coimbra numa reunião da Associação Nacional de Municípios e julgo que houve que uma observação que foi aqui feita e que não é digna deste órgão, só queria dar nota disso, porque o Senhor Presidente da Câmara está realmente no exercício de funções em Coimbra, porque ele faz parte da direção da Associação Nacional de Municípios. -----

----- O facto de não ter havido empenho é absolutamente injusto, já aqui foi dito pelos Senhores Presidentes de Junta, em especial por eles, porque também têm acompanhado este processo com o Senhor Presidente da Câmara. Nós podemos dizer muita coisa, mas dizer que não houve empenho é absolutamente injusto pelo trabalho que o Senhor Presidente da Câmara tem feito nesta matéria, pode ter acontecido uma série de coisas e eu estou convicto de que o que aconteceu foi falta de capacidade de executar aquilo que estava contratualmente previsto por parte da empresa, dizer-se que não houve empenho ou planeamento é falso, porque o planeamento está aí, as linhas e os horários estão definidos e a empresa não está a ser capaz de cumprir o que estava inicialmente fixado. O PSD também falou aqui na possibilidade de prorrogar, essa possibilidade tinha de ser feita ao nível da Área Metropolitana do Porto, mas eu julgo que o entendimento foi de que não era legalmente possível fazer a prorrogação provisória das situações anteriores e, portanto, o entendimento foi de que estariam todos os Municípios obrigados a dar início ao cumprimento destes contratos. Eu acho que saberão tão bem como eu



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que nós estamos a viver uma situação que começou em 2015 com a alteração legal de transferência de competências, quer para a Área Metropolitana, quer para os Municípios, no âmbito das autoridades relacionadas com o transporte, os Municípios e as Áreas Metropolitanas começaram a ter competências nessa matéria e essa alteração legal foi evoluindo, depois tivemos de colocar à concorrência os contratos de concessão relacionadas com o transporte, não se tratou de uma privatização, já era uma empresa privada que prestava esse serviço, portanto, não houve privatização nenhuma, aliás, estamos a falar de prestações de serviços que já aconteciam e esses contratos tiveram de ser sujeitos a concursos públicos e as empresas que apresentaram melhores condições foram aquelas que venceram, com muitas incidências judiciais ainda a decorrer. -----

----- Voltando às dúvidas, há esta questão da refeição 100% vegetal, já é possível, como foi dito pela Senhora Deputada do PSD, as crianças que quiserem ter uma refeição vegetariana podem fazê-lo, devo dar nota de que esse modelo já foi testado no passado com grande resistência, nem tanto das crianças, mas mais das famílias e devo também alertar para o seguinte, eu almoço nas escolas algumas vezes e fico chocado com o facto da grande maioria das crianças não comer a fruta nem a sopa, é isto que acontece, portanto, o esforço que temos de fazer em primeiro lugar é o de educação em termos nutricionais, tentar sensibilizar as crianças e as famílias da importância de comerem a fruta e a sopa, isto não acontece infelizmente, portanto, é aí que nós temos de fazer um esforço, não é obrigar as crianças todas há sexta-feira a comerem uma refeição vegetariana, porque eles não vão comer. A Câmara tem projetos no que diz respeito à nutrição, mas nós temos de insistir cada vez mais nessa matéria, porque é realmente fundamental. Eu acho que essa é uma via enviesada que não traz os melhores resultados. -----

----- O Senhor Deputado do Chega falou num ato relatado na última Assembleia Municipal, isso está a ser tratado em instâncias próprias e é lá que o assunto vai ser resolvido, neste momento não me assiste dizer mais nada quanto a essa situação. -----

----- Quanto a Monte de Meda, a questão de as casas estarem registadas quer nas Finanças, quer no Registo Predial, isso é possível porque os cadastros são completamente independentes, é possível termos um imóvel que está manifestado nas Finanças e não está no Registo Predial, nem está em mais lado nenhum, como é possível o inverso, hoje isso é mais difícil acontecer, mas é possível. E outro fator independente destes dois é o licenciamento da própria construção, é possível termos imóvel manifestado nas Finanças e no Registo Predial e a construção não estar



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

licenciada, isso é tudo possível, não é nada de extraordinário, o que acontece é que infelizmente o Estado tem diversos registos cadastrais que são independentes e que não comunicam uns com os outros dando lugar a este tipo de situações, sendo certo que isto não é novo, trata-se de uma situação de tempos imemoriais eu diria. -----

----- A CDU levantou o problema da empresa AGS, é óbvio de estar atentos e vigiar agora nesta altura com mais atenção o problema, eu acho que isso é evidente e tenho a certeza de que estaremos atentos a essa situação. -----

----- Foi aqui também referido que há condutores a fazer 13 ou 14 horas diárias, eu acho que isso tem de ser manifestado pelos próprios, não há mais nada que eu possa dizer. A informação que eu tive é que, há data de hoje, 39 motoristas estão de baixa, não sei o motivo e não quero tomar partido à cerca disso. Quanto ao financiamento e à subsidiação do transporte, a realidade de hoje é diferente, em primeiro lugar, haviam algumas dúvidas quanto à legalidade desse subsídio, em segundo lugar, hoje não temos os antigos passes monomodais, temos o Andante que serve toda a área metropolitana e temos o PART, que foi o Programa de Apoio à Redução Tarifária dos transportes, em que o preço máximo do passe em toda a área metropolitana é 40 euros, aquilo que por ventura há alguns anos justificava a atribuição desse subsídio, até porque era necessário alguns dos nossos colabores terem dois passes diferentes, hoje já não acontece e, para além disso, o preço do passe está reduzido a 40 euros que é a tarifa máxima para toda a área metropolitana. -----

----- O Senhor Presidente da Lomba falou na questão da água e eu não posso deixar de ser sensível aos argumentos que foram utilizados. O Senhor Presidente sabe que na altura em que eu era titular do Pelouro do Urbanismo fiz alguns esforços para resolver algumas destas situações, mas em momento algum iria colocar-me em risco de perder o mandato, isso eu nunca fiz, mas ele sabe, porque sei que também é muito empenhado nestas situações e conseguimos resolver algumas iguais a esta e tenho a certeza que a Senhora Vereadora Cláudia Vieira vai fazer o mesmo esforço, só que às vezes não é possível, temos de encontrar soluções, mas estou inteiramente de acordo com o que disse. -----

----- **VEREADORA AURORA VIEIRA** – Muito rapidamente queria repor a verdade, porque o que o Senhor Deputado veio dizer não é nada verdade, não aconteceu nada assim e eu não sou de informática, não sei se o Senhor é, mas de facto aprende-se. Relativamente aos discos, não chegaram a 20 mil euros, os discos velhos não se deitaram fora, estão para recuperar, porque



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguns têm matérias que estão lá e que podem ser usados, porque o ataque não foi igual em todas as máquinas. Quando tem que se tomar uma decisão, é melhor tomar alguma do que não tomar nenhuma, recuperar os discos demoraria meses, tanto que já recuperamos alguns em que havia informação muito urgente, mas isso implicava que a Câmara não funcionasse e nós trabalhamos em dois caminhos, o caminho da recuperação, que vai ser lento, em que têm aparecido mais algumas questões e que carece de técnicos muito especializados e o caminho de repor os serviços, o atendimento ao cidadão e o funcionamento e, portanto, o caminho mais rápido para repor os serviços em funcionamento, sem correr risco nenhum, era comprar discos novos e meter nas máquinas todas, sem prejuízo de catalogar os outros, analisá-los, recuperar informação e separá-los por lotes, que é isso que estamos a fazer. A única coisa que ficou sem IA e sem IE foram os computadores, não foram os decisores e, portanto, os decisores, apesar da situação e do impacto que teve em todos nós aquela situação, foram capazes de parar para pensar, de pedir ajuda e a verdade é que, passado um mês, o acesso aos cidadãos está reposto na medida do possível e já muita informação se recuperou. Só para dar uma nota, a parte cartográfica do Planeamento já foi toda recuperada, são pormenores que vão demorar tempo, não fomos os únicos a ser atacados, não fomos os primeiros e não vamos ser os últimos e, portanto, só para lhe dizer que os ataques se dão mesmo quando há robustez de planeamento e de segurança e dá-se também nas grandes empresas. Dois dias antes tinha sido atacado um grande hospital, dois dias depois foi atacada uma empresa de aviação e, portanto, isto é uma coisa com que vamos conviver daqui para a frente. Como sabe, esta guerra de *hackers* e "*contra-hackers*" é um trabalho e é um jogo, depende do lado em que está, todas as vezes que se descobre uma forma de atacar, outros descobrem uma forma de contra-atacar e sucessivamente. Não foram comprados telefones nenhuns por causa disso, porque os telefones não tiveram nada a ver, o que foi atacada foi a rede informática, sobretudo o servidor de *backups*, foi localizado mais em alguns aparelhos do que outros e pode acontecer a qualquer um de nós, basta carregar num *troll* ou numa informação que diz que vai receber algo. Estão repostos os serviços aos cidadãos, que era o ponto essencial, estamos a trabalhar e pensamos que vamos conseguir recuperar a maior parte do histórico. -----

----- Gostava de chamar à atenção para o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente aos transportes, que é uma preocupação muito grande para todos nós e, como disse no princípio, nós que estamos nestes lugares parece que não temos sentimentos nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11. DEZ 2023


GONDOMAR
Município de Gondomar

sangue vermelho, mas temos e para nós não é fácil perceber que isto está a acontecer e estamos a tentar que se resolva o mais depressa possível, mas tenho que dizer em público que o Senhor Presidente previu isto há dois anos, há dois anos o Senhor Presidente tutelava a equipa de trabalho da Área Metropolitana do Porto quando, nomeadamente o Município do Porto, começou a indicar que não deixava entrar as camionetas. Tivemos de tomar algumas decisões mais drásticas e isso foi sanado ainda com a Gondomarense e depois, quando resolveram mudar o concurso, o Senhor Presidente tomou a posição pública dizendo que o concurso, nos moldes em que está feito, ia dar muitos problemas, infelizmente teve razão, não só nos dois anos que se passaram em querelas do Tribunal, como está a acontecer agora, portanto, é muito injusto que digam que o Senhor Presidente da Câmara de Gondomar não tem lutado para que isto não acontecesse. -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Eu esqueci-me há pouco de referir o parecer negativo da Câmara, que foi aqui mencionado, por uma exploração mineira, realmente a Câmara emitiu parecer negativo e neste momento não tem motivos para mudar de opinião e eu julgo que foi conciliado com os restantes Municípios envolvidos. -----

----- **JOÃO FIGUEIREDO** (Defesa da honra) – Foi aqui dito que faltou à verdade, eu quero que a Senhora Vereadora concretize que parte da minha intervenção é que foi falta de verdade, que concretize e pondere muito bem as palavras, porque se tivermos dúvidas vamos ouvir a transcrição. Isto é defesa da honra. Concretize qual foi a parte que faltou à verdade, se tiver dúvidas eu vou relembrar, eu fiz uma série de perguntas, não respondeu a nenhuma, não fiz nenhuma afirmação, fiz perguntas, concretize qual foi a parte em que faltou à verdade por favor. -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – A Câmara Municipal não comprou nenhum telemóvel à conta do ataque informático, foi isso que o Senhor Deputado perguntou, onde é que tinha faltado à verdade. -----

----- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À MESA:** -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 1), sobre o “Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Companhia”, apresentada pelo Deputado Municipal do **PAN**, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 3 votos contra (2 CDS + 1 IL), 30 abstenções (23 PS + 4 CDU + 2 BE + 1 CH) e 7 votos a favor (6 PSD + 1 PAN).-----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 2), sobre a “Realização de uma refeição 100% de origem vegetal, um dia por semana, nas cantinas escolares do concelho”, apresentada pelo Deputado Municipal do **PAN**, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 8 votos contra (4 CDU + 2 BE + 1 CH + 1 IL), 31 abstenções (23 PS + 6 PSD + 2 CDS) e 1 voto a favor (PAN). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **REQUERIMENTO** (Documento 3), sobre a “Fiscalização, monitorização e divulgação das análises das águas de consumo e dos esgotos”, apresentado pelo Grupo Municipal da **CDU**, que posto à votação foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 4), sobre a “Garantia de equidade e acesso eficiente na Rede de Transportes UNIR em Gondomar”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE**, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 23 votos contra (PS), 4 abstenções (CDU) e 13 votos a favor (6 PSD + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- **MOÇÃO** (Documento 5), “Pela eliminação do período mínimo de residência para acesso a Habitação Pública”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE**, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 3 votos contra (2 CDS + 1 CH), 31 abstenções (23 PS + 6 PSD + 1 PAN + 1 IL) e 6 votos a favor (4 CDU + 2 BE). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 6), sobre a “Auditoria aos serviços informáticos municipais”, apresentada pelo Deputado Municipal da **IL**, que posta à votação **aprovada por maioria**, com 8 abstenções (4 CDU + 2 BE + 2 CDS) e 32 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 7), “Pela transparência aos lesados do ataque informático aos serviços municipais de Gondomar”, apresentada pelo Deputado Municipal da **IL**, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 2 abstenções (CDS) e 38 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 8), sobre o “Alargamento da rede pública de abastecimento de água potável ao Lugar da Meda, Lomba”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, que foi retirada. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 9), sobre “A importância de assinalar o 25 de novembro de 1975”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 29 votos contra (23 PS + 4 CDU + 2 BE), 7 abstenções (6 PSD + 1 PAN) e 4 votos a favor (2 CDS + 1 CH + 1 IL). -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** (Documento 10), sobre a “Redução do valor das portagens na A43 e A32”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 4 abstenções (CDU) e 36 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDUe pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 11), “Pela paz na Palestina e em Israel”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, que posta à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Pelo Deputado Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

----- Conforme nos locais próprios desta ata se assinala, no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem: -----

11. DEZ 2023



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho', written in a cursive style.

Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia
Documento 1 - PAN

Relativamente ao Documento 1 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado do PAN, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

1. A proposta apresentada pelo PAN é completamente irrealista e desfasada da realidade de muitas Famílias. A maioria dos Gondomarenses reside em Apartamentos, trabalha o dia inteiro, regressando a casa apenas ao final da jornada laboral, sendo impossível garantir a permanência de um cão desacorrentado dentro de um Apartamento, ou dentro de uma Casa, por exemplo;
2. É igualmente completamente irrealista e impossível, garantir a não existência de animais de companhia em espaços não confinados, nomeadamente de cães;
3. É da mesma forma utópico, garantir a não permanência de animais em varandas, alpendres, e espaços afins. Só quem não tem a mínima noção da realidade em que vivem grande parte das famílias que residem nos Centros Urbanos, pelas características e pelas dimensões dos apartamentos e das habitações, pode apresentar uma proposta desta índole;
4. Por último, e não menos importante, não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Gondomar assegurar este tipo de fiscalização, mas sim por campanhas de sensibilização da população;
5. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

Declaração de voto - Período Antes da Ordem do Dia

**Recomendação “Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de
Companhia”**

A recomendação em questão, além de trazer à colação uma proposta que vai além do que está previsto na Lei existente nesta matéria, sugere a implementação de novas ações fiscalizadoras para a Polícia Municipal, autoridade essa que já se encontra altamente sobrecarregada e a passar sérias dificuldades para cumprir essas competências. Sugerir mais uma competência, que por si só já é impraticável, num momento em que se afigura este cenário demonstra claramente uma leitura errada daquelas que devem ser as prioridades.

Deste modo, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta recomendação.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo

11. DEZ 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia
Documento 2 - PAN

Relativamente ao Documento 2 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado do PAN, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**, pelos seguintes motivos:

1. A proposta apresentada pelo PAN é de carácter proibitivo e restritiva da liberdade de escolha das famílias;
2. As ementas das cantinas já dispõe, de uma alternativa vegetariana, de acordo com os cadernos de encargos definidos pelo Município de Gondomar;
3. Para além disso, as ementas das cantinas escolares, são elaboradas por equipa de nutricionistas, motivo pelo qual já são por si próprias equilibradas, de acordo com as necessidades dos adolescentes e dos jovens;
4. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

Declaração de voto - Período Antes da Ordem do Dia

Recomendação “Realização de uma refeição 100% de origem vegetal, um dia por semana, nas cantinas escolares do concelho”

A alimentação que é servida nas cantinas escolares do nosso concelho tem-nos merecido atenção, dada a existência de diversas queixas ao longo dos anos, tanto quanto à qualidade como à quantidade que é servida, sendo, actualmente, um problema vigente em Gondomar.

É, portanto, com estupefação que vemos uma recomendação neste sentido, que, além de trazer uma obrigatoriedade numa matéria que deve ser, tal como tem sido, opcional, isto é, as cantinas devem dar essa opção aos alunos que optem por esse tipo de dieta/alimentação, viria a causar mais problemáticas numa área onde estas são abundantes - e que urge em resolvê-las em primeiro lugar.

Assim, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta recomendação.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo

11. DEZ 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia
Documento 5 - BE

Relativamente ao Documento 5 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

1. Não concordamos com a eliminação do período mínimo de residência, por isso colidir com os interesses dos Gondomarenses, nascidos e criados no Concelho, que devem ter prioridade no acesso à habitação social, em detrimento de cidadãos que alteraram recentemente o seu domicílio fiscal para Gondomar;
2. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

Declaração de voto - Período Antes da Ordem do Dia

Moção “Pela eliminação do período mínimo de residência para acesso a Habitação Pública”

A Iniciativa Liberal, por princípio, coloca-se ao lado da simplificação e eliminação de entraves burocráticos em temáticas de Habitação, seja, principalmente, na construção de novos empreendimentos habitacionais, seja no acesso a fogos já existentes.

Não obstante, e tendo sido mencionada uma decisão do Tribunal Constitucional na moção em causa, colocamos dúvidas se o entendimento a retirar dessa decisão é precisamente aquele que é abordado.

Deste modo, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo

11. DEZ 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia
Documento 6 - IL

Relativamente ao Documento 6 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado da Iniciativa Liberal, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**, pelos seguintes motivos:

1. Não concordamos com a proposta da IL uma vez que a Câmara Municipal de Gondomar (CMG), assim que se verificou o ataque informático, procedeu a todas as diligências solicitadas pela IL, nomeadamente verificação dos danos, extensão dos dados que foram corrompidos e tornados públicos, e tomada de medidas correctivas, para evitar eventuais ataques futuros;
2. Para além do mais, já era do conhecimento público, que a Autarquia tinha iniciado um processo de inquérito, que foi amplamente divulgado pela Comunicação Social e pelas Redes Sociais da CMG;
3. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho'.

Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia
Documento 7 - IL

Relativamente ao Documento 7 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado da Iniciativa Liberal, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**, pelos seguintes motivos:

1. Não concordamos com a proposta da IL uma vez que a Câmara Municipal de Gondomar (CMG), assim que se verificou o ataque informático, procedeu a todas as diligências solicitadas pela IL, nomeadamente verificação dos danos, extensão dos dados que foram corrompidos e tornados públicos, e tomada de medidas correctivas, para evitar eventuais ataques futuros;
2. Para além do mais, e de acordo com a Autarquia, ainda não estão reparados todos os equipamentos informáticos que foram alvo de ataque, ainda existem dúvidas sobre a recuperação de integral dos dados e dos equipamentos de hardware afectados pelo ataque informático;
3. Tendo em consideração o segundo ponto, a auditoria interna ainda não está concluída, sendo impossível a emissão de qualquer relatório;
4. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023

CDU

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar

Sessão ordinária da Assembleia municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Documento 10 (PAOD) - proposta do CDS

Os eleitos da CDU não acompanham a proposta do grupo do CDS/PP sobre as portagens na A32 e A43 por três razões fundamentais: i) consideramos que não deviam existir portagens naquelas vias pelo que significam de penalização às populações, em particular das freguesias do alto concelho; ii) o CDS, tal como outras forças políticas, fazem jogo duplo quando propõem redução das portagens na Assembleia Municipal, mas já reprovaram propostas da CDU sobre a sua abolição, quer neste órgão quer na Assembleia da República (em legislaturas anteriores); iii) as populações do alto concelho têm sido sucessivamente penalizadas pelo encerramento de serviços públicos, introdução de portagens, falta de medidas concretas para a fixação de população e desenvolvimento do território como, por exemplo, a construção de uma zona industrial no nó da autoestrada, sendo o CDS co-responsável por essas políticas.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os Deputados Municipais da CDU

11. DEZ 2023



**iniciativa
Liberal**

Declaração de voto - Período Antes da Ordem do Dia

Proposta de recomendação “Redução do valor das portagens na A43 e A32”

A Iniciativa Liberal tem-se batido não só pela redução como pela abolição do valor das portagens nos pórticos existentes no nosso concelho, pelo que acompanhamos esta proposta.

Não obstante, além de, conforme surge no texto da mesma, pretendermos esta medida para que venha a beneficiar, em especial, todos os gondomarenses que possam usar estas vias como alternativas, este tema não diz respeito a esta Assembleia, visto que se trata de um tema de carácter nacional, sendo, portanto, o Parlamento o órgão capaz de operar tal alteração.

Ainda assim, e por uma questão de princípio, a Iniciativa Liberal vota **A FAVOR** esta proposta de recomendação.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo

11. DEZ 2023



**iniciativa
Liberal**

Declaração de voto - Período Antes da Ordem do Dia

Moção “Pela paz na Palestina”

Os acontecimentos no Médio Oriente, desencadeados pelos ataques terroristas do Hamas, têm vitimado milhares de civis, entre os quais mulheres e crianças, tanto em Israel como na Faixa de Gaza.

Torna-se, portanto, urgente alcançar um entendimento que permita o fim das hostilidades, o regresso dos reféns a suas casas e, por fim, selar a paz na região.

Deste modo, e expressando o desejo de que exista paz nos dois territórios, a Iniciativa Liberal vota **A FAVOR** esta moção.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entrou-se no ponto **C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. Suspensão do Mandato de Marlene Sofia Pinto Soares.** -----

----- A Assembleia **tomou conhecimento.** -----

----- **2. Discussão e votação da ata da sessão anterior (18-09-2023).** -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por unanimidade.** Nos termos do número 3, do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Senhores(as) Deputados(as): Arménio Lino Martins, João Pedro Andrade Pinho da Silva, João Resende Pinto Figueiredo, Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira, Maribel Santos Fernandes, Nuno Filipe Brito da Fonseca – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto e Carlos Alberto Sousa da Costa, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **3. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que os pontos **3.1 a 3.4** fossem discutidos em conjunto e votados separadamente, o que foi aceite por todos. -----

----- **3.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxa para 2023, a ser liquidada em 2024** --

----- **3.2 Lançamento de Derrama para o ano de 2024** -----

----- **3.3. Taxa de Participação no IRS para os rendimentos de 2024** -----

----- **3.4. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor para 2024;** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – No que diz respeito ao IMI, a proposta é de descer 2,5%, como temos vindo a fazer nos últimos anos, passando a taxa nas freguesias urbanas para 0,39 e nas freguesias rurais para 0,343 e com isto estamos a aproximar-nos da média da Área Metropolitana, eu não fiz estas contas com rigor, porventura ainda não estaremos na média, mas estamos a aproximar-nos bastante. No que diz respeito à derrama, IRS e TMDP, vamos manter as propostas do ano anterior. Começando pela derrama, vamos isentar as empresas com volume de negócios até 150 mil euros e aplicar a taxa de 1,25% às empresas com um volume de negócios de mais de 150 mil euros. A taxa de participação no IRS vai manter os 5%, com os mesmos argumentos que temos aduzido nesta matéria, designadamente que não estamos a prejudicar os Municípios de mais baixos rendimentos, mas sim aqueles que são tributados de forma mais significativa em sede de IRS e por isso é que mantemos esta taxa. No que diz respeito à taxa municipal dos direitos de passagem também vamos manter os 0,25%. ---



11. DEZ 2023

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **ANTÓNIO BRÁZ** (Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) – Saudar esta forma que o Executivo tem de nos vir apresentar reduzindo, paulatinamente, mas sempre reduzindo o IMI, porque acho que é importante e, por isso, tenho de saudar este cumprimento do programa de ação, foi efetivamente isso que prometemos aos Gondomarenses. Quero realçar aquilo que eu tenho feito já quando era oposição, eu penso que uma das componentes para renovar o parque habitacional passa também por agravar o IMI nos prédios devolutos ou em ruína, eu penso que a Câmara de Gondomar tem de ser muito mais ativa, porque efetivamente isso mexe com as pessoas, com os donos das habitações e essencialmente com os herdeiros, que não ligam nenhuma a estas habitações, porque não lhes doi, só começam a ligar quando lhes doi um bocadinho ao ver o IMI um bocadinho mais pesado e, portanto, eu sugeria à Câmara um maior rigor nesse trabalho. Deixem-me também puxar um bocadinho a brasa à minha sardinha, 36% dos imóveis que estão identificados são da minha união de freguesias, nós temos feito um trabalho razoável, penso eu, mas também prometemos continuar a fazê-lo ainda com mais força para que na próxima não sejam 36%, mas sejam 40%, não destes 400 e tal que estão aqui identificados, mas sim 40% dos mil e tal ou 2 mil, que se calhar precisam de ser identificados. A minha sugestão é que, junto do Departamento do Património, identifique esses prédios, para que haja uma melhor ação, se calhar com reforço dos trabalhadores, porque isso dá frutos a médio prazo. -----

----- **JOÃO FIGUEIREDO** (IL) – Vamos ver agora de que forma é que a matemática vai faltar à verdade. Sim, é verdade, estamos a descer o IMI, mas o facto de nós descermos 2% no ano não quer dizer que descemos cada vez menos, ou seja, a diferença que estamos a aplicar este ano é menor do que aquela do início do mandato, nós vamos votar favoravelmente, mas vamos continuar a dizer que não é verdade que estamos assim tão próximos da média, pelo contrário, é verdade que sempre que baixamos aproximamo-nos, mas continuamos na ponta, basta olhar para o resto do distrito e analisar as taxas, o Porto está abaixo de nós, até Concelhos do interior estão abaixo de nós, qual é a grande vantagem de Gondomar? Nenhuma. Portanto, sim, vamos votar a favor, a redução deveria ser muito maior e não apenas 2% por ano. Em relação à derrama, mais uma vez, mantemos, é a manutenção, não vejo de que forma é que queremos atrair empresas e negócios, podíamos criar regras especiais, como a criação de postos de trabalho, isto já é feito, quem começou muito bem até foi António Costa em Lisboa e, portanto, fica aqui uma ideia de um companheiro do vosso partido, vocês deviam aplicar taxa diferente de derrama, em



11. DEZ 2023


GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

função de criação de postos de trabalho e manutenção dos mesmos por um período mínimo e, porque não, também considerar atividades pelos CAE ou NIF de empresa se for o caso de queremos fazer esses acordos, mas de qualquer das formas, isto é tudo um bocadinho mais do mesmo. Por último, a nota sobre o IRS, tanto quanto eu sei, a partir de agora, qualquer pessoa que ganhe o salário mínimo mais 1 euro vai pagar IRS, nós estamos a dizer que as pessoas que ganham o salário mínimo mais 1 euro não precisam de devolução, eu sei que provavelmente a devolução seria minúscula e com os arredondamentos nem entraria na conta, sabemos disso, mas atenção àquilo que se diz, que as pessoas que são tributadas não precisam de dinheiro, isso sim é faltar a verdade. -----

----- **NUNO PONTES** (CH) – No que diz respeito à proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, taxa para 2023, a ser liquidada em 2024, entendemos e valorizamos a redução gradual deste imposto, mas para o partido Chega, como temos dito e defendido, o IMI é dos impostos mais injustos que existe no imenso lote de impostos no nosso país. É um imposto que não tem razão de existir, mas existindo, deveria, até pelas dificuldades que as famílias estão a atravessar neste momento, de ser reduzido para a taxa mínima de 0,3 e, por essa razão, votaremos contra. Lançamento da derrama, aprovaremos a medida. A taxa de participação do IRS, é com imensa pena, e caso não me tenha enganado, que Gondomar ainda faz parte dos 109 municípios que faz a retenção máxima da taxa de IRS. Os Municípios infelizmente, pelos erros governativos e pela própria conjuntura mundial, com guerras, têm passado algumas dificuldades e devolver parte do IRS certamente ia aliviar um pouco as dificuldades, proporcionando melhores rendimentos e melhores condições de vida. Relativamente à taxa municipal dos direitos de passagem, também aprovaremos a medida. -----

----- **URBANO MARQUES** (CDS) – Em relação ao ponto 3.1, vamos optar pela abstenção, a descida verificada continua a ser residual e nós defendíamos que deveria ser aplicada a taxa mínima de 0,3 em todas as freguesias, quer urbanas, quer do Alto do Concelho. É de saudar a descida paulatina das taxas, mas continuamos a achar que estão muito aquém do que era possível. Ao ponto 3.2 nada a referir, votamos a favor. Ponto 3.3 votamos contra, o IRS está pelo escalão máximo e definimos a aplicação de metade desse valor 2,5. Ao dizer que as pessoas com menores rendimentos são favorecidas, como disse o Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, isso é errado, basta ganhar-se mais 1 euros do que o salário mínimo e as pessoas já começam a ser tributadas. Ponto 3.4 votamos a favor, nada a referir. -----



11. DEZ 2023

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **RICARDO COUTO (PAN)** – Em relação às taxas, o PAN irá acompanhar o Executivo na Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. Em relação ao IMI, apesar de felicitar-mos a descida, para nós continua a parecer insuficiente. Por muito que respeite o Presidente António Bráz, nós no PAN temos uma visão inversa em relação aos edifícios devolutos, nós consideramos que ao invés de se aplicar mais taxas a quem tem edifícios devolutos, até de um ponto de vista de sustentabilidade ambiental, deveria se tentar conceder benefícios para que as pessoas investissem na sua reabilitação, na reunião preparatória que tivemos com o Executivo fizemos ver isso mesmo, não obstante vamos votar a favor. Em relação à taxa de IRS vamos votar contra, desde que temos presença aqui temos defendido que haja uma devolução de, pelo menos, metade da taxa de IRS às famílias. Em relação à taxa de derrama iremos votar contra, porque parece-nos redutor os critérios que o Executivo aplica, a lei prevê que possa ser aplicada uma diferenciação positiva em virtude do volume de negócios, do setor de atividade em que as empresas operem e também através da criação de emprego no Município e esperamos que o Executivo acrescente estes pontos à proposta do próximo ano. -----

----- **PEDRO FORTE (PS)** – Relativamente a estes pontos gostava de dizer o seguinte, as propostas a vigorar em 2024 para o Imposto Municipal sobre Imóveis, a Derrama, IRS e Taxa Municipal dos Direitos de Passagem acho que deveriam ser divididas em duas partes, até porque nós temos propostas que estão de acordo com as medidas inscritas no programa com que o PS se apresentou às últimas eleições autárquicas e para o qual os Gondomarenses deram maioritariamente o seu voto de confiança, mas, quanto às três últimas, mantém-se idêntico o conteúdo de 2023, numa linha de previsibilidade e estabilidade, impõe-se especial destaque para a taxa de IMI, por esta constituir uma despesa sensível nas contas das famílias de Gondomar e a sua redução ser uma notícia que merece destaque pela positiva. Antes de falar na questão do IMI que acho que merece algum detalhe, gostava de fazer um parêntese, relativamente ao IRS eu gostava que em Gondomar as pessoas pagassem muito IRS, era bom sinal, era sinal de que os seus rendimentos estão na média ou acima da média do país, isso não acontece, efetivamente manter a taxa dos 5% que não é devolvido, se quisermos pôr as coisas nesta forma, é penalizador de quem recebe mais, mas infelizmente para os Gondomarenses na sua maioria isto não é penalizador. Se nós gostamos de ver, ainda que haja quem não o admita, o que foi feito em Gondomar nos últimos anos em que houve requalificação dos espaços urbanos e em que efetivamente há uma nova imagem, isto só se consegue com a receita que vem também por esta



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

via, o que nós nos devemos preocupar é que isto seja bem aplicado e não estarmos a levantar uma questão que, para mim, não é questão. Mas vamo-nos centrar no IMI, esta proposta de redução vai mais longe do que simplesmente diminuir o seu valor, para além da taxa que estão a aplicar em 2024 ser reduzida relativamente à que foi praticada em 2023, continuará a haver especial atenção para com as famílias numerosas e será aplicada uma dedução em função dos dependentes dessas mesmas famílias. Por outro lado, é digno de enaltecimento o facto desta proposta ser uma motivação às práticas de conservação dos edifícios, pois o seu abandono é penalizado com o agravamento do IMI, tal como se pode ler na proposta aqui sujeita a aprovação. Por último, desde 2013 tem sido uma constante no discurso da Câmara criar um conjunto de medidas de atração de investimento e fixação de população no Alto do Concelho, manter uma taxa reduzida para as freguesias do Alto do Concelho vai além da retórica e para o Grupo Parlamentar do PS é uma concretização desse grande esforço de manter uma demografia viva e sã nas Uniões de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo, Melres e Medas e na Lomba. Desta forma, e pelo exposto, as propostas consideradas merecem o voto favorável do Grupo Parlamentar do PS. -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Sobre o conjunto de propostas que estão em cima da mesa, Senhor Deputado Presidente da Junta António Bráz, só para lhe avivar a memória, o Senhor era Deputado na Assembleia Municipal quando em 2017, após as eleições autárquicas, o Partido Socialista passou a taxa nas freguesias urbanas de 0,35 para 0,42 e nas freguesias rurais de 0,30 para 0,35, portanto, não é verdade que foi sempre a descer, houve aí uns momentos em que foi a subir, mas é verdade que neste mandato tem procurado se aproximar de taxas anteriormente cobradas, mas, por exemplo, em 2009 chegou a ser 0,39, há aqui flutuações, é verdade que o Partido Socialista baixou em 2013 após as eleições, mas subiu-as mais em 2017. A segunda questão é sobre a taxa de IRS, eu acho que há aqui uma confusão, não é 5% do que as pessoas pagam de IRS, é da participação do Município, é uma coisa absolutamente residual, aliás, não deixa de ser curioso que quem defende o aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho esteja preocupado com a aplicação desta taxa com esta agravante, os Senhores Deputados sabem como é que esta taxa foi criada? O Estado Central retirou financiamento aos Municípios e deu-lhes a possibilidade de decidir sobre a aplicação desta taxa, ou seja, o Estado Central não quis assumir a sua responsabilidade e deu isto aos Municípios. A Câmara aplicou, creio eu, a taxa de 0,45 durante três ou quatro anos entre 2013 e 2017 e basta ver aquilo que



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram as contas de gerência desse período para se perceber onde que é que elas se implicavam, só tem implicações de facto nos rendimentos muito altos e, portanto, não é importante estar a abdicar disso como perspetiva de correção de uma questão de justiça. Por último, eu creio que está na altura de alterarmos a questão da derrama, nós aprovamos essa proposta dos 150 mil euros há dez anos e aquilo que há dez anos significava esse volume de negócios, não é aquilo que significa hoje, eu creio que fazem sentido duas coisas, faz sentido atualizar para aquilo que é a realidade de hoje e faz sentido aplicar isto de acordo com a criação efetiva de postos de trabalho.

----- **MARIBEL FERNANDES (PSD)** – Relativamente a esta ordem de trabalhos nós vamos acompanhar o IMI, a Derrama e a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem e não acompanhamos o IRS. Leu e entregou as declarações de voto, relativas aos pontos 3.1 e 3.3, que adiante seguem.

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Eu só queria dar um esclarecimento relativo à Derrama, eu sou capaz de concordar com algumas coisas que foram aqui ditas por vários Deputados, acho que este regime deve ser revisto, eu já falei deste assunto ao Senhor Presidente e há aqui algumas dúvidas. Eu acho que o Porto tem um regulamento próprio, ou seja, aprovou previamente um regulamento que depois sustentou as alterações nestas propostas e eu julgo que, no que diz respeito designadamente à criação de postos de trabalho, pode ser obrigatória a criação de um regulamento próprio, mas sim, sou capaz de concordar com isso, se calhar é tempo de revermos a tributação em sede de Derrama, porventura o volume de negócios já não é suficiente para fazermos uma distinção mais justa no que diz respeito a impostos a aplicar nesta matéria. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.1.** Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxa para 2023, a ser liquidada em 2024: **Aprovada por maioria**, com 1 voto contra (CH), 2 abstenções (CDS) e 37 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS e pelos Deputados Municipais do PAN e da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.2.** Lançamento de Derrama para o ano de 2024: **Aprovada por maioria**, com 2 votos contra (1 PAN + 1 IL) e 38 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU e pelos Deputados Municipais do PAN e da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----



11. DEZ 2023

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

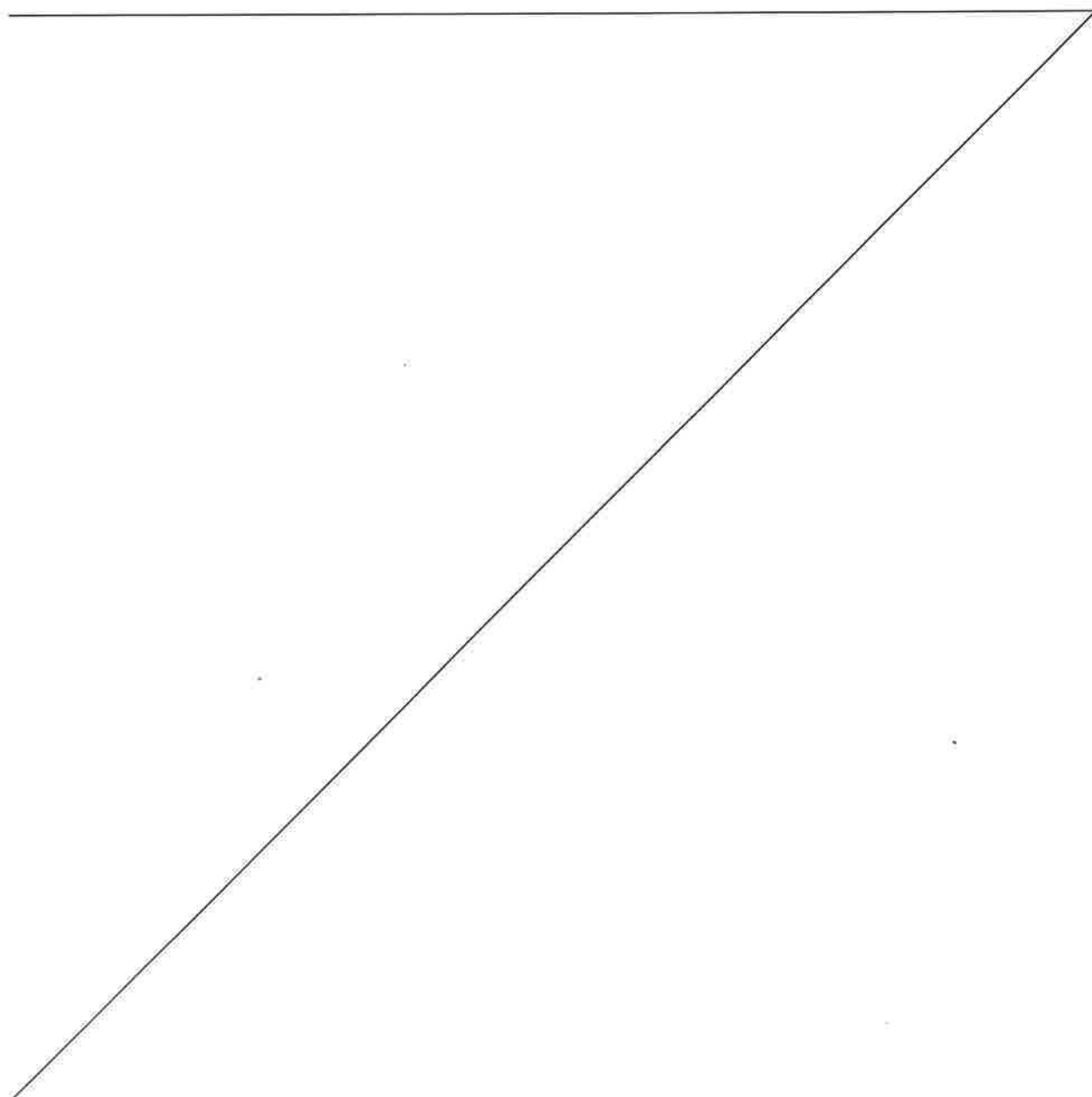
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.3.** Taxa de Participação no IRS para os rendimentos de 2024: **Aprovada por maioria**, com 11 votos contra (6 PSD + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e 29 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.4.** Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor para 2024: **Aprovada por unanimidade.** -----

----- Conforme nos locais próprios desta ata se assinala, relativamente aos pontos 3.1 a 3.4 da Ordem de Trabalhos, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem: -----



11. DEZ 2023



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar
11 Dezembro de 2023**

Declaração de Voto – Ponto 3.1

3.1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Taxa para 2023, a ser liquidada em 2024

Tendo os vereadores do PPD/PSD enviado, em 10/11/2023, a sua proposta sobre a taxa adstrita ao Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023 a liquidar em 2024, para ser apresentada na reunião de executivo para correspondente deliberação, constatou-se que a mesma não foi admitida na ordem de trabalho da reunião extraordinária de 30/11/2023, sendo negado o exercício pleno do mandato que lhes foi conferido pelos Gondomarenses.

Patenteada esta postura de incorreção do executivo, traduzida pela menorização do Estatuto da Oposição e de falta de respeito por Gondomar e pelo Gondomarenses, os deputados municipais do PPD/PSD, em prol da sua credibilidade, manifestam o seu protesto pela não admissão das propostas.

Ao não aceitar as propostas do PSD, o PS evitou ter que as votar e deixa claro aos Gondomarenses que não quer verdadeiramente baixar os impostos como podia e deveria, o que é ainda mais grave, se atendermos que os Gondomarenses têm uma das taxas de IMI mais altas da AMP e do país e, em contraponto, um rendimento per capita (RPC), dos mais baixos.

Mas efetivamente, mais vale pouco que nada e o PSD, por consideração da importância da descida deste imposto, optou pelo **voto favorável**.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD

11. DEZ 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – IMI – Taxa 2023 a ler liquidada em 2024

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**, pelos seguintes motivos:

Numa conjuntura muito difícil para as Famílias e as Empresas Gondomarenses que enfrentam novamente os efeitos de uma crise económica fruto da inflação e das consequências da Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, e da volatilidade do preço das matérias-primas, voltam a pairar incertezas quanto ao futuro dos nossos pequenos e médios empresários e das Famílias Gondomarenses. Todas as previsões apontam para que 2024 continue a ser um ano marcado negativamente pela inflação.

Apesar do IMI descer de forma marginal, quer nas Freguesias Urbanas, quer nas Freguesias do Alto do Concelho, essa diminuição pouco impacto terá nas carteiras das Famílias e das Empresas, para além de que o Executivo Municipal do PS continua a praticar taxas diferenciadas entre as Freguesias Urbanas e as Freguesias Rurais.

É nosso entendimento que se deveria aplicar uma taxa única transversal a todo o Concelho, descendo de forma mais acentuada este imposto, especialmente numa altura em que as Famílias vivem momentos bastante difíceis. Descer de forma mais significativa o IMI, mostraria o interesse deste Executivo em defender os seus Municípios, o que não sucede com a proposta agora apresentada.

Tendo em consideração que o IMI irá diminuir, embora de forma muito tímida, o CDS para não penalizar ainda mais os Gondomarenses, opta por se **ABSTER**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com



Declaração de Voto – PAN

3.1 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Taxa para 2023, a ser liquidada em 2024

O PAN apresentou como sugestão ao executivo a aplicação de uma taxa de 0,35% nas freguesias de Rio Tinto, Baguim do Monte, União das freguesias de São Cosme, Valbom e Jovim e União das freguesias de Fanzeres e São Pedro da Cova e uma taxa de 0,30% para as freguesias de Lomba, União das freguesias de Foz do Sousa e Covelo, e União das freguesias de Melres e Medas.

O PAN defende ainda que ao invés de unicamente penalizar os edifícios devolutos, se crie apoios específicos através de isenções dos mesmos quando se iniciarem projetos de requalificação.

Ainda assim prezamos a iniciativa do executivo de redução da taxa de IMI, e optamos por votar favoravelmente.

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

**Declaração de voto - Ponto 3.1: “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) -
Taxa para 2023, a ser liquidada em 2024 – Proposta”**

A proposta de IMI apresentada pelo executivo traduz uma evolução positiva, uma vez que estamos perante uma redução da taxa, ainda que tímida.

No entanto, falta percorrer um longo caminho para chegarmos ao ponto em que pretendemos estar, que é o de deixar de praticar uma das taxas de IMI mais altas do distrito do Porto, mesmo com a discriminação positiva entre as freguesias do Alto Concelho, que continuam a ter uma taxa mais alta que a praticada em concelhos vizinhos.

Se queremos deixar de perder população, tal como sucedeu nos últimos dez anos, de acordo com o resultados dos Censos 2021, é por aí que devemos seguir.

Ainda assim, o voto da Iniciativa Liberal é **A FAVOR**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo

11. DEZ 2023

CDU

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar

Sessão ordinária da Assembleia municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Ponto 3.2 (POD) - proposta da CMG sobre lançamento da derrama

Declaração de voto

Os eleitos da CDU têm acompanhado a proposta da maioria PS sobre a redução e isenção da derrama para empresas com baixo volume de negócios, sendo que essa medida corresponde a uma proposta antiga da CDU para apoiar as micro, pequenas e médias empresas. No entanto, a CDU alerta para o facto do valor identificado para a isenção (150.000 euros) já não corresponder à realidade, considerando a inflação verificada nos últimos anos, sendo que esse limite deve ser aumentado. A CDU continua ainda a defender que a taxa a aplicar devia ainda ter em conta as características dos postos de trabalho criados e a criar.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os Deputados Municipais da CDU



Declaração de voto PAN

3.2 – Lançamento de Derrama para o ano de 2024

O PAN vota contra a proposta de taxa de Derrama do executivo.

Consideramos a mesma bastante redutora, e para nós é inconcebível que uma empresa com volume de negócios superior a 150000€ que aposte na transição energética seja taxada da mesma forma que uma empresa poluente.

11. DEZ 2023



**iniciativa
Liberal**

Declaração de voto - Ponto 3.2: “Lançamento de Derrama para o ano de 2024 – Proposta”

A proposta apresentada para o lançamento de Derrama vem igualar as propostas dos anos anteriores, pelo que, à imagem do que sucedeu anteriormente, a Iniciativa Liberal volta a defender que o Município pode e deve ir mais longe nas isenções, com vista a atrair novas empresas e investimento privado para o concelho.

Isentar de Derrama apenas as empresas com volume de negócio inferior a 150 mil euros é muito curto para as ambições que, na nossa opinião, Gondomar deve ter, acrescentando que devem ser encontrados, à semelhança do que é aplicado noutros municípios, outros critérios de isenção além do volume de negócio, nomeadamente a criação efetiva de postos de trabalho e a manutenção dos mesmos.

A Iniciativa Liberal mostra-se totalmente disponível para colaborar na elaboração de uma melhor proposta nesse sentido no futuro.

Por agora, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo

11. DEZ 2023



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar
11 Dezembro de 2023**

Declaração de Voto – Ponto 3.3

3.3. Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2024

Tendo os vereadores do PPD/PSD enviado, em 10/11/2023, a sua proposta sobre a taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2024, para ser apresentada na reunião de executivo para correspondente deliberação, constatou-se que a mesma não foi admitida na ordem de trabalho da reunião extraordinária de 30/11/2023, sendo negado o exercício pleno do mandato que lhes foi conferido pelos Gondomarenses.

Patenteada esta postura de incorreção do executivo, traduzida pela menorização do Estatuto da Oposição e de falta de respeito por Gondomar e pelo Gondomarenses, os deputados municipais do PPD/PSD, em prol da sua credibilidade, manifestam o seu protesto pela não admissão das propostas.

A proposta do PSD previa a devolução de 2,5% do IRS aos Gondomarenses, que representa sensivelmente 3,5 milhões de euros dos cerca de 7 milhões deste imposto que o município recebe do governo central, mas não foi aceite pelo executivo socialista.

Numa altura particularmente difícil para todos, o PS teima em não devolver qualquer valor referente ao IRS pago pelos Gondomarenses, sendo que o podia fazer até 5%.

O PSD lembra a este executivo, que há muitos Gondomarenses a pagar IRS com muita dificuldade e que é lamentável que defendam que quem paga é porque tem vencimentos compatíveis, não necessitando de devolução do imposto.

Por consideração da irresponsável gestão da maioria PS neste processo e o conseqüente impacto negativo para os Gondomarenses, **o PSD vota contra.**

Os Deputados Municipais do PPD/PSD

11. DEZ 2023



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho', written in a cursive style.

Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – IRS 2023 – Taxa de participação no IRS para os rendimentos de 2024

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar contra, pelos seguintes motivos:

Considerando o actual cenário socioeconómico, e o nível de inflação que vivemos, com reflexos no rendimento disponível das Famílias, o Executivo Municipal do PS não sendo sensível optou mais uma vez por aplicar a taxa máxima na retenção do imposto sobre o rendimento (IRS).

O CDS defende que se deveria devolver metade do imposto retido aos contribuintes, fixando a taxa nos 2,5%.

Face ao acima exposto, o CDS optou por votar **CONTRA.**

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

Declaração de voto - Ponto 3.3: “Taxa de Participação no IRS para os rendimentos de 2024 – Proposta”

A Iniciativa Liberal, por princípio, discorda profundamente do facto de o Município não devolver qualquer percentagem dos 5% previstos de Taxa de Participação no IRS, uma vez que essa devolução permitiria às famílias ter um maior poder financeiro.

Além disso, ficamos chocados com a veemência com que o Executivo afirma que, quem paga IRS, não necessita desse valor, visto que tal seria residual. Num momento em que nos preparamos para ver quem recebe apenas um euro a mais que o Salário Mínimo Nacional a pagar IRS, manter esta opção demonstra a falta de solidariedade deste Executivo para com as famílias gondomarenses.

Posto isto, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,
João Resende Figueiredo



11. DEZ 2023


GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **3.5. Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – O Orçamento tem um valor global de 146 milhões de euros, portanto, é ligeiramente superior ao do ano passado que se fixou em 140 milhões de euros. No que diz respeito à receita, nós fizemos incluir um quadro simplificado, a exemplo do ano anterior, e se puderam dar uma vista de olhos em termos de tipologia da receita da relação relativa, quer nas receitas correntes, quer nas receitas de capital, estamos a falar de um peso mais ou menos idêntico ao que sucedeu no ano anterior. Falou-se aqui do IMI, se nós aplicássemos a taxa mínima de IMI o que tínhamos era uma diminuição na receita de 5 milhões de euros, o IRS rondaria 3,5 a 4 milhões de euros nesta proposta que há pouco foi discutida, portanto, quando mexemos as consequências existem, nós vamos descer 2,5% no IRS deste ano, é verdade, podíamos descer mais, mas ao descer este valor e contamos que haja uma redução da despesa de cerca de 600 mil euros. Em termos de peso relativo das várias tipologias de receita é idêntico ao ano anterior, sendo certo que, no que diz respeito à receita prevista de fundos comunitários, obviamente que ela dependerá de conseguirmos executar o que temos previsto.

----- Quanto à despesa, para ser muito breve, vou dar nota de duas coisas, uma é do serviço da dívida, em meados do ano a nossa margem de endividamento já estava nos 72 milhões de euros, para percebermos bem o trajeto que fizemos, o nosso endividamento a meio deste ano era de 57 milhões de euros e tínhamos uma margem de 72 milhões de euros, no final do ano teremos uma margem de 75 milhões de euros e para o ano, cumprindo este orçamento, teremos, pelo menos, mais 5 milhões de euros de margem de endividamento. A lei prevê que, para o ano, os Municípios que assim quiserem possam recorrer ao crédito até 40% desta margem, portanto, o nosso Município no ano de 2024, se quiser recorrer ao crédito, pode fazê-lo até cerca de 36 milhões de euros. Investimentos, eu acho que nunca é demais salientar o investimento que este Município tem feito na construção e beneficiação de arruamentos, sendo um investimento permanente de mais de 10 milhões de euros, se virem nas Grandes Opções do Plano há uma série de arruamentos que estão lá elencados, mas posso aqui nomear as vias principais, a Via Nordeste, a Via Norte-Sul, esta ligação de Novais da Cunha à Avenida Mário Soares, entre outras, há uma série de arruamentos que estão a ser beneficiados e outros que estão a ser construídos de novo. Vamos fazer também obras nos centros de saúde, designadamente o Centro de Saúde de Brás Oleiro que vai ser novo e há uma série de outros centros de saúde que vão ser intervencionados. Vamos fazer uma intervenção numa série de pavilhões municipais em Medas, Covelo, Foz do



11. DEZ 2023



GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sousa, São Pedro da Cova, Melres e no Pavilhão da Escola Secundária de Rio Tinto, sendo que alguns destes até já estão a ser intervencionados. Também está prevista no Orçamento uma intervenção nas Piscinas Municipais de Fânzeres, que realmente precisam. Vamos continuar as intervenções nas escolas, só para vos dar exemplos, Alto do Soutelo, Pinheiro d'Além, Vale Ferreiros, Lagoa, Ramalde e Vila Verde, só estou a falar de intervenções na ordem de centenas de milhares de euros, estou a esquecer as intervenções mais pequenas, muitas delas feitas com a ajuda das Juntas de Freguesia e outras empreitadas de valores bastante mais reduzidos até 50 milhares de euros ou pouco mais, mas pegando apenas nestas 4 ou 5 intervenções facilmente encontro à volta de 6 milhões de euros de grandes intervenções em estabelecimentos escolares. No movimento associativo cultural, social e desportivo também temos um pequeno aumento para as nossas coletividades e corporações de Bombeiros, que não atravessam um momento fácil, para além do Programa Extraordinário para a Aquisição de Viaturas de 2 milhões de euros que está a ser executado, temos estado ao lado das corporações nos seus gastos do dia-a-dia. Isto para fazer um retrato rápido e geral do nosso Orçamento, em especial das despesas de investimento, mas estou disponível para qualquer esclarecimento que se mostrar necessário. --

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Na filosofia hegeliana estuda-se que um dos princípios do método dialético de análise é o princípio da omnilateralidade, ou seja, um tema pode sempre ser analisado por diferentes ângulos e, portanto, o Senhor Vice-Presidente deu um ângulo, eu vou tentar dar um outro ângulo de análise do documento que temos. Quero começar por dizer que nós precisávamos quase de uma Assembleia Municipal para discutir o documento mais importante que normalmente passa por aqui que é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que todos os anos aqui discutimos. -----

----- Nós reiteramos aquela que foi a posição da nossa Vereadora na reunião de Câmara Municipal em que o documento foi aprovado, a 30 de novembro e também dizer que nós fomos à luta, digamos assim, ou seja, é verdade que fomos ouvidos pela primeira vez numa reunião do ponto de vista presidencial, mas a CDU discutiu, reuniu e apresentou 77 propostas para este plano e orçamento, naturalmente dispersas por diversas áreas. -----

----- Sobre o Orçamento em concreto, nós continuamos a achar que continua a haver um peso excessivo das rubricas relativas à aquisição de serviços, ou melhor, à externalização de um conjunto de serviços e sobre isto nós até achamos que há uma contradição política insanável sobre este documento que aprovamos aqui, sobre outro que vamos aqui discutir e aprovar e



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre um outro que tem a ver com a transferência de competências do Estado Central para a Administração Local, ou seja, a Câmara Municipal de Gondomar, não é só esta maioria PS, andamos a dizer há anos que não têm capacidade para gerir um conjunto de competências que são suas, ou seja, dizem assim “nós não conseguimos gerir as cantinas escolares, entregamos a uma empresa”, “nós não conseguimos gerir a recolha de resíduos, entregamos a uma empresa”, “nós não conseguimos gerir vários serviços e, por isso, externalizamos esses serviços” e depois dizem assim “e agora vamos aceitar mais competências do Estado Central”, ou seja, há uma contradição entre aquilo que é uma opção política de facto sobre o recurso permanente à aquisição e externalização de serviços que, no nosso entendimento, deviam ser da gestão municipal e depois esta opção que vamos aqui discutir de aceitar mais competências da administração central que, no nosso entendimento, mais não são do que presentes envenenados até de algumas competências que hoje a Câmara tem em matéria de educação. Dizer também que na mensagem de abertura destas GOP o Senhor Presidente da Câmara fala em vários investimentos, por acaso não falou de quase nenhum daqueles que aqui o Senhor Vice-Presidente referiu, ele refere sobretudo a questão do prolongamento do Polis, do Complexo Mineiro de São Pedro da Cova, do Fórum Cultural de Rio Tinto, mas a verdade é que estes três investimentos em concreto, e podia dar também a questão das piscinas e da margem do Douro, são referidos do ponto de vista de objetivos estratégicos e nós também consideramos que são objetivos estratégicos, mas depois não tem a respetiva correspondência orçamental. É verdade que há mais vida para além do Orçamento e há muitas outras coisas que se podem estar a fazer para além daquilo que é o Orçamento em concreto, mas também é verdade que, por exemplo, o Fórum Cultural nem sequer tem verba alocada, falo relativamente a 2024, o Complexo Mineiro tem 5 mil euros e há outras rubricas, por exemplo, nós hoje discutimos aqui a questão da água, até foi a minha camarada que colocou a questão e foi aprovada por unanimidade, mas o Plano Estratégico das Linhas de Água tem um valor residual de 5 mil euros, ou seja, não tem correspondência prática aquilo que são os objetivos estratégicos referidos. -----

----- Nós chamamos à atenção por diversas vezes para a proliferação de rubricas específicas e que eram apenas abertas essas rubricas para dar a possibilidade ao Município de executar certas obras. O Município há dois anos que tem uma nova estratégia, eliminou essa proliferação de rubricas específicas e coloca tudo numa grande rubrica por Freguesia que é de construção e beneficiação de novos arruamentos. Eu quero dizer que as regras orçamentais dizem que este



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tipo de recurso a estas grandes rubricas chamadas “Outros” é desaconselhável até do ponto de vista técnico e, portanto, até devia ser evitado o recurso a este tipo de procedimento. -----
----- Por último, eu também quero dizer que li, mais uma vez, a mensagem do Senhor Presidente da Câmara e ele chamou-me para a atenção uma coisa que eu achei interessante, então decidi fazer essa análise. O Senhor Presidente da Câmara diz que este é o 10.º Orçamento da Câmara Municipal de Gondomar e eu fui ler o Orçamento para 2014 e tentar fazer algumas notas comparativas entre esse Orçamento e o Orçamento que temos para 2024. É um facto que hoje temos um Orçamento que mais do que duplicou relativamente a 2014, em 2014 ele rondava os 69 milhões de euros e atualmente é de 146 milhões de euros. Nós ao bocado discutíamos a questão da derrama e da desatualização, o Orçamento da Câmara Municipal duplicou em 10 anos, é verdade que em 2014 ainda estávamos com todas aquelas medidas de austeridade e de condicionamento de ação dos Municípios e é verdade que temos agora um programa comunitário, mas é muito significativo e é preciso sabermos se temos “unhas” para algumas das coisas que lá estão. As receitas provenientes de impostos diretos nestes 10 anos cresceram 14 milhões de euros, ou seja, a Câmara arrecada no conjunto de taxas mais 14 milhões de euros do que arrecadava há 10 anos. Mas, por exemplo, há uma questão que me chamou muito à atenção e que eu acho que é um problema, não é um problema desta Câmara, é um problema das Autarquias no geral, que é a grande diminuição que as despesas com o pessoal têm no conjunto do Orçamento do Município, ou seja, se há 10 anos era de cerca de 35%, o custo de despesas de pessoal está atualmente entre 22% e 23% e nós sabemos que quando foram apresentadas as últimas Contas de Gerência a Câmara Municipal apresentou-nos um gráfico com a estrutura piramidal do seu quadro de pessoal, sabemos como ele está envelhecido e que se não forem tomadas medidas concretas deste ponto de vista a Câmara Municipal de Gondomar e as autarquias não vão ter a capacidade de responder aos problemas das populações e depois dizem-nos que não conseguem também subcontratar, mas não estão a ser tomadas medidas desse ponto de vista. Chamava também à atenção para o facto do crescimento de algumas verbas ao nível externalização de serviços, por exemplo, a recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2014 era de 4,4 milhões de euros e agora é de 7,5 milhões de euros, ou seja, para nós percebermos o que nos custa termos entregado a privados a recolha de resíduos sólidos e urbanos e o aumento que isso significa, de quase 80% para o Município de Gondomar. Depois também vos quero dizer que em 2014 já tínhamos algumas rubricas que agora voltamos a ter e algumas até têm uma



11. DEZ 2023

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

evolução negativa, por exemplo, em 2014 tínhamos uma verba para o Fórum Cultural de Rio Tinto e agora não temos verba para o mesmo ou, por exemplo, relativamente ao Programa Pólis também tínhamos uma verba superior alocada. Ou seja, passaram 10 anos, é verdade que muita coisa foi concretizada, seria injusto se dissesse que nada foi concretizado, mas eu disse que estava a fazer o papel do princípio da omnilateralidade do método dialético e, portanto, há rubricas que em 2014 tinham esta dotação e que deixaram de ter, isto mostra que temos que também olhar para o Orçamento de uma outra forma e ter uma discussão mais rigorosa sobre o conjunto de investimentos que aqui estão. -----

----- **SARA SANTOS (BE)** – Tenho algumas questões a fazer sobre estas Grandes Opções do Plano, porque é que, na área da cidadania, a ação relativa ao orçamento participativo não está prevista e porque é que, apesar de estar previsto nas GOP de 2023, não foi efetivado? Gostaria também que nos explicasse o que é que são os bairros digitais, em que locais é que estão planeados e justificar a escolha dos mesmos, é uma das áreas pela qual nós temos lutado muito, a questão da habitação, da habitação social e das várias intervenções a nível municipal. Gostaríamos de saber que intervenções é que vão ser efetuadas no Fórum Cultural de Rio Tinto, nas Casas da Juventude, no Museu Nacional de Ourivesaria, no edifício da PSP de Gondomar e na construção de parques infantis e parques de jogos. Está prevista uma estrutura residencial para idosos, também gostaríamos de saber mais detalhes acerca desta obra. Sobre a Estratégia Local de Habitação, estavam previstas até ao final de 2023 um total de 192 intervenções habitacionais operacionalizadas diretamente pela Câmara, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação, se as metas foram alcançadas ou não. Sabemos que para 2024 estão previstas 110 deste tipo de intervenções habitacionais, relativamente a 2023 existe um acréscimo de investimento na ordem dos 3 milhões e 700 mil euros mais ou menos e gostaríamos de saber se vamos conseguir acompanhar a Estratégia Local de Habitação. Uma coisa que nos preocupa é a diminuição de 160 mil euros das verbas alocadas relativamente ao Programa Social+, sabemos da grave crise económica e de habitação que o país passa e gostaríamos de saber o porquê da diminuição desta verba alocada. Nós acompanhamos as reestruturações e intervenções nos centros de saúde e vemos com muitos bons olhos as mesmas, gostaríamos também de saber qual é a sua natureza. Falando em acessibilidades, está prevista a verba de 70 mil euros para um parque infantil e gostaríamos de saber se vai ser adaptado para todas as crianças. Sobre a cultura existe, e também acompanhamos, um aumento de verbas alocadas, gostaríamos de saber se vão



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existir novidades para 2024 ou se vão ser as mesmas que a Câmara ao longo destes anos nos habituou. Também gostávamos de perceber porque é que a Noite Branca tem sido alocada à Juventude e não está prevista na parte da cultura, acho que esta é uma questão recorrente, até porque isto é uma iniciativa para todas as idades, acho que não tem muito a ver com a juventude, também sabemos qual é o valor alocado à Noite Branca e gostaríamos de saber o porquê do mesmo, acho que esta pergunta já foi feita em várias Assembleias Municipais acerca do Orçamento. Na área da proteção animal, está prevista a construção de novas instalações do CROAG, que também estava prevista no último Orçamento, gostaríamos de saber como é que vai correr a implementação do mesmo, onde é que vai ocorrer, estava previsto para a Foz do Sousa, houve alguns protestos dos residentes na Freguesia, gostaríamos de saber se a localização vai ser a mesma. A nível de perguntas teríamos muitas mais, mas fico por aqui. -----

----- Continua a haver verbas que nós não percebemos nas Grandes Opções do Plano, falta alguma clareza neste Orçamento. Continuamos a achar que não colmata todas as necessidades dos Gondomarenses, áreas como a habitação e ação social continuam um pouco negligenciadas pelo Executivo, falta um estudo real das áreas de habitação social, das necessidades habitacionais, assim como da realidade da pobreza do Concelho. Tendo tudo isto em conta, votaremos contra as Grandes Opções do Plano para 2024 e apresentaremos declaração de voto.

----- **MANUEL PEDRO CARVALHO (CDS)** – Antes de mais nada, e justiça seja feita, queria fazer um agradecimento, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, por ter ouvido o CDS na reunião que tivemos em conjunto bastante interessante e extensa, dar nota e agradecer essa abertura, espero que continue nos mandatos posteriores, é uma iniciativa de louvar. -----

----- Relativamente às GOP, é um documento extenso, é o documento mais importante do mandato, como referiu o Senhor Deputado Daniel, e não querendo ser redundante, mas de várias das opções que o CDS elencou, foram 5 ou 6 propostas por área, notamos que faltam investimentos estruturantes e quando dizemos isso, falamos de investimentos que já temos vindo a falar em anos anteriores e até no Executivo passado, são temas que o CDS já há muitos anos vem falando deles, inclusivamente na comunicação social e também nas Assembleias Municipais e que a CDU vinculou, inclusivamente a Central de Captação de Água da Foz do Sousa, o Pólis até Marecos, a dinamização da mancha verde e potencial bucólico do Concelho, a marginal ribeirinha, um bocadinho mais de dinamismo nas praias fluviais, até porque temos quase 40 km de margem de rio, a captação do polo industrial para o Concelho e uma série de outras questões



11. DEZ 2023

GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de âmbito de mais apoio à educação e outras questões que teríamos de falar aqui imenso tempo, falei nas mais importantes, até para depois não virem dizer que há aproveitamento político. Mas dizer que destes investimentos, o Senhor Vice-Presidente falou na questão dos investimentos com os centros de saúde e com as vias e saudamos, as vias acabam por ser um investimento corrente, digamos assim. O Concelho precisa, para além de alguma diminuição de carga fiscal, conforme foi aqui referido pelo Senhor Deputado Urbano e por outros Deputados, de aproveitar o enorme potencial que o Rio Douro nos dá e a mancha verde que temos, temos de tirar proveito dessa riqueza e dinamizar algumas áreas e algumas destas questões que falamos também seriam importantes para o potencial socioeconómico do Concelho. -----

----- É verdade que estas são opções políticas puras e duras e o PS está a executar o seu programa eleitoral, como é óbvio, são as suas opções políticas e, por esse motivo, o CDS votará contra estas Grandes Opções do Plano e apresentará declaração de voto. -----

----- **JOÃO FIGUEIREDO (IL)** - Vou ser muito breve, tão breve quanto a mensagem do Senhor Presidente neste Orçamento, e isto só por si já é um sinal. É um Orçamento igual aos outros, muito próximo, não critico a mudança, eu imagino e percebo que é aquilo em que acreditam, este é momento do ano em que nós confrontamos claramente com as visões distintas que temos para o Município. Continua a ser um Orçamento sem visão, sem projeto, sem objetivos e isto está patente nesta mensagem com um parágrafo de verdades de la palisse, a falar dos impostos, que ficam exatamente iguais ao que estavam antes, depois temos um parágrafo a falar de algumas ideias interessantes, de algumas obras, mas sem reflexo, portanto, são ideias na teoria e nem no papel estão. E, por último, chegamos ao ponto daquilo que é a grande diferença da visão da Iniciativa Liberal daquilo que é a visão deste Executivo do Partido Socialista, o Município está praticamente igual, há parte de uns jardins, há parte de uma Via Estruturante, ele está praticamente igual e refiro-me essencialmente a motivos económicos e de desenvolvimento e é aqui que nós divergimos, porque se nós queremos que Gondomar caminhe para um sítio completamente diferente, nós temos de ter uma visão de implementação de ideias e reformas, que é aquilo que não encontramos neste Orçamento. Ao bocado falamos de atrair investimento, por isso é que temos o IMI mais baixo no Alto do Concelho, ao mesmo tempo estamos contentes por uma Derrama completamente estagnada, ao mesmo tempo estamos contentes por termos um IMI acima da média, ao mesmo tempo estamos contentes por não devolvermos nada no IRS, está certo, é a vossa visão, é aquilo que vocês querem, não é a visão da Iniciativa Liberal. O tempo



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assim julgará, tenho a certeza de que Gondomar não será muito diferente em 2025 do que era 2021, à exceção de uns jardins, está mais bonito e por estas e por outras razões nós vamos votar contra. Faço das palavras do Senhor Deputado Daniel as minhas, apesar de estarmos em lados opostos da ideologia, é sempre um gosto ouvi-lo e aprendo bastante, eu acho que este Orçamento merece uma discussão e uma reunião única e exclusiva, pelo nível de detalhe e informações que estão aqui, até por uma questão de respeito pelo trabalho que está aqui inserido, seja pelos serviços, seja por parte do Executivo, que carece um bocadinho mais de atenção e discussão. -----

----- **NUNO PONTES (CH)** – Eu sei que o Senhor Vice-Presidente costuma usar o argumento de que é o Orçamento deste Executivo, certamente seria diferente de outras forças políticas, o nosso certamente também seria diferente, mas, mais uma vez, o Executivo liderado pelo PS não teve em conta as propostas do Chega para as Grandes Opções do Plano do próximo ano. Como já referimos aqui, a redução do IMI para a taxa mínima e fixar a taxa de participação do IRS em 2,5 eram duas medidas muito positivas para os Gondomarenses, tendo em conta a realidade e as dificuldades que passamos. Sabemos também que metade dos casos de corrupção têm origem nas Autarquias e empresas municipais, achamos que era importante apresentar planos de prevenção de riscos de corrupção, assim como a criação de um gabinete de prevenção à corrupção. É cada vez mais necessária uma atenção especial ao setor primário e estas guerras dizem-nos isso, pois cada vez mais infelizmente se vê pelo Concelho campos de cultivo ao abandono, portanto, também era importante nós termos o cuidado de ter atenção a esta questão. É necessário também captar jovens e fazer com que se fixem no Concelho, ter em conta as necessidades e ajudar quem tem dependentes. É importante o término do Pólis, já está mais do que atrasado. Continuamos com o problema dos transportes, já aqui foi falado, seja nas Freguesias centrais, seja no Alto Concelho. Continuamos a não ter metro no centro do Concelho, temos de esperar mais um par de anos para aparecer no Souto, por exemplo. Por não vermos estes e outros problemas que afetam os Gondomarenses, naturalmente que há mais, a não serem resolvidos, votaremos contra este Orçamento. -----

----- Eu gostava de abrir aqui parênteses e fazer um pedido, já que se falou em grandes obras e arruamentos, queria aproveitar para dar nota de uma “cratera” que tem mais de um mês na Rua da Giesta, junto ao Bairro Social, seria importante se calhar passar lá alguém para ver aquilo.



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **MARIBEL FERNANDES** (PSD) – Este é mais um Orçamento que não responde como devia à melhoria das condições de vida dos Gondomarenses nesta altura particularmente difícil para todos. Lembro novamente que o PSD, em devido tempo e como é da sua responsabilidade, enviou ao Executivo um conjunto de propostas que não foram admitidas. O Senhor Vice-Presidente referiu há pouco que a receita tem alguns problemas, existe o endividamento, mas importa referir que só no resultado líquido previsto no Orçamento estão 5 milhões de euros e as obras, se bem geridas, podem libertar outros tantos milhões, mas o que se tem assistido é uma falta quase permanente de planeamento com atrasos e agravamentos de custo, o que não traz bom augúrio a este Orçamento. Por esses motivos, o PSD vai votar contra. -----

----- **RICARDO COUTO** (PAN) – O PAN apresentou uma série de propostas e de ideias neste documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, é um orçamento em que nós vemos algumas vertentes positivas, mas em que nós consideramos que se poderia tentar almejar um bocadinho mais, pelo bem do Concelho e dos Municípios. O PAN vai-se abster nesta votação, apesar da questão do CROAG que foi anunciado em 2021 e que seria provavelmente um projeto que poderia pôr o nosso Concelho ao nível das melhores práticas, continuamos sem o ver sair do papel, sem entendermos muito bem o porquê. A questão das verbas para a requalificação das áreas fluviais das praias também nos parece claramente insuficiente. A ausência de criação de zonas pedonais, nomeadamente no centro do Concelho, para assim favorecer a economia local. A renegociação dos contratos de parquímetros com a criação de isenção de certos horários, também nos parecia importante. Não obstante, vamo-nos abster, porque também vemos algumas coisas positivas no documento apresentado pelo Executivo. -----

----- **ANTÓNIO BRÁZ** (Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) – Eu estou de acordo com este Orçamento, que está em linha com o dos anos anteriores e que tem levado o Município no caminho do desenvolvimento sustentável, mas vim aqui para falar de uma coisa que não estou de acordo. A habitação é o principal problema nacional e municipal e infelizmente hoje vi publicitado que a Câmara vai adquirir ou mandar fazer 42 habitações, penso que foi esse o número que vi. Nós temos 3200 habitações mais ou menos no nosso parque habitacional e o que é que nós todos vemos? É que uma elevada percentagem dessas habitações estão muitos meses vagos e isso é humanamente reprovável, é uma incompetência deste Executivo, não é dos secretários, nem dos contínuos, é politicamente uma incompetência. Eu estou aqui a falar um bocadinho em roda livre, porque é isto que eu sinto e é isto



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que eu tenho transmitido muitas vezes ao Presidente da Câmara, ele não está aqui, mas se estivesse dir-lho-ia, portanto, o Senhor Vice-Presidente faz o favor de lhe transmitir isso e ao Vereador da habitação, que também não está aqui. É inadmissível que durante todos estes anos um elevado número de habitações esteja tanto tempo vago sem ser habitado pelas pessoas que necessitam, isto tem de mudar rapidamente, o problema da habitação afeta muitos portugueses e muitos gondomarenses e haver habitações que ficam meses e meses vagas não é admissível para um socialista como eu e por isso eu quero manifestar aqui, alto e a bom som, a minha discordância e a minha exigência para que isso seja alterado e mais uma sugestão, também é preciso penalizar os familiares das pessoas que falecem e que, por vezes, demoram imenso a desocupar e às vezes só deixam lixo, mas como não há uma penalização efetiva, a casa em vez de ser desabitada para ser posta ao serviço das pessoas ao fim de um mês, é posta ao fim de vários meses, o que é desumano, porque há outros Gondomarenses que estão a precisar delas, portanto, há-que alterar efetivamente o regulamento e a partir, por exemplo, de um mês tem que ser muito penalizador para os descendentes da pessoa que faleceu ou senão a Câmara toma coercivamente posse das habitações. Eu tinha de vir aqui manifestar essa minha discordância, porque é efetivamente muito elevado o número de habitações que ficam muitos meses desocupadas. -----

----- **JOANA RESENDE (PS)** – Leu e entregou o documento, que adiante segue. -----



11. DEZ 2023

Orçamento e Grandes Opções do Plano do
Município de Gondomar para 2024

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem, perante esta Assembleia Municipal, expressar o seu apoio e aprovação da proposta para o Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Gondomar para 2024.

Reconhecemos a importância vital deste plano na construção de um futuro sólido e sustentável para a nossa comunidade, refletindo os anseios e necessidades dos cidadãos que compõem este município.

Não é apenas um compêndio de números e alocações financeiras; é, antes, o reflexo das nossas prioridades enquanto comunidade. É um instrumento poderoso que, bem elaborado e implementado, transcende a mera gestão de recursos, tornando-se a materialização de uma visão coletiva para o nosso município.

E cada verba alocada, cada projeto proposto, tem implicações diretas nas vidas dos munícipes que confiaram em nós para liderar este município.

Na ampla visão e rigor a que este Executivo nos habituou desde sempre, o documento que nos foi apresentado mostra-se elaborado em total observância dos requisitos legais exigidos, garantindo ainda o cumprimento dos princípios da estabilidade orçamental, do equilíbrio e da sustentabilidade financeira.



11. DEZ 2023

A capacidade de verificar os compromissos assumidos não garante apenas a prestação de contas, mas também assegura que os recursos sejam direcionados de maneira eficiente e eficaz, maximizando o seu impacto positivo na comunidade.

Com base nos dados apresentados, a robustez e a abrangência do orçamento para o exercício de 2024 da Câmara Municipal de Gondomar tornam-se ainda mais evidentes. Os números revelam uma alocação cuidadosa dos recursos, refletindo o compromisso em atender às necessidades variadas da comunidade.

Por outro lado, a inscrição ou reforço de projetos nas Grandes Opções do Plano é um passo significativo, indicando uma visão estratégica para o desenvolvimento a longo prazo. Ao priorizar áreas-chave e investir em projetos sustentáveis, a Câmara Municipal de Gondomar está a pavimentar o caminho para um futuro mais próspero e equitativo.

A considerável receita proveniente de impostos diretos, no valor de 36,21M€, sugere uma base fiscal sólida. Por outro lado, a contribuição substancial do Orçamento de Estado em 32,6M€, destaca a parceria entre o governo central e a administração local, possibilitando a implementação de projetos e serviços essenciais.

18,6M€ provêm do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), numa clara capacidade de assumir responsabilidades adicionais, promovendo a autonomia e a eficácia na gestão local.



11. DEZ 2023

Verificamos ainda 12,9M€ na venda de bens e serviços, diversificando fontes de receita, e sugerindo uma busca ativa por oportunidades de autossustentabilidade financeira.

Somamos ainda 6,8M€ em Rendimentos e Taxas, bem como 26,4M€ em Fundos Comunitários e Estratégia Local de Habitação, recursos externos utilizados na maximização dos investimentos na comunidade.

Da nossa análise, na despesa, destacamos o investimento considerável em pessoal, cerca de 35,9M€, numa clara valorização dos recursos humanos, essenciais para a prestação eficiente de serviços à comunidade.

Os compromissos assumidos para 2024 representam também uma grande parte da despesa (38,8M€), num claro planeamento proativo, numa abordagem estratégica na gestão financeira, garantindo a sustentabilidade a longo prazo.

Por outro lado, a alocação significativa para limpeza urbana (11,2M€) evidencia o compromisso com a manutenção da qualidade de vida e do ambiente para os residentes, que somada a 5,15M€ em encargos de instalações e iluminação pública, destacam o compromisso com a infraestrutura e a segurança nas áreas urbanas.

Este raciocínio replica-se no valor de 40,9M€, alocado para o investimento em habitação, arruamentos, instalações escolares e desportivas, limpeza de terrenos, etc, que reflete mais uma vez a priorização do desenvolvimento e da oferta de serviços à comunidade



11. DEZ 2023

Por fim, é claro no documento a preocupação com uma cuidada gestão da dívida, numa assunção de responsabilidade financeira, com encargos controlados e sustentáveis.

Em conjunto, esses dados reforçam a visão abrangente da Câmara Municipal de Gondomar para promover o bem-estar da comunidade, garantindo um equilíbrio adequado entre receitas e despesas para o desenvolvimento sustentável do município.

Louvamos, portanto, o compromisso contínuo do Executivo, que, mesmo diante do aumento da despesa apresentado, prioriza o bem-estar da população. A decisão de reduzir mais uma vez o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 2,5%, mantendo simultaneamente o IMI familiar, é digna de destaque. Além disso, a manutenção da discriminação positiva para o alto do concelho reflete uma abordagem sensível às necessidades específicas de diferentes comunidades.

Compreendemos que essa decisão implicou uma perda de receita na ordem dos quinhentos e cinquenta mil euros. No entanto, vemos essa diminuição de recursos como um investimento estratégico no alívio fiscal para os contribuintes. A redução do IMI, aliada à manutenção de benefícios como o IMI familiar, não alivia apenas a carga financeira sobre as famílias, mas também promove a equidade e a coesão social.

A decisão do Executivo em manter a isenção de derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ é um gesto significativo e estratégico, alinhado com uma política que favorece o estímulo económico local e o apoio aos negócios de menor porte. Ao aliviar a carga fiscal, o Executivo demonstra um compromisso em criar um ambiente propício para o crescimento e a sustentabilidade dos empreendimentos locais.

Essa medida não reconhece apenas os desafios específicos enfrentados por pequenas e médias empresas, mas também incentiva a atividade empresarial, o que pode resultar em maior criação de empregos e uma contribuição mais sólida para a economia local.

E mais além, o Executivo, ao direcionar recursos para apoios sociais, requalificação escolar, equipamentos desportivos e arruamentos, está a construir as bases para uma comunidade mais resiliente, dinâmica e preparada para os desafios do futuro. Esta abordagem contribui não apenas para o progresso tangível da comunidade, mas também para a construção de um ambiente onde todos os residentes possam prosperar e alcançar seu pleno potencial.

Em resumo, o orçamento para 2024 é um testemunho do compromisso da Câmara Municipal de Gondomar com o progresso e o bem-estar dos seus cidadãos. Este é um exemplo notável de uma administração municipal que não só gere recursos com sabedoria, mas também os investe de maneira estratégica para construir um futuro mais promissor e sustentável para todos.



11. DEZ 2023

Neste contexto, as Grandes Operações delineadas para 2024 não são apenas uma compilação de estratégias; são o alicerce sobre o qual iremos construir as bases do nosso progresso. Cada rubrica, cada investimento, é uma pedra angular na edificação de uma sociedade mais justa, sustentável e próspera.

Salientamos por isso:

Que a proposta em análise abraça de forma inequívoca os princípios do desenvolvimento sustentável. A inserção de políticas e ações voltadas para a preservação ambiental e a gestão eficiente dos recursos naturais é um testemunho claro do nosso município empenhado em construir não apenas um presente próspero, mas também um futuro sustentável para as gerações vindouras.

Por outro lado, a modernização administrativa. Imperativo nos dias de hoje, marcados pela evolução tecnológica e pela necessidade de proporcionar serviços mais ágeis e acessíveis.

Esta modernização traz ainda consigo a oportunidade de fortalecer a transparência e a participação cidadã. Ao promover a transparência, construímos uma relação de confiança com a comunidade que servimos.

A proteção civil é, também, uma área de prioridade máxima. Ela é a salvaguarda da vida e dos bens dos nossos munícipes. Investir em meios e



11. DEZ 2023

recursos para a proteção civil é investir na segurança das famílias, nas empresas locais e na integridade da nossa comunidade.

Por outro lado, o investimento em obras municipais. Esta rubrica não é apenas uma resposta a desafios, mas sim uma visão orientada para o futuro, uma manifestação tangível do compromisso com uma comunidade vibrante, sustentável e preparada para enfrentar os desafios que se avizinham. É claro nesta proposta uma preocupação consciente deste tema, e por isso elogiamos a alocação de tempo e recursos.

Realçamos ainda a atenção sobre o nosso património cultural. As iniciativas do executivo municipal no sentido de preservar e promover o nosso património, contribuem para fortalecer a identidade do nosso concelho. O apoio a eventos culturais, e a integração de programas educativos nas escolas são iniciativas que não enriquecem apenas a vida cultural da nossa comunidade, mas também estimulam o pensamento crítico e a apreciação estética.

E a verdade é que as ações até agora empreendidas não só enriqueceram a vida dos munícipes, mas também abriram portas para um futuro onde a cultura é um pilar central na construção de uma comunidade coesa e inspiradora.

Denotamos ainda uma clara sensibilidade para com as necessidades habitacionais da nossa comunidade e a determinação demonstrada na



11. DEZ 2023

implementação de medidas visando melhorar a qualidade de vida dos munícipes merecem também o nosso aplauso.

O compromisso demonstrado não reflete apenas a preocupação com as necessidades básicas dos munícipes, mas também a visão de construir um concelho que respeita a diversidade, promove a equidade e valoriza a qualidade de vida de todos.

Este documento debruça-se ainda sobre a educação. Esta, não é apenas um direito fundamental, mas também uma ferramenta poderosa para a promoção da igualdade, da cidadania ativa e do progresso económico e social.

Ao aprovar este documento, não estamos apenas a garantir um futuro promissor para os nossos jovens, mas também construímos uma base sólida para uma sociedade mais informada, inovadora e comprometida com os valores fundamentais da educação.

Elogiamos ainda as propostas ao nível do desporto. Os clubes desportivos locais são pilares fundamentais na promoção do desporto e na identidade da nossa comunidade. O apoio a estas instituições, seja através de incentivos financeiros, disponibilização de infraestruturas ou programas de formação, garante a continuidade das atividades desportivas e potencia o talento local.

Por outro lado, incentivar programas desportivos, seja através da oferta de diversas modalidades ou da realização de eventos desportivos escolares,



11. DEZ 2023

contribui não apenas para a saúde física, mas também para o desenvolvimento de habilidades sociais, trabalho em equipa e resiliência.

Nesta intervenção, gostaríamos ainda de realçar a preocupação nesta proposta em investir na juventude, proporcionando oportunidades, apoios e iniciativas para que possam contribuir ativamente para o presente e o futuro do nosso concelho.

Não investe apenas no desenvolvimento individual, mas constrói uma comunidade mais dinâmica, inclusiva e preparada para os desafios que se avizinham.

Já sobre o turismo, verificamos que o documento em aprovação, enfatiza o investimento no setor, para maximizar os benefícios para a nossa comunidade, gerando receitas, e perspetivando a promoção e valorização da nossa identidade, bem como o respeito pelo meio ambiente e a criação de uma comunidade mais dinâmica e aberta ao mundo.

Elogiamos também as estratégias desta proposta que visam fomentar um ambiente propício para o crescimento económico sustentável e a iniciativa empreendedora. Ao investir nestas áreas, não só fortalecemos a nossa economia local, mas também criamos oportunidades para os nossos concidadãos prosperarem.

Em conclusão, ao centrarmos a nossa atenção na análise desta proposta, devemos fazê-lo com a consciência aguçada de que estamos a moldar não



apenas políticas e infraestruturas, mas o quotidiano e o futuro das pessoas que compõem a essência desta comunidade. Este instrumento é, portanto, a ponte entre as aspirações da população e as medidas práticas que permitirão transformar essas aspirações em realidade.

Esta análise, devemos fazê-la com um olhar que transcende as linhas e números, encarando-a como um contrato moral com os cidadãos que juramos servir. O Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Gondomar para 2024 é a manifestação da nossa responsabilidade coletiva em direcionar o rumo deste município para um futuro mais promissor e inclusivo, e é por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar a seu favor.

Pelo Grupo Parlamentar do PS,



11. DEZ 2023

GONDOMAR
Município de Gondomar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – O Partido Socialista não estranha isto, se cada Grupo Parlamentar apresentasse aqui um Orçamento havia sempre dificuldades, temos 140 milhões de euros no Orçamento, se tivéssemos 300 milhões as críticas eram as mesmas, nós já estamos habituados a isso e nós vamos ser julgados em outubro de 2025, o Partido Socialista assume isto, temos de ser julgados é pelos Gondomarenses, porque toda a gente quer muitas obras em todos os setores, mas muitos poucos impostos. Eu não sei como é que assim se faz obras em qualquer lado, ou o Governo tinha de mandar muito mais dinheiro para as Autarquias, ou então não sei onde é que se ia buscar dinheiro. As Juntas reivindicam tudo e mais alguma coisa e toda a gente quer obras, eu até já disse aqui, é quase como a minha mulher, quer tudo, mas a reforma não chega e isto aqui é um pouco a mesma coisa. A abstenção do PAN, o PS não vai agradecer, porque não tem de agradecer, é a vossa opinião, mas fica satisfeito e regista com agrado a vossa abstenção, o resto já estamos habituados. -----

----- Eu quero dizer ao Senhor Vice-Presidente e a todos os Vereadores que o Partido Socialista está de acordo e entende que o Executivo da Câmara é competente, esta frase apenas diz respeito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim. Estamos de acordo também de que se deve recuperar as casas, mas não é só recuperar as casas, é que toda a gente tem medo de mexer nas mesmas, porque se formos ao fundo da questão, muita gente não paga, muita gente está a viver num T3 com 1 ou 2 pessoas que deveriam estar só num T1, outras pessoas estão num T1 e deveriam estar num T3, toda a gente sabe isto, só que não é fácil mexer nesta questão. -----

----- O caso das despesas com o pessoal, é abismal a despesa que temos com o pessoal, aqui e no Governo, só que também não é fácil mexer nesta questão, porque o pessoal é muito importante em todos os setores, mas mais importante são aqueles que trabalham fora, esses é que produzem, seja no lixo, no arranjo dos passeios, entre outros. O Senhor Deputado disse que vêm obras do Governo para o Município, eu acho que devem vir, mas com verba adequada para os Municípios fazerem essas obras. Uma situação grave, que eu já disse ao Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto e vou dizer aqui, não é possível nenhuma Junta dar conta do problema dos passeios, quando as Juntas herdarem os passeios, eles estão degradados, há 40 ou 50 anos que são os mesmos, eu falo pela Freguesia de Rio Tinto que conheço melhor, portanto, as Juntas não têm capacidade para fazer os remendos dos passeios. Eu penso que deveria estar uma



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rubrica que faça uma metragem dos quilómetros de passeios e que os divida pelas Juntas de Freguesia, porque senão nunca mais temos passeios, por não haver capacidade para os fazer. --

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Só dar nota de um assunto muito importante que me esqueci de falar há pouco, foi agradecer aos serviços municipais que prestam um trabalho muito importante nesta e em todas as áreas, mas nesta tenho de entregar um agradecimento aos serviços, porque realmente são os serviços que fazem este documento, claro que com as nossas orientações e indicações, mas o maior trabalho é dos serviços e é para eles que vai a minha palavra, porque eu há pouco esqueci-me de o fazer. Dado o adiantar da hora não vou responder a nenhuma pergunta em concreto, espero que compreendam isso, estando disponível para depois conversar e para ver tudo isso. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.5. Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024: Aprovada por maioria, com 16 votos contra (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 IL), 1 abstenção (PAN) e 23 votos a favor (PS).** -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD, da CDU, do BE (documento não entregue) e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem.

11. DEZ 2023



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar
11 Dezembro de 2023**

Declaração de Voto – Ponto 3.5

3.5. Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024

As Grandes Opções do Plano (GOP) e o orçamento devem constituir-se como instrumentos de orientação estratégica para o desenvolvimento social e económico do território e consequentemente para a melhoria das condições de vida dos Gondomarenses.

Com este propósito o PSD, em devido tempo e como é sua responsabilidade, enviou ao presidente da câmara um conjunto de propostas para as GOP que contribuiriam para melhorar os indicadores que colocam Gondomar na cauda da Área Metropolitana do Porto e do país.

O PS, sem incorporar nenhuma das propostas do PSD, prefere apostar na sua política do faz de conta, sem atender o que verdadeiramente afeta a vida dos Gondomarenses, nomeadamente o elevado preço da água, uma das mais altas taxas de IMI do país, não devolução (possível até 5%) do IRS, entre outras medidas que propusemos para o combate ao baixo rendimento per capita (RPC), ao alto índice de envelhecimento e para a melhoria das condições de vida dos Gondomarenses.

Este é o orçamento em que o PS ignorou completamente as propostas do PSD e que constitui mais uma oportunidade perdida para virar a página de empobrecimento e estagnação em que se mergulhou Gondomar, numa estratégia eleitoralista e sem capacidade para retirar Gondomar da cauda da Área Metropolitana do Porto e do País.

Por consideração da irresponsável gestão da maioria PS neste processo e o consequente impacto negativo para os Gondomarenses, **o PSD vota contra.**

Os Deputados Municipais do PPD/PSD

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal (AM) procederam à análise da proposta de Orçamento e Grandes Opções de Plano (GOP's) do Município de Gondomar para 2024.

1. Os eleitos da CDU na AM reiteram a posição da vereadora da CDU na reunião do órgão executivo de 30 de novembro;
2. Correspondendo à solicitação da maioria PS, a CDU apresentou 77 propostas para o Orçamento e GOP's, distribuídas pelas diferentes áreas de intervenção, procurando dar expressão prática ao programa eleitoral que apresentamos aos gondomarenses;
3. Os dados orçamentais, bem como as execuções dos últimos anos, permitem concluir que era possível ir mais longe no alívio da carga fiscal, nomeadamente na redução do IMI e respetiva fixação da taxa nos valores praticados antes das eleições autárquicas de 2017;
4. O Orçamento continua a ter um peso excessivo de rubricas relativas a aquisição de bens e serviços, num quadro de uma opção da maioria PS pela recorrente externalização de serviços em matérias que se justifica a respetiva gestão municipal;
5. As opções da maioria PS evidenciam enormes contradições porque, por um lado, decidem pela entrega a privados de serviços públicos essenciais (alienando a gestão) e, por outro lado, propõem a aceitação de novas competências provenientes do Estado Central;
6. As GOP's continuam a incluir projetos que, merecendo destaque na mensagem de abertura do Presidente da Câmara, não tem a respetiva correspondência orçamental (ex: Prolongamento do Polis, Complexo Mineiro de São Pedro da Cova, Fórum Cultural de Rio Tinto), havendo ainda outros projetos que continuam sem um investimento sério (ex: Museu Nacional Ourivesaria, Plano Estratégico Linhas de Água, Serras do Porto, etc);
7. Verifica-se que a Câmara substituiu, nas GOP's, a proliferação de rubricas específicas pelo empolamento de rubricas genéricas como a "construção e beneficiação de arruamentos", o que é desajustado e desaconselhável;
8. Se fizermos uma análise comparativa a todos os orçamentos apresentados por esta maioria PS nos últimos 10 anos, verificamos que: i) o valor global mais que duplicou; ii) as receitas provenientes dos impostos diretos cresceram aproximadamente 14 milhões de euros; iii) o peso da despesa com pessoal, apesar da evolução salarial, diminuiu de 32,4% para 24,7% no conjunto do orçamento; iv) as despesas com a externalização de serviços continua a crescer, de que é exemplo a Recolha de Resíduos Sólidos (de 4,4 milhões para 7,5 milhões); v) existem projetos que continuam no papel sem a respetiva dotação orçamental que façam prever a sua execução (ex: Polis) ou ainda que projetos que em 2014 tinham dotação e que agora esta desaparece (ex: Fórum Cultural de Rio Tinto).

Face a todas estas considerações, os eleitos da CDU votam contra o Orçamento e GOP's para 2024.

Gondomar, 11 de Dezembro de 2023.

Os eleitos da CDU

Daniel Silva
Eugénio Silva
Náimio Alexandre
Albino Almeida
Paulo Almeida



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gondomar

Dr. Marco Martins

Assunto:

CONTRIBUTO DA CDU PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP'S) E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR PARA 2024.

As Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento para 2024, como sabemos, correspondem a documentos estruturais que consubstanciam de forma estratégica opções de fundo para o desenvolvimento de Gondomar. Estes documentos permitem a tomada de medidas sobre problemas urgentes e crónicos do concelho como o custo dos serviços públicos essenciais, os problemas de mobilidade interna e externa, problemas ambientais, territoriais e urbanísticos. Tais documentos possibilitam, igualmente, a implementação de políticas que conduzam o município a responder às dinâmicas da coesão interna e do desenvolvimento económico de Gondomar.

Ano após ano, a CDU não se nega à discussão dos problemas e dos projectos para o concelho. É irrefutável afirmar que a CDU apresenta medidas, trazendo para o debate no plano institucional e no espaço público, questões centrais para promover o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do município. Durante estes 10 anos de governação em Gondomar do PS/Marco Martins todos os assuntos que passaram pelos órgãos autárquicos contaram com as propostas e a intervenções dos eleitos da CDU.

Não obstante algumas das sugestões em que a CDU instou o PS terem dado resultado, na globalidade, os contributos da CDU foram ignorados pela maioria PS/Marco Martins.

Chegados a mais um momento de apresentar sugestões e contributos para a elaboração desses documentos previsionais, a CDU, como sempre diz presente e, tal como já havia feito nos anos transatos, apresenta propostas para as GOP's e Orçamento para 2024 em 10 áreas:

AMBIENTE

- Criar um Plano Ambiental de Gondomar que integre e complemente o Plano Estratégico das Linhas de Água de Gondomar, com medidas a curto, médio e longo prazo, renaturalização de ribeiras e requalificação das suas margens, criação de corredores ecológicos e resolução dos problemas ambientais;
- Conceber um plano que permita a interligação dos parques urbanos já existentes, numa lógica de corredores de biodiversidade e não de pontos isolados;
- Criar uma comissão de acompanhamento ao cumprimento do Plano Estratégico das Linhas de Água de Gondomar;
- Desenvolver o Parque das Serras, reforçando as verbas no orçamento municipal, a par de um plano de acção que invista em recursos humanos e na implementação de acções estruturais e no combate à monocultura do eucalipto;

- Mobilizar fundos para o combate à monocultura do eucalipto e preservação de fauna e flora (ex. colmeias em risco de extinção no parque das serras).
- Alargar o Polis, priorizando a ligação a Atães, a requalificação da marginal de Marecos e da marina de Pombal;
- Desenvolver um plano de acção concreto para que Gondomar volte a ter classificação de água balnear nas praias de Zebreiros e Melres;
- Exigir à empresa Águas de Gondomar a reconversão e modernização de todas as ETAR's do Concelho passando a incluir sistemas de desinfeção e de desodorização;
- Exigir, no imediato, à empresa Rede Ambiente uma melhor prestação dos serviços de recolha dos resíduos;
- Mobilizar fundos e criar uma estratégia com vista ao regresso da recolha de resíduos sólidos urbanos à esfera da autarquia.
- Criar um programa urgente de promoção da ligação de habitações à rede de saneamento por parte da empresa Águas de Gondomar, isento de taxas penalizadoras.

URBANISMO E TERRITÓRIO

- Implementar um plano que articule os “parques urbanos”, percursos, jardins e outros espaços verdes;
- Devolver o espaço previsto para construção de um hotel na ribeira de Abade à população e impedindo mais construções que limitem a utilização da marginal, requalificando o espaço;
- Divulgar o plano da Operação de Reabilitação Urbana (ORU's), estimulando assim a reabilitação urbanística do edificado nas zonas mais críticas do concelho;
- Alargar o programa da Estratégia Local de Habitação de Gondomar de forma ao município ter uma resposta plena às necessidades de habitação, sendo essencial que a autarquia inste o Governo a concretizar o devido financiamento do estado.
- Requalificar os espaços centrais das freguesias, com comércio local e áreas lúdicas;
- Criar espaços e equipamentos para convívio e lazer, designadamente de crianças, jovens e idosos;
- Reconfigurar ou construir novos parques infantis inclusivos, ou seja, aptos para crianças com mobilidade reduzida ou deficiências motoras;
- Activar um plano de construção, reabilitação e manutenção de arruamentos e passeios em todo o concelho, através da identificação e mapeamento de situações críticas e urgentes, tendo como objectivo a construção de percursos acessíveis e inclusivos a todos;
- Assumir a não autorização da instalação de novas grandes superfícies comerciais;
- Requalificar o Caminho da Linha de Midões – percurso pedonal e ciclável;
- Construir um crematório.

**MOBILIDADE**

- Elaborar um plano de desenvolvimento estratégico dos transportes colectivos, articulado no âmbito metropolitano, que garanta a curto, médio e longo prazo a mobilidade no concelho, exigindo: a) a concretização das linhas de Metro até ao centro do concelho e o fecho do anel até Fânzeres, articulado com a expansão do serviço rodoviário da STCP; b) o alargamento do serviço da STCP a todas as freguesias do concelho, com particular incidência no “alto concelho”, a par do reforço de carreiras nas zonas urbanas como Baguim, Rio Tinto e Fânzeres, e ainda abertura de novas ligações rodoviárias garantindo as circulações dentro das freguesias e localidades (linhas circulares);
- Exigir à STCP a reposição dos horários de algumas linhas (ex: 10 São Pedro da Cova ou 69 em Fânzeres), pois são as alterações verificadas não servem as populações;
- Reforçar o papel da autarquia junto do estado para a garantia de existência de verbas que garantam a capacidade operativa e de melhoria do serviço da nova operadora privada de transporte rodoviário;
- Colocar abrigos em todas as paragens dos transportes públicos de passageiros;
- Garantir o estacionamento gratuito para moradores e trabalhadores no concelho, revertendo a concessão do estacionamento a privados e o alargamento de lugares pagos em Rio Tinto, Fânzeres e São Cosme;
- Reivindicar à STCP, a criação de uma linha circular entre Metro/Fânzeres, Covilhã/São Pedro da Cova e Souto/Gondomar;
- Reverter definitivamente a circulação na D. Afonso Henriques para uma via BUS no sentido Gondomar-Maia .
- Redefinir a circulação automóvel/ transportes públicos na rua Dr. Joaquim Manuel da Costa em Valbom, ouvindo e envolvendo os comerciantes e os moradores na tomada de decisões
- Implementar um plano concreto de remoção de obstáculos físicos no acesso aos edifícios abertos ao público e à circulação nos espaços públicos;
- Exigir ao Governos a eliminação das portagens na CREP, em particular em Melres;
- Exigir ao Governo medidas para o reperfilamento da Circunvalação, medidas essas que sejam acompanhadas das respectivas participações do Estado Central.

GESTÃO MUNICIPAL E DIREITOS LABORAIS

- Rejeitar a desresponsabilização do Governo, no que toca ao processo de transferência de competências da Administração Central para as autarquias;
- Reforçar os serviços públicos municipais e valorizar os trabalhadores municipais e os seus direitos, aplicando o horário de 35 horas a todos os trabalhadores (incluindo na Rede Ambiente e Águas de Gondomar) e diminuindo o recurso à externalização de serviços;
- Trabalhar para regularizar todas as situações laborais precárias do Município, incluindo as empresas concessionárias de serviços municipais;
- Avançar com a construção, manutenção e exploração de um novo Parque Operacional da Câmara Municipal de Gondomar, infraestrutura que permita condições dignas para os trabalhadores e eficientes e com gestão direta da Autarquia.
- Melhorar a articulação do gabinete de Protecção Civil com as corporações de bombeiros e juntas de freguesia;

- Diminuição do IMI e isenção de derrama para as empresas com lucros até 50 mil euros e redução nos inferiores a 150 mil euros;
- Reforçar os meios do CROAG e avançar com a construção de um novo canil municipal;
- Promover campanhas de esterilização massiva, a par de um programa de acções e iniciativas de consciencialização e sensibilização da população;

SERVIÇOS PÚBLICOS

- Preparar a municipalização da gestão do Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais de Gondomar (faltam 6 anos para o fim da concessão), negociando, no imediato com a empresa Águas de Gondomar, uma maior redução dos preços da água;
- Assumir que a opção política de continuar com a externalização da recolha de resíduos é penalizadora para os municípios, sendo fulcral que se considere a reversão desta decisão (até porque o novo concurso de concessão ainda não está efectivado);
- Executar a contratação direta de trabalhadores para preparação e fornecimento das refeições escolares e limpeza de equipamentos municipais;

DIREITOS SOCIAIS E INCLUSÃO

- Criar um programa de emergência social nas zonas críticas do concelho, que inclua a intervenção conjunta da Câmara Municipal de Gondomar, das Juntas de Freguesia e de vários organismos públicos, designadamente da Segurança Social, da Educação, da Saúde, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
- Implementar um Observatório social com meios para intervenção imediata e estrutural;
- Criar gabinetes de apoio direto às famílias nos conjuntos de habitação pública;
- Potenciar a rede social do concelho, promovendo um plano de apoio a idosos em situação de isolamento;
- Implementar a construção de centros de convívio e de dia e o alargamento da rede da Universidade Sénior a todo o concelho;
- Construir equipamentos de apoio à terceira idade em todas as freguesias, apoiando e incentivando as IPSS, caso pretendam avançar com a construção deste tipo de infraestrutura;
- Reforçar o apoio às IPSS's, numa articulação, no mediato, para responder às necessidades identificadas no apoio à dinamização de projetos inclusivos, apoio à terceira idade e deficiência;

HABITAÇÃO

- Implementar a Lei de Bases da Habitação, concretizando a Estratégia Municipal de Habitação, no que diz respeito às competências do Município;
- Reforçar a disponibilização de novas habitações de renda apoiada através da reabilitação e construção pública bem como a reabilitação/construção de mais habitações para arrendamento controlado;
- Criar mais habitação pública e apoios ao arrendamento (ex: fogos devolutos);
- Criar um cadastro municipal de edifícios e terrenos destinados a habitação pública, cooperativas de habitação e auto-construção, garantindo preços controlados para venda e arrendamento.
- Garantir as intervenções de conservação e reabilitação urgentes da habitação pública, ultrapassando problemas já diagnosticados;
- Reabilitar e construir equipamentos sociais e colectivos, espaços verdes cuidados, e equipamentos de desporto e lazer nos bairros e urbanizações municipais em diálogo com os seus moradores;
- Alterar o regulamento municipal e os critérios de atribuição de habitação pública municipal, alargando os critérios de atribuição, redefinição do cálculo das rendas tendo em vista a sua redução, e promovendo um modelo de gestão que envolva os moradores;

ECONOMIA

- Criar uma zona industrial no nó das auto-estradas A43 e A41;
- Reforçar os apoios ao comércio tradicional;
- Reabilitar o mercado da Areosa, criando uma dinâmica para atrair mais movimento;
- Dotar os espaços das feiras de melhores condições, nomeadamente, a Feira de Gondomar (construção de equipamentos de apoio) e a Feira de Rio Tinto com obras de melhoramento;
- Priorizar a utilização de produtos agrícolas locais nas cantinas municipais;

CULTURA E PATRIMÓNIO

- Concretizar um programa de dinamização cultural de equipamentos e espaços em desuso, abandonados para associações e jovens criadores;
- Criar um Museu da Ourivesaria no edifício da antiga fábrica Rosas de Portugal – foi vendido a privados mas ainda é possível intervir no imediato para a sua integração no património municipal - e o Museu da Água, na antiga central de captação de Foz do Sousa;
- Avançar rapidamente com requalificação de todo o património do antigo complexo mineiro de São Pedro da Cova e correção das alterações efetuadas na obra de restauro do Cavalete do Poço de São Vicente.
- Criar o projeto «Quintas históricas» valorizando o património histórico edificado;
- Construir um Auditório de Espetáculos em Fânzeres e Casa da Cultura/Música em São Pedro da Cova;
- Construir um Auditório Cultural em Rio Tinto;
- Promover de iniciativas descentralizadas da Biblioteca e Arquivo municipais;

- Incentivar a co-realização de encontros e festivais culturais descentralizados (teatro, dança, música clássica, jazz, etc);

ASSOCIATIVISMO, EDUCAÇÃO E DESPORTO

- Reforçar o gabinete de apoio ao associativismo;
- Aumentar as verbas de apoio ao associativismo e mantê-lo de forma permanente, complementando-o ainda com medidas de apoio logístico e cultural, apoio a despesas fixas como nos preços de água e saneamento;
- Estabelecer protocolos com instituições locais (bandas de música, grupos de teatro, clubes desportivos) para funcionamento das Áreas de Enriquecimento Curricular;
- Disponibilizar espaços e meios para a dinamização do associativismo, incentivando o Associativismo Jovem;
- Elaborar a Carta municipal/Projecto educativo;
- Apoiar as escolas e as famílias na área da educação especial;

Estas são as propostas de CDU para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024. Propostas e medidas que estamos sempre disponíveis para discutir, defender e debater.

Com os nossos melhores cumprimentos,

CDU Gondomar.

11. DEZ 2023



Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

As Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento do Município (OM) contêm as orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento local, os programas, projetos e principais ações que a Câmara Municipal de Gondomar prevê e pretende realizar em 2024.

No que se refere às opções de desenvolvimento estratégico, são por si, tal como referido no documento que nos foi presente, genéricas e indeterminadas, apesar de no pedido que foi efectuado ao CDS de sugestões e contributos para as GOP 2024, termos apresentado medidas específicas, que temos a certeza relançariam Gondomar como um Concelho que apostaria na qualificação das suas gentes, na criação de atrativos para a fixação de tecido empresarial, na dinamização e fomento do turismo, no reforço da segurança das pessoas e dos seus negócios, para citar alguns exemplos.

No que concerne à receita, este documento continua a consagrar a tendência para o aumento das receitas provenientes dos impostos directos, como é exemplo o IMI, bem como não procede à actualização da taxa da derrama, que se mantém inalterada, há mais de dez anos.

De salientar ainda que uma grande parte dos projectos referidos nas GOP, não tem previstas verbas para a sua execução no imediato, como é o caso do prolongamento do Pólis de Gramido, até Marecos, em Jovim, adiando-as para o final do presente mandato.

Mais uma vez este orçamento e as GOP, não concretizam todas as ideias eleitoralistas que foram prometidas aos Gondomarenses no período pré-eleitoral do Partido Socialista, como é o caso da requalificação da antiga Central de Captação de Água de Foz do Sousa.

Mais uma vez, e apesar de o CDS ter enviado vários contributos solicitados para as GOP e Orçamento 2024, nenhuma das propostas vertidas nesse documento foi considerada.

Pelos motivos acima expostos, o CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

Declaração de voto - Ponto 3.5: “Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2024 – Proposta”

Após uma análise detalhada aos documentos propostos pelo Executivo, continuamos a ver tanto um Orçamento Municipal como as Grandes Opções do Plano como sendo muito pouco ambiciosos e benéficos para o crescimento económico do Município, sendo a mensagem inicial do Presidente presente no documento o retrato perfeito desse mesmo aspecto.

Trata-se de um orçamento pouco claro, baseado fortemente na coleta de impostos e com um planeamento de investimento que fica muito aquém do que Gondomar necessita.

Gondomar necessita de mais ambição, ambição essa que já não se encontra com este Executivo.

Por último, e visto se tratar de um documento que exige a maior atenção das diversas forças partidárias representadas nesta Assembleia, fica a nota sugestiva da Iniciativa Liberal de, para os próximos anos, a discussão deste ponto merecer uma sessão única de Assembleia Municipal.

Assim, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **3.6. Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições bancárias**-----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Esta é uma proposta relativa a um empréstimo de curto prazo para acudir eventuais situações relacionadas com a tesouraria, tal como os dois últimos anos, trazemos aqui esta proposta, estamos a falar de um empréstimo de 5 milhões de euros, sendo um empréstimo de curto prazo, se a Câmara Municipal recorrer a esse empréstimo obviamente que ele tem de ser liquidado dentro do mesmo ano civil. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.6. Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições bancárias:**
Aprovada por maioria, com 10 votos contra (6 PSD + 2 CDS + 1 CH + 1 IL), 7 abstenções (4 CDU + 2 BE + 1 PAN) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelos Grupos Municipais da CDU e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.6 – Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições bancárias

CDU – Declaração de Voto

O facto de se recorrer a uma apresentação de propostas de contratação de empréstimos de curto prazo, revela que a maioria PS tem obviamente dificuldades de planificação e execução orçamental, caso contrário não seria necessário recorrer a este propósito, uma vez que, nas palavras do senhor presidente da Câmara, apenas se recorre para poder criar condições de uma “boa gestão de tesouraria” e não pelo fator de existência de alguma eventualidade.

Assim, neste ponto da ordem de trabalhos, os deputados da CDU mantem tal como em anos anteriores, a opção de votar pela **abstenção**.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os deputados municipais da CDU

Paulo Nunes
João Filipe Silva
Eugénio da Costa

Mónica Almeida Rebelo Almeida Escarpas

11. DEZ 2023



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho', written in a cursive style.

Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições financeiras

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar contra, pelos seguintes motivos:

O CDS não concorda com este novo empréstimo de cinco milhões de euros que o Executivo Municipal do PS pretende realizar junto de entidades bancárias para se financiar.

Entendemos que tal procedimento, acarreta um custo de dezenas de milhares de euros aos Gondomarenses, em especial às gerações vindouras, tendo em consideração o nível de endividamento do Município continua em níveis extremamente elevados.

Não menos importante, este tipo de solução, demonstra a incapacidade previsional do Executivo, no que diz respeito à gestão financeira corrente da tesouraria da Autarquia.

Face ao acima exposto, o CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com

11. DEZ 2023



**iniciativa
liberal**

Declaração de voto - Ponto 3.6: “Empréstimo de curto prazo – Consulta a instituições bancárias – Proposta”

Tem sido uma constante o Executivo apresentar este tipo de proposta por esta altura, sob a justificação de se tratar de precaver eventuais necessidades imprevisíveis na gestão de tesouraria.

Se é verdade que, até hoje, não se tem verificado essa necessidade, sendo tal situação de salutar, este tipo de autorização poderá trazer um efeito nefasto para a gestão orçamental e de tesouraria do Município.

Além disso, e apesar de não pretendermos acreditar nisso, este tipo de medida quase que aparece como uma manobra do Executivo para inflar o valor final do Orçamento em mais 5 milhões de euros.

Por estes motivos, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **3.7. Transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores - Concessão de acordo prévio favorável** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Esta proposta diz respeito a uma série de competências que foram transferidas para as Áreas Metropolitanas nestas áreas de educação, ação social e transportes, é uma transferência de competências que para produzir efeitos precisa da emissão de um acordo prévio de todas as Assembleias Municipais, em suma, o que estamos a fazer é conceder esse acordo para a transferência de competências do Estado Central para as Áreas Metropolitanas. São competências que, de grosso modo, dizem respeito à administração das redes, quer de equipamentos, quer de políticas. -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – Eu queria dizer o seguinte para ficar em ata, eu acho que a Área Metropolitana, e o nosso Presidente da Câmara está lá representado, devia ter mais diálogo com as Assembleias Municipais, queria que o Senhor Vice-Presidente da Câmara transmitisse ao Senhor Presidente da Câmara que o Grupo do Partido Socialista entende que a Assembleia Municipal deve ser ouvida, se não for por toda a gente, pelo menos uma pessoa em sua representação, para que não estejamos a aprovar algo sem conhecimento. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.7. Transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores - Concessão de acordo prévio favorável: **Aprovada por maioria**, com 6 votos contra (4 CDU + 2 BE), 5 abstenções (2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e 29 votos a favor (23 PS + 6 PSD).** -----

----- Pelos Grupos Municipais da CDU e do BE (documento não entregue), foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia - Ponto 3.7– Transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, nos domínios da Educação, Saúde, Ação Social e Transportes em vias navegáveis interiores – Concessão de acordo prévio favorável

CDU – Declaração de Voto

É conhecida a posição da CDU sobre as transferências de competências. Tal como temos defendido, consideramos inaceitável a forma como a Administração Central transferiu para os municípios encargos de serviços públicos essenciais, “ajudando” inclusivamente a desmantelar os próprios serviços. Acresce que na maioria das situações, estas transferências de competências não são acompanhadas de verbas necessárias para que esses serviços sejam adequados e correspondentes às necessidades dos cidadãos.

A maioria PS/Marco Martins aceitou passivamente todo este processo da transferência de competências e se pensarmos que a Câmara vai gastar mais x ou y milhões de euros com estes encargos, naturalmente, deixa de ter esse dinheiro para dar resposta à população e às forças vivas do concelho naquilo que é sua responsabilidade.

Face ao exposto, os deputados da CDU votam **CONTRA**.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os deputados municipais da CDU

Paulo W...
José R...
Eugénio...
Nómia Alexandra Rebelo Almeida Sáenz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



----- **3.8. Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual**-----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Este aditamento diz respeito a duas situações distintas, é bom recordar que uma série de competências foram transferidas do Estado Central para a Área Metropolitana do Porto diretamente, em matéria de transportes, e outras competências foram transferidas dos Municípios para a Área Metropolitana, isto já em 2016. Sucede que, entretanto, foi aprovado o Regime Jurídico das empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes em 2019, na Área Metropolitana de Lisboa já estava em funcionamento esta empresa, na Área Metropolitana do Porto a empresa já está constituída desde novembro, aguarda o visto do Tribunal de Contas para entrar em funcionamento. O acordo inicial de transferência de competências previa a delegação de competências dos Municípios para a Área Metropolitana, mas não previa a subdelegação de competências da Área Metropolitana para a Empresa, portanto, um dos motivos deste aditamento é esse, se este órgão votar favoravelmente, este acordo passará a prever a possibilidade da Área Metropolitana subdelegar na Empresa as competências que tem no que diz respeito à área dos transportes. A segunda alteração diz respeito aos valores máximos estimados de pagamento anual por cada Município, que estão a ser atualizados em função dos resultados do concurso. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.8. Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual: Aprovada por maioria**, com 6 votos contra (4 CDU + 2 BE), 5 abstenções (2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e 29 votos a favor (23 PS + 6 PSD). -----

----- Pelos Grupos Municipais da CDU e do CDS, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.8 – Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual

CDU – Declaração de Voto

Todo o processo de intermunicipalização tem como objetivo desresponsabilizar o Estado perante a região no que diz respeito ao direito à mobilidade, sendo que cada município vai puxando para o seu lado, e a STCP está a tornar-se cada vez mais uma empresa da cidade do Porto e arredores próximos. Esta tendência é negativa, pois prejudica tanto a empresa como os outros municípios da região. A cidade do Porto é o principal cliente da STCP e, por isso, tem uma influência significativa na gestão da empresa.

Os eleitos da CDU nos diferentes órgãos autárquicos do concelho têm constantemente alertado e denunciado este problema de fundo com a Sociedade de Transporte Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP), que tem uma obrigação de contribuir com um serviço público essencial para a região e assim assegurar o cumprimento do direito à mobilidade da população.

Assim, neste ponto da ordem de trabalhos, os deputados da CDU optam por votar **contra**.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os deputados municipais da CDU

Paulo Henriques
Daniel Ribeiro
Elzeu de Jesus
Nónica Alexandra Ribeiro Almeida Saiz

11. DEZ 2023



Two handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page. The first signature is a simple, fluid line, while the second is more complex and stylized.

Assembleia Municipal de Gondomar
Declaração de Voto – aditamento ao contracto Interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respectivo compromisso plurianual

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**, pelos seguintes motivos:

O CDS não concorda que com a transferência de competências fiscalizadoras de trânsito, que têm de ser exercidas pelas autoridades policiais, nomeadamente, pela PSP e Polícia Municipal do Porto.

Face ao acima exposto, o CDS optou por se **ABSTER**.

O Grupo Municipal do CDS
Pedro Carvalho
Urbano Marques
Gondomar, 11 de Dezembro de 2023
geral@cds-gondomar.com
www.cds-gondomar.com



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **3.9. Estatutos da STCP, E.I.M., S.A. - Minuta de alteração** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Esta alteração que vem aqui proposta diz respeito à alteração dos estatutos da STCP, passando dos mesmos a constar no objeto social, ou seja, a atividade que esta sociedade pode desenvolver, a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada, como julgo que é do conhecimento de todos os Senhores Deputados, esta proposta foi impulsionada pelo Município do Porto, que é o acionista maioritário dos STCP e devo dar nota de que nós estamos apenas a alterar os estatutos da sociedade, não estamos a transferir nenhuma competência para a sociedade nesta matéria, os Municípios, se assim o entenderem, poderão eventualmente fazê-lo, que não é o caso de Gondomar que, pelo menos neste momento, não tem em vista transferir competências no âmbito da fiscalização do trânsito para a STCP. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.9. Estatutos da STCP, E.I.M., S.A. - Minuta de alteração: Aprovada por maioria**, com 7 votos contra (4 CDU + 2 BE + 1 PAN), 9 abstenções (6 PSD + 2 CDS + 1 CH) e 24 votos a favor (23 PS + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.9 – Estatutos da STCP, E.I.M., S.A. – Minuta de alteração.

CDU – Declaração de Voto

Esta alteração dos estatutos irá permitir que a STCP faça a fiscalização do Código da Estrada (art. 4.º), sendo esta uma competência da Polícia Municipal.

Estranhámos esta alteração e consideramos que o presidente da Câmara Municipal do Porto está de certa forma a tentar encaminhar a empresa STCP para a sua privatização e quanto a isto temos razões para estar preocupados com esta alteração dos estatutos da STCP, até porque a privatização da STCP seria um retrocesso para a região.

Achamos que é de todo importante que os presidentes de Câmara acionistas da empresa recusassem tais pretensões, mas em Gondomar já percebemos que esta “demanda” foi aceite.

A nossa região precisa é da STCP a exercer um serviço público essencial para a mobilidade, com o seu serviço reforçado com mais autocarros e alargado aos concelhos limítrofes. Precisa de valorizar os seus trabalhadores e a qualidade do serviço prestado aos utentes.

Assim, neste ponto da ordem de trabalhos, os deputados da CDU votam **contra**.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os deputados municipais da CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11. DEZ 2023



----- **3.10. Revogação dos Contratos Interadministrativos e respetivas adendas celebrados com as Juntas de Freguesia do Município e aprovação de novos contratos** -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Esta proposta diz respeito aos contratos interadministrativos a celebrar com as Juntas de Freguesia, com algumas alterações, designadamente a transferência de algumas competências acrescidas, que eu julgo que puderam dar conta na proposta, como sinalização horizontal, desobstrução de coletores de águas pluviais, colocação de tampas e uma série de matérias que estão aqui elencadas na proposta e também, obviamente, a atualização dos valores em função, não apenas da inflação, mas também do acréscimo de competências que estão entregues às Juntas de Freguesia. -----

----- **ANTÓNIO BRÁZ** (Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) – Como nenhum Presidente de Junta se disponibilizou a vir aqui, vim eu, primeiro, quero manifestar o nosso acordo com este conjunto de novas competências e também o acordo com o compromisso de as executarmos o melhor possível. Também transmitir ao Senhor Presidente da Câmara o nosso contentamento, porque é efetivamente uma melhoria, acho que vamos ser capazes de fazer melhor do que a Câmara faz e acho que temos provado isso naquilo que nos tem sido delegado e, portanto, ficamos contentes e vamos ser capazes de executar ou de procurar executar as tarefas que nos vão ser delegadas. Já agora também fica um pedido para que 2024 seja o ano das transferências de competências que a lei prevê e dos acordos de execução que existem e que ainda não puderam ser efetivados em 2022 e 2023. Também lembro que das transferências que recebemos no ano passado, estamos no último mês do ano e ainda não recebemos os respetivos retroativos que foram acordados, esperemos que não demorem muito, porque as finanças das Juntas de Freguesia precisam delas. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.10. Revogação dos Contratos Interadministrativos e respetivas adendas celebrados com as Juntas de Freguesia do Município e aprovação de novos contratos: Aprovada por maioria**, com 9 abstenções (6 PSD + 2 CDS + 1 CH) e 31 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE + 1 PAN + 1 IL). -----

----- **3.11. Agrupamento de Escolas do Município e Escola Secundária de S. Pedro da Cova – Minuta do contrato interadministrativo e aprovação de despesa** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Isto são contratos praticamente idênticos aos dos anos anteriores, de transferências de competências para os Agrupamentos de Escolas, nós estamos a procurar melhorar aos poucos esta transferência de competências, mas, em suma,



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta proposta é muito parecida com a dos anos anteriores. De qualquer forma, se assim entenderem, eu estou à disposição para responder a qualquer dúvida. -----

----- **VOTAÇÃO** – Ponto 3.11. Agrupamento de Escolas do Município e Escola Secundária de S. Pedro da Cova – Minuta do contrato interadministrativo e aprovação de despesa: **Aprovada por unanimidade.** -----

----- **3.12. Agrupamentos de Escolas de outros Municípios – Transporte de alunos com necessidades específicas especiais individuais – Contrato interadministrativo**-----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Esta proposta diz respeito ao transporte de alunos que são alunos de Gondomar, mas que estão a frequentar escolas fora do Município, estamos a falar de transportes que é o Município que os deve custear. No presente ano, e cumprindo indicações da DGEST, são os Municípios de origem das crianças e jovens que devem realizar estes pagamentos, estamos a fazer acordos com os Agrupamentos de Escola de destino sempre que é possível, que é o caso. Vamos fazer acordos com os Agrupamentos de Escolas de Valongo, Cerco do Porto, Águas Santas, Infante D. Henrique, Rodrigues de Freitas e Aurélia de Sousa, para podermos transferir-lhes diretamente a verba e eles tratarão da contratação relativa a estes transportes. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** – Eu acho que poderíamos evitar esta transferência de competências e de verbas para outros Agrupamentos de Escolas se o nosso próprio Concelho tivesse resposta para estes assuntos, acho que seria o ponto de partida pensarmos em termos resposta para estes alunos, provavelmente até iríamos ter poupança no Orçamento. -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Em concordância com o que foi dito pelo Senhor Deputado, temos tido ocasião de manifestar esta opinião, com a qual eu concordo, aos responsáveis, até do Estado Central, nestas matérias, realmente se virem com atenção as centenas de milhares de euros que gastamos com transporte todos os anos destas crianças é óbvio que nós rapidamente conseguíamos ter nas nossas escolas os equipamentos necessários para responder a estas situações localmente. A estratégia não tem sido essa, infelizmente, porventura no futuro possamos inverter esta tendência. -----

----- **VOTAÇÃO** – Ponto 3.12. Agrupamentos de Escolas de outros Municípios – Transporte de alunos com necessidades específicas especiais individuais – Contrato interadministrativo: **Aprovada por unanimidade.** -----



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **3.13. Feira semanal de S. Cosme (quinta-feira) e feira complementar (quarta-feira) – Ocupação de lugares de terrado – Isenção do valor das taxas relativas ao período de outubro de 2022 a agosto de 2023** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Conforme vem elencado na proposta, dada a alteração do local da feira a necessidade de realização de obras na nova localização e os constrangimentos que estas incidências tiveram nos feirantes, o que propomos é a isenção do valor das taxas do período entre outubro de 2022 e agosto de 2023. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.13.** Feira semanal de S. Cosme (quinta-feira) e feira complementar (quarta-feira) – Ocupação de lugares de terrado – Isenção do valor das taxas relativas ao período de outubro de 2022 a agosto de 2023: **Aprovada por unanimidade.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi proposto que os pontos **3.14 a 3.16** fossem discutidos em conjunto e votados separadamente, o que foi aceite por todos. -----

----- **3.14. Terrenos – Desafetação do domínio público, de duas parcelas de terreno, com as áreas de 183,00m² cada, sitas na Rua Trás da Serra, em Jovim, na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim** -----

----- **3.15. Terrenos - Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 17,00m², sita na Rua das Quintas, na Freguesia de Rio Tinto** -----

----- **3.16. Terrenos – Aceitação da doação de parcela de terreno, com a área de 430,00m², sita na Rua João Vieira, na Freguesia de Rio Tinto, propriedade de Joaquim de Matos Teixeira e Outros e afetação daquela parcela ao domínio público** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Nós temos na 3.14 uma desafetação do domínio público, resultante do pedido de dois particulares, são duas parcelas que vão ser integradas no domínio privado municipal, para porventura depois serem vendidas aos dois interessados que manifestaram essa intenção. Na 3.15 temos também uma desafetação do domínio público, também a requerimento de um Munícipe, de uma parcela de 17m² para alinhamento de um terreno. E depois na 3.16 nós temos 430m² de doação, para serem integrados no domínio público, julgo eu para integrarem um arruamento. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.14.** Terrenos – Desafetação do domínio público, de duas parcelas de terreno, com as áreas de 183,00m² cada, sitas na Rua Trás da Serra, em Jovim, na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim: **Aprovada por maioria**, com 5 abstenções (4 CDU + 1 IL) e 35 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN). -----



11, DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Pelo Grupo Municipal da CDU e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.15.** Terrenos - Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 17,00m², sita na Rua das Quintas, na Freguesia de Rio Tinto: **Aprovada por maioria**, com 5 abstenções (4 CDU + 1 IL) e 35 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto 3.16.** Terrenos – Aceitação da doação de parcela de terreno, com a área de 430,00m², sita na Rua João Vieira, na Freguesia de Rio Tinto, propriedade de Joaquim de Matos Teixeira e Outros e afetação daquela parcela ao domínio público: **Aprovada por maioria**, com 1 abstenção (IL) e 39 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN). -

----- Pelo Deputado Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

----- Conforme nos locais próprios desta ata se assinala, no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem: -----



Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 11 de dezembro de 2023

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.14 – Terrenos – Desafetação do domínio público, de duas parcelas de terreno, com as áreas de 183,00m² cada, sitas na Rua Trás da Serra, em Jovim, na Freguesia de Gondomar, (S. Cosme), Valbom e Jovim

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.15 – Terrenos – Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 17,00m², sitas na Rua das Quintas, na Freguesia de Rio Tinto

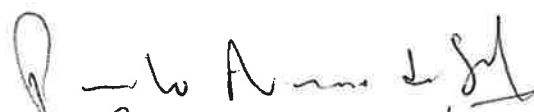
CDU – Declaração de Voto

Em virtude da ausência dos respetivos apoios técnicos e materiais, não é assim possível uma avaliação detalhada e rigorosa deste tipo de processos.

Assim, nestes dois pontos da ordem de trabalhos, os deputados da CDU optam pela **abstenção**.

Gondomar, 11 de dezembro de 2023

Os deputados municipais da CDU


Daniel Rebelo
Eugénio Leite
Nómia Alexandra Rebelo Almeida Sampaio

11. DEZ 2023



iniciativa liberal

Declaração de voto - Pontos:

3.14: “Terrenos – Desafetação do domínio público, de duas parcelas de terreno, com as áreas de 183,00m² cada, sitas na Rua Trás da Serra, em Jovim, na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Proposta”

3.15: “Terrenos - Desafetação do domínio público, de parcela de terreno, com a área de 17,00m², sita na Rua das Quintas, na Freguesia de Rio Tinto – Proposta”

3.16: “Terrenos – Aceitação da doação de parcela de terreno, com a área de 430,00m², sita na Rua João Vieira, na Freguesia de Rio Tinto, propriedade de Joaquim de Matos Teixeira e Outros e afetação daquela parcela ao domínio público – Proposta”

Na falta de tempo para uma análise devida aos tópicos aqui em discussão, a Iniciativa Liberal opta por **ABSTER-SE** nestes pontos, chamando a atenção para uma organização diferente das sessões da Assembleia Municipal nesta altura do ano.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



11. DEZ 2023



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (setembro a novembro de 2023)

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- A sessão foi encerrada à 01 hora e 40 minutos, do dia 12 de dezembro de 2023. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,